UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

OS ÍNDIOS XUKURU DO ORORUBÁ NA RIBEIRA DO IPOJUCA (PESQUEIRA/POÇÃO): AMBIENTE, MEMÓRIAS E HISTÓRIA (1986-2010)

DENISE BATISTA DE LIRA

RECIFE,
2013

DENISE BATISTA DE LIRA

OS ÍNDIOS XUKURU DO ORORUBÁ NA RIBEIRA DO IPOJUCA (PESQUEIRA/POÇÃO): AMBIENTE, MEMÓRIAS E HISTÓRIA (1986-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof.ª Drª. Bartira Ferraz Barbosa e co-orientação do Prof.º Dr. Edson Silva

RECIFE,
2013

Catalogação na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

L768i Lira, Denise Batista.
Os Índios Xukuru do Ororubá na ribeira do Ipojuca (Pesqueira/Porção): ambiente, memória e história (1986-2010) /Denise Batista Lira. – Recife: O autor, 2013.
159 f. il. ; 30 cm.

Orientador : Prof.ª Drª Bartira Ferraz Barbosa.
Coorientação: Prof. Dr. Edson Silva
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós –Graduação em História, 2013.
Inclui referência.

1. História. 2. Índios Xukuru - Pernambuco. 3, Rio Ipojuca - Pernambuco. I. Barbosa, Bartira Ferraz. (Orientadora). II. Silva, Edson. (coorientador). III. Titulo.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2013-166)

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA DENISE BATISTA DE LIRA às 9h. do dia 20 (vinte) de agosto de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Denise Batista de Lira** intitulada **"OS ÍNDIOS XUKURU DO ORORUBÁ NA RIBEIRA DO IPOJUCA (PESQUEIRA/POÇÃO) 1986-2010: AMBIENTE, MEMÓRIAS E HISTÓRIA"**, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito **"APROVADA",** em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Bartira Ferraz Barbosa (Orientadora), Edson Hely Silva (Co-orientador) e Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 20 de agosto de 2013.

Prof.ª Dr.ª Bartira Ferraz Barbosa

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Prof.ª Dr.ª Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza

Prof. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

Ao povo Xukuru do Ororubá.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a importância e as contribuições que cada pessoa, amigo, parente, colega realizou para concretização da pesquisa em forma de dissertação. Por isso, sem dúvidas, fico muito feliz em escrever mais essa parte, tão essencial, deste estudo.

Agradeço primeiramente a Deus, que alguns chamam de Tupã, outros de Alá, outros de Yavé, alguns de Grande Arquiteto do Universo, ou qualquer denominação atribuída a ele (ou os que até que não o nomeia).

A minha família, especialmente a minha mãe, que mesmo tendo pouca instrução me incentivou a estudar. Ao meu irmão Tarcísio pelo apoio quanto aos deslocamentos que precisei fazer durante a pesquisa. A minha irmã Débora pelo auxílio em algumas transcrições de entrevistas. Agradeço também aos demais que indiretamente contribuíram com o seu apoio e torcida.

Ao meu amor José Ulisses, por compreender a necessidade de minha ausência de nosso convívio devido aos estudos. Pelo apoio, estímulo e por acreditar que conseguiria concluir a pesquisa, apesar de tantos contratempos.

A Paloma, responsável por me apresentar José Ulisses, e por ser uma amiga de longa data, com a qual sempre contei e obtive auxílio.

A professora Bartira, por acreditar em meu projeto e pelo auxílio prestado na trajetória da escrita da dissertação.

Ao professor Edson Silva, que me apresentou as primeiras leituras da historiografia indígena, pelo auxílio na escrita do projeto e da dissertação e por todo apoio, contribuições e correções neste trabalho. E a sua esposa, Maria da Penha pelo apoio e incentivo.

Aos professores que me ensinaram no PPGH-UFPE e UFRPE, em especial aos docentes, Rosa Godoy, Carlos Miranda, Socorro Abreu e Osvaldo Girão, pelas sugestões e contribuições e pelo conhecimento que compartilharam comigo (e conosco – a turma).

Ao grupo de estudo coordenado pelo professor Edson Silva que versava sobre os povos indígenas e que me possibilitou um aprendizado significativo e que me auxiliou na elaboração do projeto de dissertação. Aos amigos e colegas que compunha o grupo, Edmundo Monte, Aline, Daniel Max e Carlos Fernando, em especial a Edmundo pelas prosas e discussões.

A FIOCRUZ representada pelo professor André Monteiro pela inclusão de minha pessoa no projeto Censo Xukuru, 2010, que me ofereceu maior conhecimento sobre a região da Ribeira, e que facilitou e possibilitou o meu deslocamento dentro desta área, fator importante para a escrita deste trabalho.

Ao povo Xukuru, que me recebeu tão bem, em especial aos entrevistados pela paciência e disponibilização em me atender e responder cada pergunta com calma. Em mais especial ainda a Célia, que não mediu esforço em me auxiliar apresentando e indicando pessoas para as entrevistas. Ao senhor José Edilson, pela simpatia, pelas indicações também de possíveis índios para entrevistar. A liderança da Aldeia Passagem, Amilton de Souza, pelas longas conversas. Ao Seu Zequinha, Pajé Xukuru, que me recebeu alguns vezes em sua casa sempre com bastante atenção e educação. A equipe Jupago, principalmente a Iran e Edgar pela compreensão e pelo espaço que me proporcionaram ao participar de reuniões do grupo. E também não posso esquecer de Carol pelo grande apoio oferecido.

A gestão, coordenação e ao corpo docente da Escola Jaboatão dos Guararapes, pelo apoio, compreensão e torcida.

A duas amigas super especiais, Milena Sena e Bianca Nogueira, pelo tempo destinado a escutar minhas lamúrias e angústias.

A FACEPE pela bolsa concedida que tanto auxiliou na efetivação desta pesquisa.

A Sandra, secretária da PPGH – UFPE, pela paciência, educação e simpatia com a qual nos trata, e por atender as nossas solicitações de maneira tão ágil e eficiente.

Aos meus colegas e amigos de turma (2011) pelas sugestões oferecidas para o melhoramento do meu projeto.

Ao FERERJ, em especial a Maximina, pelas palavras de apoio e pela compreensão quanto as minhas constantes ausências nas reuniões do grupo devido as minhas ocupações com a pesquisa.

Aos meus amigos, Fabinho, Maria Cêcy, Maria Aparecida, Renatinha, Dadinha, Verinha, Roseli e Joana, por compreenderam minha ausência de seu convívio durante o período do mestrado.

E a todos e a todas, que mesmo não estando aqui citados (as), com certeza, por um equívoco meu, contribuíram, apoiaram e torceram pelo meu sucesso nesta pesquisa. Obrigada.

LISTAS DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Água

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CCLF – Centro Cultural Luiz Freire

CEASA – Centro de Abastecimento de Alimentos

CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

COBH – Comitê da Bacia Hidrográfica

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

CONDEPE - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

CPRH – Agência Pernambucana de Recursos Hídricos

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DNOCS – Departamento Nacional de Obras de contra as Secas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco

IR – Inspetoria Regional

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização não Governamental

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAA – Programa Aquisição Alimentar

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

PI – Posto Indígena

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos

PRHE – Plano Regional

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SARA - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SRH – Secretária de Recursos Hídricos

SRHE – Secretária Recursos Hídricos e Energéticos

SSVG – Secretária Saúde e Vigilância Sanitária

SUDESA – Subsecretária de Defesa do Solo e da Água

UP – Unidade de Planejamento

ZCIT – Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Uso e ocupação do solo 55

Tabela II - Maiores reservatórios de água da Bacia do rio Ipojuca 56-57

Tabela III - Carga poluidora dos municípios na bacia do rio Ipojuca 58-59

Tabela IV - Principais indústrias e seus efluentes lançados na Bacia do rio Ipojuca 60

Tabela V – Aspectos gerais dos planos de recursos hídricos 66-68

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Mapa das regiões do território Xukuru: os recursos hídricos 50

Figura II - Fotografia da região da Ribeira 51

Figura III - Trajeto do rio Ipojuca 53

Figura IV - Rio Ipojuca na região da Ribeira 92

Figura V - Cultivo do tomate na região da Ribeira 94

Figura VI - Fotografia da Barragem Pão-de-Açúcar 99

Figura VII – Escoamento da água da Barragem Pão-de-Açúcar 111

RESUMO

Este estudo teve por objetivo, apresentar e discutir as relações socioambientais entre os índios Xukuru no período anterior e posterior a homologação do seu território (1986-2010), estabelecendo conexões com a identidade étnica do grupo. Para auxiliar a concretização do objetivo proposto utilizamos, principalmente, as memórias deste povo, e também documentações localizadas em órgãos estaduais, tais quais, CPRH, SECTMA, COMPESA, CONDEPE e SRHE. Nossas considerações se atêm em uma única parte do território Xukuru, a Ribeira. Está região é perpassada pelo rio Ipojuca, e suas principais características, como a salinidade e intermitência são sempre rememoradas pelos Xukuru. O Ipojuca é considerado, atualmente, o terceiro rio mais poluído do Brasil, e por esse motivo é alvo de projetos de revitalização e preservação, no qual a participação dos Xukuru é constante. Em 1985 esse rio fez parte de programas estaduais para efetivar sua perenização, e o resultado foi a construção da Barragem Pão-de-Açúcar em 1986/1987. Este reservatório é considerado fundamental para a sobrevivência dos Xukuru que habitam a Ribeira, pois possibilita atividades como a agricultura e a pesca. Estes indígenas correlacionam o uso dos recursos ambientais a sua identidade étnica, ou seja, a agricultura, a caça e a pesca, além do uso de ervas medicinais, são considerados sinais diacríticos deste grupo e fator essencial de união e continuidade.

Palavras-chave: índios Xukuru; Ribeira; rio Ipojuca; Barregem Pão-de-Açúcar; Ambiente (Natureza).

ABSTRACT

This study objective was to present and discuss the social and environmental relations of the Xukuru Indians, on the past and post period after the homologation of their territory (1986-2010), establishing connections with the ethical identity. To help the accomplishment of the objective the memories of this people as well documents located on the state entities such as CPRH, SECTMA, COMPESA, CONDEPE and SRHE were used. Our considerations are restricted to a part of the territory known as The Ribeira. This region is crossed by the Ipojuca river and its characteristics as salinity and intermittence are always remembered by the Xukuru. The Ipojuca is currently considered the third most polluted river in Brazil and for this reason is the target of revitalization and preservation projects in which the Xukuru participation is constant. In 1985 the river was part of a state program to change it into a perennial river and the result was the construction of the Pão-de-Açucar Dam in 1986/1987. This dam is fundamental for the survival of the Xukuru who live in the Ribeira, because it provides activities such as fishing and agriculture. These Indians correlate the use of environmental resources to their ethnical identity, and so, agriculture, hunting, fishing as good as the use of medicinal herbs are considered signs that distinguish this group and an essential factor of union and continuity.

Key-words: Indians Xukuru; Ribeira; Ipojuca river; Pão-de-Açúcar Dam; Environment (Nature).

“Os Encantos é a Natureza, a Natureza é os Encantados. Quem indica e dá aquela força a quem tem fé. Tem fé e acredita na Natureza” (Seu Zequinha, Pajé Xukuru).

SUMÁRIO

Introdução: História indígena e as correlações entre Ambiente, memórias e a História do Tempo Presente 18

Capítulo I: O rio Ipojuca: aspectos geográficos, ambientais e históricos 30

1.1 Histórias e Ambiente: a sociedade e a Natureza como objeto dos estudos históricos 30
1.2 As condições socioambientais e históricas da região Agreste e de Cimbres/Pesqueira 36
1.3 Aspectos socioambientais e geográficos do rio Ipojuca 51
1.4 O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Ipojuca 70
1.4.1 A participação dos Xukuru no COBH – Ipojuca 77

Capítulo II: *"Naquelas épocas eram poucas águas*": memórias e história dos Xukuru sobre o rio Ipojuca e a Barragem Pão-de-Açúcar 80

2.1 História Oral e Memórias: as entrevistas como fontes de pesquisa..... 80
2.2 *"Naquelas épocas eram poucas águas":* o rio Ipojuca e as memórias Xukuru 83
2.3 *"Antigamente aqui não tinha Barragem não":* a construção da Barragem Pão-de-Açúcar e sua importância socioeconômica para os Xukuru na Ribeira 97
2.4 Ambiente, Agrotóxicos e saúde na região da Ribeira 112

Capítulo III: "*A natureza está se fortalecendo":* os Xukuru e sua relação com a terra após a homologação do território 118

3.1 Território, Ambiente e identidade e suas correlações entre os Xukuru do Ororubá 118
3.2 O Projeto Bem Viver: novas percepções da territorialidade e ratificação dos sinais diacríticos 123
3.3 A caça: elemento de sobrevivência ou um sinal diacrítico? 131

Considerações finais..... 136

Referências bibliográficas 140

Notícias em periódicos 152

Apêndice A – Questões de entrevistas com agricultores 153
Apêndice B - Questões de entrevistas com pescadores 155

Apêndice C - Questões de entrevistas com caçadores 157
Apêndice D Questões de entrevistas com diaristas 158

Anexo – Carta da XII Assembleia Xukuru do Ororubá 159

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA INDÍGENA E AS CORRELAÇÕES ENTRE AMBIENTE, MEMÓRIAS E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Esta Dissertação de Mestrado é resultado de um estudo sobre a afirmação étnica de um grupo indígena e suas relações com a Natureza. O período ao qual reportamos, é de 1986, quando ocorreu o início da construção da Barragem Pão-de-Açúcar, na região da Ribeira, a 2010, com a conclusão da demarcação e homologação da terra indígena Xukuru. A delimitação desse tempo é apenas um critério historiográfico, pois um dos objetivos principais da presente pesquisa é analisar as interações e relações estabelecidas pelos Xukuru com o Ambiente por duas perspectivas: a identidade indígena e sua correlação com o território e a utilização dos recursos naturais antes e após o reconhecimento oficial da terra.

Para concretizar esse objetivo, a Dissertação foi dividida em três capítulos são eles: 1° Capítulo - O rio Ipojuca: aspectos geográficos, ambientais e históricos, onde discorremos sobre a bacia do rio Ipojuca, apresentando sua localização geográfica, a sua situação ambiental, pois é, atualmente, o terceiro rio mais poluído do país (IBGE, 2010, p. 100),[1] e, os projetos que visam sua revitalização e preservação e a participação dos Xukuru nesse processo, além de relatar sobre área onde o Ipojuca perpassa, ou seja, a Serra do Ororubá, local de exceção no Agreste Pernambucano; no 2° Capítulo – Naquelas épocas eram poucas águas: memórias e história dos Xukuru sobre o rio Ipojuca e a Barragem Pão-de-Açúcar, expomos as memórias desse grupo étnico sobre o citado rio correlacionado a sua importância econômica e/ou social, assim como a construção da referida Barragem possibilitou o aumento na atividade pesqueira e o crescimento de áreas cultivadas pelos Xukuru na região conhecida como Ribeira. Também discorremos sobre o impacto ocasionado pela referida Barragem; No 3° Capítulo – A Natureza está se fortalecendo: os Xukuru e sua relação com a terra após a homologação do território, momento onde estabelecemos paralelos diretos com a

[1] O primeiro rio mais poluído é o Tietê no estado de São Paulo, e o segundo é o Iguaçu que está situado no Paraná, fazendo divisa com Santa Catarina. Mais informações podem ser obtidas no site abaixo: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf Acesso em 01/05/2013.

identidade étnica e analisamos e discorremos sobre a prática da caça e a utilização de ervas para a cura de doenças e o Projeto Bem Viver que propõe novas relações para o uso do território.

Utilizamos as fontes documentais localizadas nos órgãos governamentais como o CPRH (Agência Pernambucana de Recursos Hídricos), o SECTMA (Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente), SRHE (Secretaria de Recurso Hídrico e Energético), COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento) e o CONDEPE (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco). Nestes órgãos foram pesquisados documentos sobre a Bacia do rio Ipojuca (situação ecológica, utilização de suas águas para irrigação e abastecimentos, projetos de revitalização etc.), a construção da Barragem Pão-de-Açúcar (conflitos políticos relacionados à construção, o dispêndio do dinheiro público, populações beneficiados etc.) e possíveis informações sobre os índios Xukuru, como o processo demarcatório de seu território, veiculado pelos meios de comunicação.

As reportagens dos jornais impressos como *Diário de Pernambuco, Jornal do Commércio, Folha de Pernambuco e Diário Oficial*, relacionadas no decorrer deste estudo integram a coleção Jornal de Recortes, o acervo do CPRH, e os anos pesquisados são de 1985 a 2010. Quantos aos demais órgãos foram utilizados como fontes documentais, projetos e estudos que versam sobre a Bacia do rio Ipojuca nos seus aspectos geográficos e socioeconômicos.

Foi também realizadas entrevistas com os índios Xukuru, principalmente da região da Ribeira, embora não estejam restritas a essa área. O grupo contemplado foram homens e mulheres, mas principalmente os homens, por estarem mais envolvidos com atividades como a caça, a pesca e a agricultura (na agricultura a porcentagem de participação é quase 50% para ambos o sexo, mas ainda há uma relativa predominância masculina, embora esta seja muito pequena em relação ao feminino). A idade estabelecida foi entre 18 a 80 anos, pois dessa forma poderia concretizar os objetivos que são: como a antiga e a nova geração se relacionam com o Ambiente, estabelecendo paralelos entre antes e após a demarcação do território. Com os mais idosos haveria a possibilidade de obter informação sobre o período da construção da Barragem Pão-de-Açúcar e de saber como era o rio Ipojuca na época pueril dos entrevistados.

O tema deste estudo foi definido após a conclusão da disciplina História Ambiental da América Latina, ministrada pelo professor Dr. Thomas Rogers no Programa de Pós-Graduação em História no ano de 2010. Sendo a temática Ambiental assunto ainda incipiente nos estudos históricos, principalmente, referente às pesquisas correlacionando os índios e a Natureza dentro da concepção "História Contemporânea", esperamos contribuir com este estudo para amenizar esta lacuna e oferecer perspectivas para futuras análises de como os grupos humanos interagem e se correlacionam com o Ambiente onde vivem.

Portanto, o objetivo primordial desta Dissertação é discorrer sobre o uso dos recursos naturais, presentes na área indígena Xukuru situada em Pesqueira e Poção/PE, e sua correlação com o conceito de territorialidade e identidade étnica no recorte temporal entre 1986 a 2010.

Por discutir com um tempo histórico tão próximo, no qual o próprio pesquisador está inserido, e respondendo a prováveis e futuros questionamentos a esse respeito, resolvemos dialogar com chamada História do Tempo Presente. De forma ousada, propomos ainda uma interrelação com a História Oral, a História Ambiental e a História Indígena, por compreender a contribuição que cada uma delas irá oferecer a essa pesquisa. Todavia, devido à amplitude de teóricos existentes em cada uma dessas vertentes historiográficas, assinalaremos apenas alguns pesquisadores.

A concepção do tempo perpassa o oficio do historiador e torna-se sua matéria-prima. Ao transformar o tempo em uma categoria, é preciso compreender sua dubiedade-multiplicidade, pois o tempo é um período que vai de um acontecimento anterior até um posterior ou pode ser definido como uma "mudança continua, transformando o hoje no ontem, o presente no passado" (PORTO JÚNIOR, 2007, p. 10). Para conceber a ascensão e a afirmação da História do Tempo Presente é necessário aludir à historiografia francesa e as modificações trazidas pelas revoluções ocorridas na Europa.

A França pós-Revolução possibilitou o surgimento de várias obras com objetivos históricos, porém sem organização cientifica. Seus autores ficaram conhecidos como amadores e suas publicações serviram para ratificar o poder ideológico do novo governo. A partir desse momento a História obtém um novo *status*, há investimento em

pesquisadores e estudantes e foram criados métodos para a regulamentação das novas produções.

Entre 1870 e 1914, o Estado francês concedeu estímulos através de bolsas de estudos destinadas a formar uma nova geração de historiadores que através de metodologias científicas previamente estabelecidas, como a consulta as fontes, principalmente aos documentos escritos, pudessem escrever uma história mais atual, direcionada ao período republicano (FERREIRA, 2000).

A conseqüência disso foi uma valorização da "História Contemporânea", cujo interesse, *a priori* político, servia para legitimar os republicanos, porém outros espaços foram sendo, posteriormente, disponibilizados com a criação da Revista Annales (BURKE, 1992). A ideologia propagada pelos Annales estabeleceu diálogos com outras ciências como a Antropologia, a Biologia, a Geografia, a Geologia, Ecologia e a Sociologia.

O tempo histórico passou por modificações, ao expandir a concepção de que é possível produzir estudos atrelados não apenas a curtos acontecimentos, porém percebê-los e apreciá-los a partir da longa-duração, proposta que auxiliava a análise das relações socioambientais que os seres humanos estabeleciam com a Natureza e como esta se correlacionava e interagia com os grupos humanos. Fernand Braudel, um dos colaboradores da revista *Annales*, ousou e pôs como objeto de estudo de sua tese um mar, o Mediterrâneo (BRAUDEL, 1995), demonstrando como os povos que viviam a margem desse mar se relacionavam com ele, embora talvez essas populações não tenham desenvolvido tal percepção.

Não obstante, os fundadores dos Annales estudassem assuntos relativos à "Idade Média" ou a "Idade Moderna", o tempo presente também foi visto com devida importância, pois "toda história é uma história contemporânea, já que seus sujeitos são parte inerente dela e, portanto, determinam um resultado particular que é sempre contemporâneo" (MEDEIROS, 2007, p. 5). José Carlos Reis, em *Identidades do Brasil*, afirmou que "A História não é transparente e não se deixa interpretar imediatamente, enquanto é vivida, embora o contemporâneo não esteja impedido de fazer reflexões imediatas ainda no seu "tempo quente" (REIS, 1999, p.7).

Na mesma obra, Reis, ainda discorrendo sobre a construção do conhecimento histórico confirmou a asseveração anterior:

> Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido vivido, se assenta sobre um "mirante temporal", um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza (p. 9).

A História Contemporânea e/ou a História do Tempo Presente e/ou a História Imediata prefiguram e obtêm lugar de destaque a partir da Segunda Guerra Mundial com as pesquisas realizadas, principalmente com as memórias dos sobreviventes do conflito. O filósofo Henri Bérgson sugeriu que o afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção. A psicóloga Ecléa Bosi afirmou que "a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações" (BOSI, 2009, p. 46).

Para os pesquisadores como Agnès Chauveau e Philippe Tètart a História do Tempo Presente é resultado da renovação da História Política, da demanda social, do aumento e aceleração da comunicação, da mudança progressiva da imprensa e da força dos engajamentos ideológicos e morais das décadas de 1950-60. Para eles, "a história não é somente o estudo do passado, mas também, com menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente" (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 15).

Conforme Chauveau e Tètart, a História do Tempo Presente, a História Próxima e a História Imediata, não se referem à mesma cronologia. Estes três tempos históricos fariam parte de um tempo muito contemporâneo, que seria aquele a partir do segundo terço do Século XX. Todavia, a História Próxima é entendida como dizendo respeito aos últimos trinta anos, enquanto a História Presente englobaria os últimos cinqüenta ou sessenta anos. Quanto à História Imediata, realizada no "calor do acontecimento", é muitas vezes associada ao ofício jornalístico, e seria o complemento da História Presente.

Estudar, analisar e "fazer" a História Presente nem sempre foi um fato problemático. Na Antiguidade Clássica, escrever a História recente era foco central da preocupação dos "historiadores" como, Tucídides e Heródoto que entendiam como uma de suas funções obterem depoimentos de testemunhas oculares e, assim, conseguir fontes privilegiadas para as suas pesquisas (FERREIRA, 2000).

Pesquisar a História do Tempo Presente tornou-se objeto problemático a partir da institucionalização da História, quando esta foi completamente dissociada da Filosofia no Século XIX e obteve o título de ciência, além de conquistar prestígio acadêmico. Essa institucionalização definiu o objeto da História como o passado, enfatizando o distanciamento como algo imprescindível à escrita histórica.

Era necessário o recuo no tempo para impetrar o parecer crítico, pois a competência do historiador "devia-se ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados" (Idem, 2000, p.02), isso os diferenciava dos ensaístas e amadores. O desprezo dos historiadores do Século XIX pela História Contemporânea ocasionou o domínio dessa temática pelos sociólogos.

O evento produzido "pertencia" à História, mas ele apenas seria um elemento do conhecimento histórico erudito após décadas ou centena de anos, quando os traços do passado pudessem ser catalogados e arquivados. O historiador precisava se distanciar e se diferenciar dos "mentirosos e falsários" oferecendo uma interpretação racional respaldada em problemas, conceitos e documentos. Entretanto, "a sua interpretação histórica não abole as anteriores e não evitará outras que se sucederão" (Idem, 1999, p. 12) .

Pesquisar a História Contemporânea significava está diretamente relacionado com questões políticas e isso refletia em um problema, as fontes. As fontes eram oficiais (geridas pelo Estado), consideradas, portanto, como autênticas e por isso fugiam do controle do método histórico, invalidando, consequentemente, o conhecimento obtido por meio delas. Todavia, como delineou José Carlos Reis:

> As escolas históricas se iludem ao pensar que o seu novo ponto de vista é único e definitivo, que descobriram a "verdade da história" que estabeleceram o conhecimento histórico em bases objetivas, científicas. Em defesa da sua nova interpretação definitiva cada uma delas desvaloriza os historiadores e as interpretações anteriores. Não há métodos e histórias definitivas que levem (ou tragam) à "verdade absoluta no tempo". Em cada presente, o que se tem é uma visão parcial, uma articulação original do passado e do futuro. A História é visada segundo perspectivas diversas e, com o avanço do tempo, as proposições históricas mudam. Vêem-se sempre

> aparecer obras novas sobre o mesmo assunto. Á medida que o tempo passa, novas experiências são acrescentadas às precedentes, e novas esperas são desenhadas. As narrativas podem se contradizer e, paradoxalmente, ser verdadeiras. Pode-se olhar sobre o mesmo tempo e representá-lo diferentemente, mas coerente e corretamente (Ibidem, 1999, p. 11).

Mesmo com o advento da *Escola dos Annales* a insegurança ainda permaneceu, pois para preservar o historiador das paixões de sua atualidade, considerava-se necessário o distanciamento do objeto de estudo, pois havia constante o temor de comprometer a objetividade da pesquisa. A História do Tempo Presente encontrou dificuldades para se legitimar pela indefinição do seu objeto e de suas metodologias e dos limites de sua investigação. Todavia, segundo Eric Hobsbawn:

> A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmo critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio (HOBSBAWN, 1998, p.121).

Como complemento podemos ratificar a afirmação de Marieta de Moraes Ferreira:

> O tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (FERREIRA, 2000, 10).

A falta de distância começou a ser vista não como um fator inconveniente, mas como um instrumento de auxílio para a compreensão da realidade estudada de maneira a superar a descontinuidade. O fortalecimento e o reconhecimento da História do Tempo Presente redefiniram espaços e possibilitaram a inclusão de novos temas a serem abordados e estudados pelos pesquisadores, dando novas dimensões para a historiografia atual.

Nas últimas décadas, aconteceu o resgate das experiências individuais e o aprofundamento das discussões acerca das relações entre o tempo passado e o tempo presente na História, além do rompimento da ideia que localizava o objeto histórico no passado imóvel e incapaz de ser reinterpretado. Os novos caminhos para o estudo do Século XX valorizam e exploram as afinidades entre História e Memória. A visão distorcida sobre as fontes orais está sendo desqualificada a partir dos procedimentos da contraprova aos quais os depoimentos estão expostos.

A História faz uso da memória como fonte de conhecimento, entretanto, não possui a mesma liberdade criativa das obras escritas por ficcionistas e poetas, pois sendo uma produção científica, precisa ser orientada por metodologias consistentes. Mesmo que o historiador não busque a verdade, pois as verdades são múltiplas, ele procura construir evidências e apresentar análises e interpretações sobre o que passou, mediante a uma pesquisa documental minuciosa. Segundo a historiadora Lucília de Almeida N. Delgado; "Na verdade, a História é uma ciência que carrega as marcas do tempo, e sua conceituação está intrinsecamente ligada às características da fase na qual o conhecimento histórico foi ou é produzido" (DELGADO, 2006, p. 65).

O tempo adquiriu uma análise especial na obra *História Oral:* memória, tempo e identidades de Lucília Delgado, pois, para a autora, "a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente e nesse sentido, o conceito de tempo também merece atenção" (Idem, 2006, p.9). A pesquisadora correlacionou o conceito de tempo, seus múltiplos ritmos e suas diversas representações, ao conhecimento histórico, e, portanto, as interpretações sobre o passado a partir da perspectiva do presente.

Outra pesquisadora, a socióloga Myrian Sepúlveda Santos em *"Memória coletiva e teoria social"* expôs: "A memória pode ser compreendida como pensamento que se concretiza em ações. [...] a memória pode reconstruir o passado de acordo com os interesses do presente, mas pode apenas reproduzir estruturas dadas" (SANTOS, 2009, p. 151). Santos ainda ressalta como as atitudes do presente podem estar repletas de significados a partir das interações com o passado e ratifica, "A memória é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente"(p. 25-26).

Tal qual Ferreira, Delgado discorre, na obra já citada, como a trajetória da humanidade ao longo dos tempos se baseou na oralidade, e corrobora; "Na antiga Grécia, a memória tinha uma função considerada prioritária: conferir imortalidade ao ser humano. Tinha a função de registro do presente, evitando-se que o esquecimento se impusesse no futuro" (Ibidem, 2006, p. 47). No processar da memória, estão presentes as dimensões do tempo individual e do tempo coletivo, e, ao se dedicar à análise do passado, o estudioso da História vai ao encontro de outro tempo, diferente daquele no qual está integrado, por isso:

> O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido à vida humana, implica durações e rupturas. O olhar do homem no tempo e através do tempo traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem sua visão e representação das diferentes temporalidades acontecimentos que marcaram sua própria história. As análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao interpretar a história vivida no processo de construção da história conhecimento, os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e, a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido, reinterpretando-o sem, no entanto, o modificar (Idem, 2009, p. 33-35).

A *Escola dos Annales* além de estabelecer diálogos com outras ciências e, consequentemente, propor novas fontes, também possibilitou modificações quanto à concepção temporal a partir da obra de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo*, pois sendo a mesma dividida em três partes, a primeira delas faz uma abordagem diferenciada do passado ao discorrer sobre uma história "quase sem tempo", correlacionando os seres humanos e o Ambiente. *O Mediterrâneo* relatou as várias temporalidades e os ritmos da História, ao expor à longa, a média e a curta duração em uma única obra. A interação entre os seres humanos e o Espaço, as suas simbioses, estranhamentos e limitações são descritas nos três volumes, ratificando a importância do Ambiente para a vida humana e, assim para a escrita histórica.

Braudel não propôs um determinismo geográfico, mas um "possibilismo geográfico", ou seja, o meio geográfico é colocado no centro da análise da vida humana, com o objetivo de obter as diversas respostas que os seres humanos oferecessem diante do desafio que o Ambiente alvitra. Fernand Braudel, entretanto, também propala como

o clima mediterrâneo influenciava o aspecto social, político e econômico, ao instituir períodos de guerra e paz, de comércio e de reclusão, enfatizando o diálogo – não o monólogo -, entre os grupos humanos e o meio (BARROS, 2006).

A referida obra de Braudel e as mudanças ocasionadas nos ecossistemas pela ação humana resultaram em uma corrente historiográfica hoje conhecida como História Ambiental. Conforme o historiador Donald Worster, um dos maiores expoentes dessa concepção histórica;

> Seu objetivo é aprofundar nossa compreensão de como os humanos têm sido afetados pelo seu ambiente natural através do tempo e, contrariamente e talvez de modo mais importante, na visão da insustentável situação global atual, como a ação humana afetou o ambiente e quais foram as conseqüências (WORSTER, 2003, p. 25).

A história da humanidade tem sido pesquisada e escrita sem considerar as influências do mundo natural. Os seres humanos colocam-se no centro dos estudos e relegam a Natureza apenas o papel de cenário, que parece estático e não constitui interrelações com a humanidade. O surgimento das cidades e o distanciamento do campo asseveraram ainda mais a tentativa de dominar a Natureza e subjugá-la (RIBEIRO, 2005).

O historiador norte-americano, Alfred Crosby, também um expoente nos estudos da História Ambiental discorreu em *Imperialismo ecológico:* a expansão biológica da Europa, 900-1900 sobre como a sedentarização dos seres humanos permitiu um novo relacionamento com o Ambiente. A necessidade de assegurar o futuro, que provavelmente aproximou os grupos humanos aos animais e plantas e possibilitou a domesticação, também ocasionou a necessidade do homem em sobrepujar a Natureza, tornando-se o seu senhor.

Crosby ainda relatou como essa aproximação e convivência procedeu na construção de um novo ambiente e como isso resultou no surgimento de doenças. Em um segundo momento da obra, Alfred Crosby descreveu como as navegações marítimas européias interferiram no "equilíbrio ecológico" ao "transportar" doenças, animais e plantas para nichos diferentes dos seus habitats, destruindo ou modificando, de maneira significativa, os vários ecossistemas.

Umas das concretizações dos fundadores da *Escola dos Annales foi*, além de propor a interdisciplinaridade, ratificar os estudos com os diversos tempos históricos e talvez por isso, Marc Bloch definiu a História como estudo do homem no tempo (BLOCH, 1997, p. 55), isso rompeu com a ideia que a História estuda e examina apenas e necessariamente o passado. O que ela estuda, especificamente, são as ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto, e isso também está atrelado ao Ambiente.

A História não é apenas o estudo do ser humano no tempo, mas ainda no espaço. Esse espaço pode ser o espaço geográfico, político, social, imaginário ou virtual. Utilizando a interdisciplinaridade proposta pela História Ambiental, utilizaremos o conceito de espaço proposto pelo geográfico Milton Santos em *Metamorfose do Espaço Habitado* (2012), no qual o espaço é resultado das interações entre os seres humanos e a Natureza.

O espaço pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física, e a partir dessa definição da Geografia outras categorias surgiram como paisagem, território e região. A região é uma unidade no espaço, com relativa homogeneidade, sendo organizada de acordo com o sistema na qual está inserida. Assim como a paisagem, ela não é estática e tem diversas formas de representação. Uma bacia hidrográfica, um clima, uma vegetação, que compõe uma paisagem inserida dentro de uma região, podem ser objetos de estudo dentro da perspectiva da História Ambiental, e esta é a proposta deste estudo.

O geógrafo Claude Raffestin fez uma distinção entre espaço e território quando discorreu que "o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator" (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Os seres humanos costumam territorializar o espaço por meio de suas atuações e essas ações redefinem a extensão de terra sob o seu domínio. Utilizando esse conceitualização e a proposta por Fredrik Barth[2](2000), propomos o diálogo entre território e identidade.

As novas propostas e escritas historiográficas não se restringem apenas à interdisciplinaridade, à concepção do objeto de estudo, ao tempo histórico ou à

[2] Abordaremos a conceituação de grupos étnicos e fronteiras.

metodologia a ser aplicada, mas a percepção de sujeito e sujeito ativo desse/nesse processo. Neste item, podemos incluir tanto a temática ambiental, quanto à indígena.

Durante muito tempo os índios foram objetos de estudo dentro do campo histórico apenas nos denominados período colonial e Império. Essas pesquisas, porém, os percebiam como sujeitos passivos no processo de colonização, sendo contribuidores na formação do povo brasileiro, entretanto, fadados ao desaparecimento. A "nova historiografia" propõe uma (re)leitura desse passado, compreendendo os indígenas como participantes ativos, analisando não só as fugas e lutas como processos de resistências, mas também as alianças e demonstrando sua continuidade até os dias atuais (ALMEIDA, 2010).

Entender como os povos indígenas precisaram (re)elaborar suas expressões socioculturais dentro da concepção de culturas fluídas exposta pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (2004) e como, mesmo fadados ao desaparecimento nas visões de pesquisadores como Darcy Ribeiro, Curt Nimuendajú e Estevão Pinto (SILVA, 2008), eles continuam existindo, estão se fortalecendo (obtendo apoio de ONGs, reconhecimento de sua identidade étnica e demarcação de suas terras) e, segundo os censos 2000 e 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os indígenas estão em crescimento constante.[3]

Como esses índios, no final do Século XX e início do Século XXI, precisamente os Xukuru, veem a posse do seu espaço através da demarcação do território e como eles dispõem dos recursos naturais disponíveis nesse meio geográfico no tempo proposto por este estudo. Como (re)afirmaram a sua identidade étnica e de que forma isso está atrelado a Natureza/Ambiente. São esses aspectos que compõem os objetivos da presente pesquisa.

[3] Site consultado: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/indio/numeros.html Acesso em 17/05/2012.

CAPÍTULO I -

O RIO IPOJUCA: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, AMBIENTAIS E HISTÓRICOS

1.1 História e Ambiente: a sociedade e a Natureza como objeto dos estudos históricos

A percepção do Ambiente como possível objeto de estudo histórico ocorreu a partir da *Escola dos Annales* no Século XX, quando foi proposta a interdisciplinaridade com outras Ciências Humanas e as naturais como, a Sociologia, a Geografia, a Ecologia, a Geologia, etc. Foi à maturidade e a consolidação do saber histórico que possibilitou esse espaço de diálogo entre os seres humanos e a Natureza, ambos como sujeitos ativos.

Entretanto, durante muito tempo o campo histórico esteve restrito as questões políticas, ao estudo do Estado nacional, os poderes instituídos e as pessoas diretamente relacionadas com essa instância. Uma história perpassada de certezas e com rigor científico visto como necessário para o seu reconhecimento como ciência, resultado do próprio contexto no qual estava inserida.

A denominada História Positivista emergiu junto aos Estados Nacionais nos séculos XIX e XX. "Seus praticantes eram homens com fortes sentimentos nacionalistas, levados por motivações patrióticas a reconstituir a ascensão dos seus respectivos países e a formação de lideranças políticas dentro deles, e as rivalidades com outros estados, na busca de riqueza e poder" (WORSTER, 1991, p. 198). Todavia com o transcorrer dos Séculos XIX e XX outras demandas surgiram e trouxeram dúvidas no papel desempenhado pelos ocupantes dos cargos de poder nacional.

As camadas sociais menos privilegiadas estavam ausentes nas abordagens da Escola Positivista, isso, porém, não diminuiu a sua importância e relevância para a escrita histórica. Ainda no Século XIX outras abordagens, como a marxista, começaram a analisar o comportamento e o pensamento de pessoas comuns, sem títulos ou riquezas, e começaram a construir uma história social. Ocorreu, portanto, "a constatação de que não são "os grandes homens que fazem a história", mas que esta resulta

fundamentalmente de conflitos que opõem um grande número de indivíduos, ou seja, de conflitos de forças sociais (MANDEL, 2001, p. 27).

O Marxismo, que resultou dessa constatação foi a base dos *Annales*, embora essa escola historiográfica tenha ampliado os objetos de estudos e as perspectivas sobre o tempo, trabalhando com a longa e curta duração. Essas mudanças podem ser percebidas na obra *O Mediterrâneo* de Fernand Braudel, pois um mar torna-se pela primeira vez o centro da pesquisa histórica e uma longínqua temporalidade é utilizada, ou seja, é feita uma análise de quase trezentos anos das (inter)relações entre sociedades humanas e ambiente na região mediterrânea.

Todavia "a História Ambiental como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970" (PÁDUA, 2010, p. 81). A primeira organização científica direcionada para as influências naturais na história humana foi a American Society for Environmental History criada em 1977, entretanto, já no início do Século XX é possível perceber esse conhecimento se delineando.

A preocupação ecológica provavelmente surgiu como resultado da globalização e do capitalismo comercial, industrial e tecnológico, que ocasionou a proliferação de espécies animais e vegetais, a urbanização, o consumo excessivo e consequentemente o uso abusivo dos recursos naturais. Disso decorreram os primeiros movimentos ambientais que surgiram nos denominados países desenvolvidos a partir da década de 1970, pois as demais nações estavam sob ditaduras, em processo de descolonização ou enfrentavam uma miséria extrema que atingia uma parte significativa da população, portanto, não possuíam condições políticas e sociais de viabilizar projetos ambientais (DUARTE, 2005).

Na Europa e nos Estados Unidos as leis que existiam e versavam sobre políticas ambientais foram questionadas e novas propostas com objetivo de atingir o etnoconservação se impuseram ao "mito da natureza intocada".[4] Essa apreensão

[4] A etnoconservação propõe novos usos para os recursos naturais cujo objetivo seria preservar a natureza e respeitar as diversidades étnicas quanto ao conhecimento e manuseio dos mesmos. Ver: RAMACHANDRA Guha, O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo, In: **Antônio Carlos Diegues (Org), Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da Natureza, São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2000, 81-100. Quanto ao "mito da Natureza intocada", é a construção da concepção equívoca que as modificações ambientais só foram ocasionadas a partir da modernidade e por sociedades complexas, comprovando que até as comunidades mais simples provocam mudanças e "impactos"

influenciou e foi influenciada pelos estudos acadêmicos, no entanto o objetivo primordial da História Ambiental é "aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados" (Idem, 1991, p. 2000).

Segundo Pádua (2010) a consolidação dessa escrita historiográfica ocorreu a partir de três perspectivas: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológico de compreensão do mundo; e 3) a visão de Natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

O historiador norte-americano e um dos expoentes da História Ambiental, Donald Worster (1991), apresentou três possíveis campos de estudo dessa historiografia: o primeiro tratando sobre a compreensão apenas da natureza, como ela se organizou e funcionou no passado, em seus aspectos orgânicos e inorgânicos; o segundo introduz os seres humanos e suas relações socioeconômicas, ou seja, como os povos produziram bens e mercadorias dispondo dos recursos naturais desde uma comunidade mais simples a uma mais complexa; o terceiro discorrendo sobre a questão mental ou intelectual, enfatizando os valores éticos, mitos e estruturas de significação no cotidiano das sociedades humanas e como isso é refletido na relação com o Ambiente.

O estudo sobre o Ambiente não é realizado apenas sobre a percepção da Natureza intocável ou pouco modificada pelos grupos humanos, mas refere-se também ao espaço transformado pela ação humana, e é dentro de perspectiva que está à vertente História Ambiental Urbana. A abrangência do conceito de Ambiente, compreendendo a inclusão do espaço urbano, tão presentes em um mundo globalizado e capitalista, para a História Ambiental ocorreu a partir de 1990 nos Estados Unidos e na Europa, quando as cidades foram vistas como "The city was conceived as a quasi organism; water pipes and sewage systems would act like the body's blood circulation to keep the city functioning and prevent it from being poisoned through its own waste products" (SCHOTT, 2004, p. 521).[5]

---

ambientais em período anterior ou posterior a Idade Moderna. Ver: DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada.** 3ª. ed, São Paulo: Hucitec, 2009.

[5] "A cidade foi concebida quase como um organismo; canos de água e sistema de esgoto agiriam como a circulação do sangue no corpo para manter o funcionamento da cidade e impedir que ela seja envenenada através dos seus próprios resíduos".

Quanto ao Brasil, o estudo do Ambiente/Natureza já se faz presente em algumas obras do Século XVI a XVIII. Embora consideradas ufanistas ou/e idílicas, são assinaladas como as primeiras publicações com perspectiva ambiental, tais quais; Gandavo em *História da Província de Santa Cruz,* Ambrósio Fernandes Brandão com *Diálogos das grandezas do Brasil,* ou Rocha Pita com *História da América* Portuguesa (CARVALHO, 1998). A idealização da natureza brasileira que está presente nestas obras serviu com atrativo para a vinda de imigrantes, como argumento da continuação da Coroa portuguesa em solo brasileiro ou como esteio para a grandeza econômica que o país alcançaria (Idem, 1998). Entretanto, elas não estabelecem uma relação direta, entre os seus habitantes e os diversos espaços naturais presentes no Brasil, e nem compreende as conexões mútuas que são fixadas através desse processo.

Há, todavia, obras que analisam as relações entre Natureza e os seres humanos como, *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu; *Monções, Caminhos e Fronteiras e Visões do Paraíso* de Sergio Buarque de Holanda; *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Junior e *Nordeste* de Gilberto Freyre. Discutiremos apenas este último livro por compreender a sua importância para a discussão presente nesta pesquisa, visto que seu objeto de estudo está na região Nordeste, obtendo o estado de Pernambuco relativo destaque.

Em *Nordeste,* Gilberto Freyre discorreu sobre a influência da cana na vida e paisagem desta região, através de análises dos aspectos como, a terra (solo), a água, a mata, os animais e os seres humanos. Freyre demonstrou os vários fatores ambientais que contribuíram para a concretização da colonização, os impactos que essa conquista exerceu sobre a Natureza e quais foram as consequências dessa ação humana na escrita de sua própria história.

No início da referida obra foi feita uma apreciação a respeito do solo nordestino, o massapé, descrito como acomodatício, terra doce, melada, mole, mas que tem resistência e nobreza, o bastante para que nela se construísse com o engenho, a casa, a capela, a senzala. Diferente dos sertões, terreno seco, que afastava o europeu, cujo destino foi atribuído ao gado, devido à ausência de solos para a sua criação, visto o litoral estava imerso na monocultura da cana.

A cana, produto trazido para o Brasil, modificou as relações dos grupos humanos com o Ambiente na Região Nordeste, pois rompeu o equilíbrio da Natureza ao

implantar uma espécie estrangeira em detrimento das plantas nativas em um sistema de monocultura. O cultivo excessivo de uma única espécie com o objetivo de obtenção de lucros resultou na destruição da Mata Atlântica, da vida animal e alterações no clima e no regime de águas.

Os rios, tão essenciais a vida e tão presente na história dos grupos humanos, tornou-se um "mictório de caldas fedorentas" lançadas pelas usinas de cana-de-açúcar.

> As caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes no Nordeste. Na semana do Natal de 1936, *o Rio Goiana*, em Pernambuco, recebeu tanta calda que a quantidade de peixe podre foi enorme. Parecia uma praga do Velho Testamento (FREYRE, 1989, p. 64). (grifamos).

Essa realidade pode ser evidenciada em anos posteriores, a primeira publicação da referida obra (1937), em reportagens dos jornais de grande circulação no estado pernambucano, inclusive suscitando programas que objetivavam a recuperação dos rios poluídos pelo escoamento de tal produto.

> VINHOTO - Anuncia-se que a Secretaria de Saneamento, Obras e Meio Ambiente está propondo um Programa de Controle de Poluição pelo Vinhoto – PROCOV, destinado, como o nome sugere, a controlar a poluição suscitada pelo mesmo nas Bacias Hidrográficas do Estado "em seus aspectos técnicos, legais, educacionais e econômicos". A execução do Projeto caberia à Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos – CPRH. Não estamos aqui criticando subestimando o novo programa. Ao contrário, incentivando-o. Sem nos omitirmos, porém, de fazer um reparo. Que o programa saia do papel, realmente, e nos livre do vexame e da vergonha de assistirmos ao assassinato dos nossos rios pela insensibilidade de meia dúzia de apatacados. Rios, como o nosso Capibaribe, Jaboatão, *Goiana*, para citar exemplos, envenenados, as águas podres, rolando fétidos e sujos, como a imagem mesma do nosso subdesenvolvimento e impunidade (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 30 de novembro de 1986).

O empobrecimento dos solos também foi relatado por Freyre que atribuiu tal situação a monocultura, as queimadas e ao desmatamento próximo aos rios, ou seja, a retirada das matas ciliares, o que ocasionou em período de chuvas a remoção do húmus da terra. Os animais também contribuíram para o desgaste do solo, principalmente a criação de cabras, pois consumia intensa vegetação como alimento, além do pisoteio ocasionado por elas.

Gilberto Freyre ainda relacionou os animais a classes sociais, pois apresentou o cavalo como símbolo da aristocracia, enquanto o boi está correlacionado ao trabalhador. O cultivo da cana foi demonstrado como fator destruidor do equilíbrio dos ecossistemas, pois ocasionou a extinção de várias espécies, que sem seu habit, desapareceram. A alimentação e a saúde da população "brasileira" nesse período também foram direcionadas por essa lavoura, visto a ingestão constante de doces no cotidiano e os males resultantes desse consumo exagerado como, o surgimento da obesidade e de problemas bucais.

Portanto, a obra *Nordeste* nos permite analisar as diversas interações que os grupos humanos estabeleceram com o Ambiente e como essas relações modificaram em vários aspectos a sociedade relatada. É por compreender a importância dessas percepções que o presente estudo propõe discorrer sobre o Agreste com a intencionalidade de evidenciar e analisar o espaço geográfico e social no qual o povo indígena Xukuru, que habita os municípios de Pesqueira e Poção/PE, a 217 km de Recife em uma área demarcada de 27.555 ha, está inserido, e como eles se relacionam com este Ambiente.

Todavia, é preciso compreender as diversas percepções a respeito da Natureza e os vários significados atribuídos a ela pelas sociedades humanas e suas representações, discutindo amplamente sobre o abandono do dualismo entre os seres humanos e o Ambiente, buscando uma nova apreensão de uma relação entendida para além de uma mera influência do meio sobre os seres humanos ou vice-versa. Para entender essa heterogeneidade de respostas, ratificamos o valor da referida pesquisa.

1.2 As condições socioambientais e históricas da região Agreste e de Cimbres/Pesqueira

O estado de Pernambuco tem uma área de 98.311,66 km², que é dividida em três regiões devido às configurações geográficas do seu território, respectivamente; Litoral-Zona da Mata, Agreste e Sertão. A extensão de suas terras faz-se no sentido oeste, o que resulta em 80% do seu espaço situado em uma zona semi-árida, onde as chuvas são poucas e mal distribuídas e a maioria dos rios é intermitente.

O Litoral-Zona da Mata é uma região correspondente a 11 mil km² que se estende da costa atlântica até o início do Planalto da Borborema. Apresenta chuvas abundantes que variam entre 1.200mm a 2.000mm anuais, e rios perenes que drenam vastas áreas, viabilizados pelo alto índice pluviométrico local (ANDRADE, 1987).

Localizando-se inteiramente na região do semi-árido, o Sertão pernambucano apresenta uma extensão de 63 mil km², o clima é quente e seco, com chuvas escassas e mal distribuídas durante o ano. "Essas condições climáticas refletem-se na vegetação, nos solos e no regime dos rios, bem como na produção agrícola e na mobilidade da população" (CONDEPE/FIDEM, 2005, p. 9).

A região Agreste, onde está situada a Serra do Ororubá, moradia da etnia indígena Xukuru, possui uma expansão um pouco superior a 24 mil km², sendo uma área de transição entre o Litoral-Zona da Mata (Leste) e o Sertão (Oeste), apresentando características de ambas. Seu espaço localiza-se quase inteiramente sobre o Planalto da Borborema, o que ocasiona altitudes de até 1.000m, formando micro-climas que possibilitam a agropecuária.

Esses micro-climas estão nos brejos de altitudes onde a pluviosidade é semelhante ao do litoral, situando-se entre 800 a 1.200mm, podendo até ter precipitações superiores (TABARELLI; SANTOS, 2004), e os solos são mais profundos e ricos em materiais orgânicos e o acesso aos recursos d'água é maior. Há concentrações dos brejos nos estados da Paraíba e em Pernambuco (Idem, 1987). Em Pernambuco o planalto de Garanhuns e o Planalto da Borborema dão origens aos mais importantes brejos como, Bezerros, Pesqueira, Garanhuns, Triunfo e demais.

> Além dêste planalto os brejos ocupam as cristas com altitude superiores a 500 metros localizadas no interflúvios da bacia do Rio Una com a bacia do Ipojuca e nos interflúvios do Ipojuca com o Capibaribe, nas cristas com altitudes superiores a 700 metros, como se observa ao Norte das cidades de Bezerro – Serra Negra, e Pesqueira – Serra de Ororobá (Ibidem, 1987, p. 20).

Esses brejos também são beneficiados pelos alísios do Sudeste, o que possibilita um aumento na umidade destes locais. Em municípios como Pesqueira, São Bento do Una e Brejo da Madre de Deus, além das chuvas predominantes entre março e agosto, ou seja, no período outono/inverno, ocorrem precipitações nos meses de janeiro e fevereiro provocadas pela ZCIT (Zona de Convergência Intertropical).

Ao lado dos brejos de grandes altitudes, existem outros menores e menos importantes e que são decorrência destes como, os brejos de vales, os ciliares e os pés-de-serra. Os primeiros estão em áreas mais aplainadas do planalto da Borborema, contíguo a leitos de riachos, sendo utilizada para o cultivo de bananeiras e legumes. Os brejos ciliares são "manchas verdes" junto a rios em locais secos e inóspitos. Quanto aos pés-de-serra são espaços nos sopés dos planaltos que armazenam água e materiais orgânicos transportados pelas enxurradas, o que permite o desenvolvimento da agricultura.

Embora abranja apenas 25% de Pernambuco, e concentre o mesmo percentual quanto à população do estado, o Agreste é fornecedor de gêneros alimentícios e mão-de-obra para o Litoral-Zona da Mata. Os víveres destinados as outras regiões de Pernambuco são principalmente grãos, hortaliças, raízes, frutas, legumes e verduras tais como, feijão, milho, alface, repolho, coentro, mandioca, inhame, mamão, banana, goiaba, pinha, abacaxi, tomate, cenoura, beterraba, cebola, etc. (MELO, 1980).

Além da policultura, a criação bovina leiteira também obtém destaque na área agrestina. Desde o período colonial, em meados do século XVII quando a ocupação do litoral pelo cultivo da cana-de-açúcar inviabilizou a criação bovina no mesmo espaço, foram distribuídas sesmarias em regiões interioranas o que ocasionou mais invasões de terras indígenas, dentre elas a "Serra de Ararobá" em Pesqueira (SILVA, 2012).

A região agrestina também possui seus espaços semi-áridos onde a pluviosidade é inferior a 700-800mm, situados em depressões ou vales alargados em pediplanos por onde correm o rio Capibaribe, o Ipojuca e o Una. Esses ambientes semi-áridos

condicionam como forma de uso da terra, a existência de uma pecuária predominantemente leiteira e, concomitantemente, atividades de lavoura de curto ciclo vegetativo, bem adaptadas a um regime de chuvas concentradas em um determinado período, que é seguido por outro seco.

A ocupação do interior, precisamente do Agreste pernambucano, foi realizado utilizando-se os caminhos fluviais, em destaque três rios: o Capibaribe, o Ipojuca e o Una. Posteriormente, estes rios foram usados como referência na construção de estradas.

> Os caminhos mais conhecidos para se atingir o agreste em fins do Século XVI eram, principalmente, três; o primeiro e mais antigo percorria o sul da capitania, que, na época, se constituía das terras onde hoje se situa o estado de Alagoas, e, através de vários rios, chegava-se à Foz do Rio São Francisco e daí se navegava na direção norte, para o interior; o segundo roteiro, pelo rio Ipojuca, foi muito utilizado pelos criadores de gado e o rumo era para a direção Oeste da Província de Pernambuco; a terceira rota utilizava o Rio Capibaribe, cujo percurso se fazia pelo Norte, para alcançar o interior da Capitania. Todos os três roteiros poderiam levar o viajante à região Agreste (BARBOSA, 2007, p. 110).

Outros fatores que possibilitaram a ocupação da região Agreste foram; a destruição do Quilombo dos Palmares e a vitória na luta contra os índios Cariri, na denominada "guerra justa", que resultou na escravização deste povo e consequentemente na perda de seu território para os portugueses, e isso ocasionou na doação de sesmarias nas ribeiras do Paraíba do Norte, do Capibaribe, do Ipojuca e do Una. Onde, posteriormente, se constituíram extensas fazendas de criação de gado e se desenvolveu, nas áreas úmidas dos brejos, a agricultura de subsistência que dispunha da água dos rios na estação chuvosa ou em cacimbas escavadas no leito dos rios em períodos secos.

> Observa-se, assim, já em 1774, uma tendência a maior concentração populacional nas áreas úmidas de brejos onde localizavam-se, Cimbres, Bom Jardim e Garanhus, dedicando-se essa população, em geral à agricultura de subsistência. As outras três vilas localizavam-se à margem dos caminhos de penetração: Campina Grande, centro do comércio do gado, era como a porta de penetração para o sertão paraibano, para o Cariri. Limoeiro e Bezerros, localizados respectivamente nos vales do Capibaribe e

> do Ipojuca, eram "pousos" à espera dos tropeiros que do Recife demandavam o Agreste ou o Sertão, ou que, oriundos destas regiões, procuravam o Recife (Ibidem, 1987, p. 143-144).

A Vila de Cimbres, atualmente território que integra a área indígena Xukuru, surgiu dentro desse contexto de povoamento e foi consequência de um antigo aldeamento existente na região sob o comando da ordem dos Oratorianos no Século XVII.

> A antiga aldeia de Urubá, depois freguesia de Ararobá e por último, vila e termo de Cimbres, registrou dentro dos seus muros, pouco depois de 1680, a presença do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, acompanhado de um contingente armado de cerca de 1.000 homens que se destinavam aos Quilombos dos Palmares para combater os escravos fugitivos, organizados em República havia mais ou menos 50 anos. O famoso bandeirante procedia do sertão potiguar, via Piancó, a chamado do Governador de Pernambuco Caitano de Melo e Castro, vindo da luta contra os aborígenes em revolta, para combater os pretos da Serra da Barriga também amotinados em defesa da liberdade (MACIEL, 1980, p. 153).

A importância da missão religiosa dos Oratorianos e posteriormente da Vila de Cimbres, deve-se ao fato do local ser um ponto de apoio para a expansão da conquista portuguesa sobre as terras do Agreste e Sertão pernambucano.

> [...] a partir de Cimbres, e desde o momento em que ocorreu o encontro entre os que subiam e desciam pelo Vale do Ipojuca, ficou descoberto afinal o novo caminho entre a capital de Pernambuco e os sertões são-franciscanos [...] os tropeiros vindos agora do Recife subiam o vale do Ipojuca até mais ou menos o local da atual cidade de Sanharó onde o curso desse rio se desvia para o noroeste em direção as suas cabeceiras e daí atravessavam, sem encontrar obstáculos, os imperceptíveis divisores das águas entre esta bacia fluvial e a do Ipanema, alcançando o sopé meridional da "serra" do Ororobá (SETTE, 1956, p. 44-45).

Posteriormente, Cimbres perdeu sua hegemonia para uma fazenda de gado, em 1852 que foi elevada a categoria de vila em virtude de uma Lei n.20 de 15 de maio de 1836, que dará origem a cidade de Pesqueira. A ascensão desta cidade em relação ao povoado de Cimbres ocorreu pela necessidade de um novo centro que funcionasse como

mercado de compra e venda dos produtos regionais e das mercadorias trazidas do Recife.

A localização geográfica da "fazenda" Pesqueira, estando situada às margens da estrada que interligava Litoral, Agreste e Sertão, e possibilitava a oferta de estadia, mantimentos e água para a viagem, além dos produtos locais.

> Foi na fazenda Poço de Pesqueira, no sopé da Serra, pertencente ao capitão-mor Manoel José de Siqueira, que se desenvolveu o embrião da nova cidade. atraindo os brejeiros da serra para vender os seus produtos agrícolas e para comprar mercadorias vindas do Recife. Em 1800, a fazenda é promovida a povoado, iniciando a sua ascensão político-econômica e acentuando a decadência de Cimbres (CAVALCANTI, 2007, p. 45)

A presença dos viajantes, cada vez mais cotidianas e de longa estadia, possibilitou o aumento na comercialização de produtos entre o sertão a capital e ocasionou o surgimento de novos locais de hospedagem, construções residenciais e depósito de armazenamento de mercadorias.

Cimbres que estava localizada na "antiga Aldeia de Urubá, esta distante das principais vias de comunicação, trepada num dos patamares intermediários da vertente setentrional da Ororobá, justamente a encosta semi-árida, olhando para o vale sêco do Ipojuca e lutando até pela obtenção da água" (SETTE, 1956, p. 51), não conseguiu vencer o duelo em busca da supremacia demográfica, política e econômica. Perdeu o título de Comarca do Sertão e teve sua escola primária, seu Batalhão da Guarda Nacional, seu Senado da Câmara e seu Governo Municipal transferido para Pesqueira.

O crescimento do povoado de Pesqueira, sua consolidação como município e sua urbanização ocorreu durante todo o Século XIX, a principio sobre a égide do comércio, posteriormente, sobre as indústrias alimentícias, principalmente de doces em conserva. A atividade comercial obteve seu apogeu em 1907 com a chegada dos trilhos da Great Western of Brazil Railway Limited, que auxiliou no transporte de produtos para vários municípios, entretanto, o seu prolongamento até Arcoverde em 1920 retirou a hegemonia da cidade de Pesqueira.

Todavia, essa atividade mercantil possibilitou à acumulação de capital que foi destinada as diversas fábricas, principalmente a Peixe. Outros fatores contribuíram com a concretização das indústrias pesqueirenses como, a mão-de-obra barata localizada no

município, um mercado local e a abundância de goiaba, primeiro produto utilizado nas fábricas e proveniente dos brejos úmidos da Serra do Ororubá. Portanto, esse fruto era cultivado por muitos índios, que também exerceram diversas funções nas indústrias sendo empregados.

Logo, é incoerente relegar o papel desempenhado pelos índios Xukuru e Paratió, na construção histórica da referida cidade. O nome do próprio município conforme afirmação dos indígenas foi atribuído devido o hábito destes povos em ir pescar em um poço:

> Pesqueira, esse nome é por causa do pesqueiro tem tinha aqui, que os índios iam pescar lá, e foi por conta desse pesqueiro que tinha lá a cidade passou a ser Pesqueira, mas na realidade mesmo era dos nossos antepassados, era um poço que tinha lá que eles faziam, iam pescar lá, diziam vamos pro pesqueiro né? Então por conta disso formaram a cidade, né? Nosso território ficou Pesqueira, mas na realidade Pesqueira pertence aos indígenas.[6]

Semelhante discurso está presente na obra *Pesqueira: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais* do geógrafo Hilton Sette:

> Era, no alvorecer do século XIX, apenas o "sítio" da Pesqueira, nome que se refere a um "poço" natural formado pelo riacho Santana à maia encosta da vertente meridional da Ororobá, onde os índios Xukurús, os habitantes daqueles brejos úmidos, costumavam vir buscar os "cardumes de peixe" (Idem, 1956, p. 48).

A referência a essa etnia indígena, entretanto, é anterior ao surgimento do povoado de Cimbres e ao município de Pesqueira. De acordo com Hohental, a mais antiga menção sobre os Xukuru é de aproximadamente 1599 (HOHENTAL, 1958, p. 99). Referente ao aldeamento sob a liderança dos Oratorianos, que dará origem ao povoado, este é fundado apenas em 1669 quando a Congregação chegou à região, seguindo um rio, provavelmente o Ipojuca.

[6] Entrevista realizada em 18/05 /2010 com o senhor José Edvaldo Rodrigues de Lima, conhecido por "Seu Vinvin". Aldeia Passagem, Área Indígena Xukuru, Pesqueira-PE.

Outros pesquisadores, como, Estevão Pinto e Curt Nimuendajú[7], posteriormente, no Século XX, ratificaram a continuidade da presença deste povo indígena na região, embora negasse sua identidade étnica, atribuindo-lhes o nome de caboclo, e afirmando o processo de "aculturação" devido à ausência do fenótipo de "índio" e de um idioma próprio (SILVA, 2008). O discurso oficial postulava que os povos indígenas "teriam sido ou exterminados fisicamente ou assimilados completamente à cultura e à sociedade regional, passando a compor o tipo humano e cultural do caboclo ou sertanejo" (ARRUTI, 1995, p. 57).

O suposto "desaparecimento" dos povos indígenas, principalmente em locais de antiga colonização como o Nordeste, ocorreu a partir do Diretório de Pombal que favoreceu os casamentos interétnicos, proibiu os índios de usarem seus próprios nomes e falarem o idioma de seu grupo, além de obrigar o uso de vestimentas "decorosas", o trabalho na agricultura e comércio (LOPES, 2005; AZEVEDO, 2004). Outro provável motivo para a "inexistência" de índios na região nordestina deve-se a criação romântica dos padrões físicos, sociais e ambientais hipoteticamente e presente/ou constantes nos indígenas, ou seja, a tonalidade da pele, a cor dos cabelos e olhos, a total ou parcial falta de roupas, a vivência em florestas e a presença de um idioma próprio (SILVA, 1995). Negando-se, portanto, a identidade étnica dos indivíduos e grupos onde tais características estivem completa ou parcialmente ausentes.

A construção desse estereótipo indígena foi utilizado como esteio para a desapropriação de terras, antes destinadas aos aldeamentos, posteriormente, a família dos índios, com a legação da ausência de povos nativos "puros", pois os existentes na região já estavam "aculturados". Esse precedente concretizou-se com maior efetivação a partir da promulgação da Lei 601 em 1850 que procurava regulamentar e gerir as terras devolutas do Império o que ocasionou o aumento da ocupação de territórios pertencentes às aldeias ou antigos aldeamentos. Este fato também ocorreu no povoado de Cimbres.

> A extinção de inúmeras aldeias se deu pelo desrespeito ao Governo Provincial em relação aos direitos dos índios. Estes se atentar para a necessidade de recorrer às medidas legais exigidas e sem condições de

[7] Outro importante pesquisador da história indígena, entretanto em momento posterior aos autores acima citados, foi Darcy Ribeiro. Embora apregoe a integração dos índios a "civilização", ou seja, a sociedade brasileira, seu mérito decorre por ter sido o primeiro autor a discutir a problemática indígena de maneira ampla e a se dedicar as pesquisas científicas direcionadas à Etnologia.

> pressionar para a garantia de seus direitos, viram suas terras registradas em nome de fazendeiros. O Diretor-Geral dos índios da Província faz referência a esta lei, em 1858, relacionando-a com o exemplo de Cimbres. Em contradição, respondendo à petição de aforamento de terras feita pelo Coronel Pantaleão de Siqueira Cavalcante em 1863, O Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas negava a prerrogativa, considerando as terras devolutas e por conseguinte sob efeito da mesma lei de terras (SOUZA, 1998, p. 44).

O crescimento das solicitações pelas terras que compunham as aldeias resultou em um levantamento sistemático das situações das aldeias em Pernambuco no século XIX onde foi constatados aldeamentos em: Escada, Barreiros, Cimbres, Água Belas, Assunção, Brejo dos Padres e Baixa Verde. Quanto ao aldeamento em Cimbres o relatório apresentava a seguinte descrição:

> Aldeamento de Cimbres – na comarca de Brejo Madre de Deus, entre a serra do Orubá e o Ipojuca, a 64 léguas de Recife; com uma população de 789, distribuída em 238 famílias, ocupando uma área sem medição oficial, com cerca de três por duas léguas (Idem, 1995, p. 67).

A execução da Lei de Terras ocasionou a expropriação nos territórios indígenas, inclusive na Serra do Ororubá, sob a alegação da ausência de índios na região e/ou da excessiva quantidade de terras destinadas aos caboclos sendo pouco e mal utilizadas por eles. O resultando da expulsão de muitas famílias Xukuru de suas terras foi à busca por trabalhos como diaristas ou meeiros e "alugados" para os "novos proprietários". Os alugados eram os índios que arrendavam temporariamente de suas antigas terras com o propósito de fazer cultivos e deixar os restolhos da plantação, juntamente com capim para o gado dos fazendeiros para os quais passaram a trabalhar (SILVA, 2008).

As subsequentes expropriações nas décadas posteriores ocasionaram em migrações de famílias para a área urbana de Pesqueira e dos homens para a Zona da Mata pernambucana, além de capitais como Recife e/ou São Paulo, com o objetivo de consegui o sustento dos seus parentes (BEZERRA, 2012). As poucas famílias que permaneceram com a "posse" de suas terras, desenvolviam cultivos de curto período, e como não dispunham de recursos para investir na produtividade de suas plantações, arrendavam suas terras e migravam em determinados períodos do ano, como na colheita

da cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana. Ao retornarem para sua cidade, seu território agora pertencia à pessoa para qual haviam arrendado (OLIVEIRA, 2006).

As desapropriações originaram problemas socioeconômicos dentro das comunidades indígenas, como a carência de gêneros alimentícios e demais itens, além de limitar a liberdade das suas expressões culturais, pois havia menos espaços onde os rituais poderiam ser realizados longe dos "olhares" dos não índios. Essa desagregação familiar, e étnica, assim como as constantes perseguições, ocasionaram na negação da identidade indígena e no hipotético "desaparecimento" dos índios no Brasil, principalmente no nordeste[8].

O "reaparecimento", portanto, dos povos indígenas no Nordeste nas últimas décadas do século passado, anteriormente classificados como remanescentes e denominados de caboclos, reivindicando o direito ao território e ratificando sua identidade étnica gerou críticas e notoriedade, pois estes eram declarados oficialmente "extintos". Entretanto, mesmo *invisíveis* desde os fins do século XIX, teceram sua história de resistência étnica (SILVA, 2003), participando das mobilizações a partir do século XX para obter o reconhecimento dos seus direitos.[9]

Essas emergências étnicas ocorreram junto às mobilizações que requeriam do Estado políticas públicas específicas e, posteriormente, a demarcação dos territórios indígenas, fato possível após a promulgação da Constituição de 1988. A inclusão dos artigos 215 e 231 foi uma conquista do Movimento Indígena no Brasil com o apoio de ONGs, Igreja Católica Romana, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), universidades, parlamentares, etc.

O Movimento Indígena no Brasil, criado na década de 1970, surgiu como um elemento flagrante para entender um novo período da política indigenista nacional, no qual os indígenas vão paulatinamente aparecendo como os próprios interlocutores na construção de suas demandas e defesa de seus direitos (OLIVEIRA, 2011).

Essas mobilizações desenvolveram novas perspectivas e análises sobre a historiografia brasileira, que começaram a compreender o índio como sujeito ativo no

[8] Compreendemos o Nordeste como região geográfica e local de antiga colonização, ou seja, onde os povos indígenas sofreram os primeiros impactos do povoamento efetuado pelos portugueses.

[9] As mobilizações ocorreram a partir do Século XX, entretanto, durante todo o período colonial e imperial, os índios interagiram e reagiram à colonização portuguesa e ao Estado brasileiro, seja, por meio de fugas para os sertões, de invasões as vilas, ou de alianças estabelecidas dentro e fora dos aldeamentos. As ações e reações também ocorreram quanto ao Diretório Pombalino e a Lei de Terras (ALMEIDA, 2003; SALDANHA, 2002; DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 2009; CUNHA, 2009).

processo histórico nacional (ALMEIDA, 2010), e a entender as culturas como fluídas, passiveis de modificações, não existindo, portanto, os "índios 'puros' do passado, idealizados e apresentados como antepassados míticos" (OLIVEIRA, 2004, p. 19).[10]

E nesse sentido,

> [...] pensar os índios no Nordeste é, antes de tudo, conhecer os processos históricos e os fluxos culturais expressos nas relações com diferentes atores sociais pertinentes a cada grupo indígena. A cultura é vista não mais por uma perspectiva das perdas, e sim como expressão das relações sociais e históricas de diferentes atores em interação, local e globalmente, das disputas por terras às várias influências políticas, no âmbito público ou, mais proximamente, nas articulações, alianças e organizações sociais (SILVA, 2011, p. 495).

Dentro desse contexto e perspectiva podemos analisar o "reaparecimento" dos Xukuru e as suas mobilizações, cujo propósito era obter o reconhecimento da sua identidade étnica e a demarcação de seu território.

Podemos perceber as mobilizações dos Xukuru, embora não com o propósito de demarcar o território, anterior a 1954[11], porém foi a partir dessa ano que obtiveram um aparente resultado com a instalação de um posto do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) no sítio[12] Jitó, após uma visita do sertanista Cícero Cavalcanti de Albuquerque (SILVA, 2007). Esta instalação adveio por meio de pedidos deste povo[13], e mesmo que a proposta do SPI era de integrar os povos indígenas a "civilização", ou seja, auxiliá-los no processo da assimilação das condutas sociais vigentes na sociedade brasileira por

[10] Outro antropólogo, Barth, afirmou "a persistência de grupos étnicos em contato implica não somente 'critérios' e sinais de identificação, mas também uma estrutura de interação que permite a persistência de diferenças culturais" (1969, p. 16).

[11] A instalação do posto do SPI aconteceu em 1954, embora as relações entre os índios Xukuru e o IR4 do SPI Recife já existissem a cerca de uma década (OLIVEIRA, 2006).

[12] A categoria "sítio" não designa a moradia de apenas uma família, mas um aglomerado de casas em uma determinada região que podia pertencer a um ou mais proprietários. Após a demarcação do território, eles passaram a ser denominados de aldeias.

[13] Conforme as memórias do Xukuru, os irmãos Nascimento foram até a sede do SPI no Rio de Janeiro solicitar auxílio para os descendentes dos índios que lutaram na Guerra do Paraguai, a instalação de um posto e a criação de uma escola (SILVA, 2010; 2007).

meio da tutela, sua presença atestava[14] que havia índios, ou "remanescentes", na referida localidade.

Anterior a construção do PI (Posto Indígena), é relatada através das memórias e dos documentos escritos como, telegramas, ofícios e recibos a relação estabelecida entre os Xukuru e o IR4 (Inspetoria Regional 4) do SPI em Recife. É perceptível por meio de análises destas fontes o assistencialismo promovido pelo IR Recife a algumas famílias Xukuru com o envio de ferramentas e sementes destinados ao cultivo de roçados, e o pagamento de transportes para a locomoção de índios doentes (SILVA, 2010).

A construção do posto do SPI foi realizada na aldeia São José, região da Serra de Ororubá mais próxima a área urbana de Pesqueira. Com a instalação do referido posto foi solicitada ao SPI/RJ a aquisição de terras, cerca de 800 hectares, em uma área denominada Pedra D'Água, que foram cedidos pelo Governo Federal a Prefeitura de Pesqueira (Idem, 2010, p. 285). A obtenção dessas terras teve o intuito de disponibilizar espaços aos índios que pudessem ser utilizados para a agricultura e dessa forma atenuar a miserabilidade[15] ao qual estavam expostos devido à ausência de trabalhos e terras para o cultivo.

Outra mobilização, em aspecto menor, foi à ocupação de Pedra D'Água em momento anterior ao Golpe Militar de 1964, em uma ação da Liga Camponesa com participação indígena. Essa terra estava integrada ao antigo aldeamento, agora sob a posse da União. Entretanto na compreensão dos indígenas, aquelas terras não pertenciam ao Governo Federal, mas aos Xukuru (SILVA, 2007; 2010). O resultado desta "invasão" aos domínios federais foi a expulsão e/ou prisão dos ocupantes.

Com a substituição do SPI pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) na década de 1970 ocorreu a apresentação junto ao órgão de José Pereira, mas conhecido como Zé Pereira, na função de Cacique. O mesmo foi ficou responsável por receber os auxílios destinados aos índios Xukuru e repassá-los para a comunidade. O referido Cacique havia sido escolhido pelo então já instituído Pajé, Seu Zequinha, que afirmou suas idas

[14] Segundo os parâmetros estabelecidos pelos estudos vigentes na época, que requeriam destes povos a presença de rituais, do "fenótipo índio", o uso de idioma indígena, da fabricação de utensílios, etc. Anterior a instalação do posto sempre havia uma pesquisa sobre a etnia. Esta era realizada por algum sertanista ou etnólogo, sobre a antiguidade da presença daquele povo na área (localidade) e a "veracidade" de sua identidade étnica, para que assim a solicitação fosse atendida.

[15] "Na lógica do SPI, o órgão se apresentava como redentor dos últimos remanescentes indígenas que eram vistos como vitimizados e indefesos, e que precisavam ser protegidos e assistidos, para tornar possível uma convivência pacífica com os civilizados" (PERES apud SILVA, 2010, p. 286).

frequentes a FUNAI de Recife, a fim de obter informações sobre uma possível devolução do território indígena expropriado por fazendeiros e posseiros (Ibidem, 2006). Entretanto, as efetivas mobilizações somente ocorreram quando o índio, Francisco de Assis Araújo, o "Xicão", foi estabelecido como Vice-Cacique e posteriormente, Cacique, na segunda metade da década de 1980. A ascensão de "Xicão" a função do cacicado, foi atribuído como escolha dos Encantados[16], e sua cura milagrosa[17] atestava esse pacto (SANTOS, 2009).

As mobilizações indígenas, inclusive dos Xukuru, asseguraram a presença dos Artigos 215 e 231 na promulgação da Constituição de 1988 que postulam:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> § 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. [...]
> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008, p.137-146).

Essa 'conquista'[18] asseverou maiores possibilidades no processo de reconhecimento e demarcação do território indígena Xukuru. Parcerias estabelecidas com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o Centro de Direitos Humanos de Pernambuco, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), líderes sindicais rurais e urbanos de Garanhuns/PE e o CCLF vieram contribuir nesse processo, que foi extenso e marcado por violências por parte das

[16] Conforme o Pajé, Seu Zequinha, Xicão já havia sido escolhido pelos Encantados desde a década de 1970, embora não tenha assumido nenhuma liderança nesse período e tenha se afastado da área indígena por alguns anos (Idem, 2009). Os são os espíritos dos antepassados dos Xukuru que se comunicam através da incorporação ou transe mediúnico durante os rituais do Toré e da pajelança (Souza, 2004). Segundo Grünewald, "alguns deles tiveram existência humana, foram antepassados que se teriam *encantado*, ido para o 'reino encantado' ou 'reino da Jurema' ou 'juremá'" (2005, p.43, grifo do autor).
[17] Em uma entrevista cedida ao CCLF (Centro Cultural Luís Freire) em 1997, "Xicão" afirmou que estava com uma úlcera no duodeno e com problemas alcoólicos, e fez uma promessa à Mãe Tamain, para conseguir superar ambas as doenças, no que foi atendido (Ibidem, 2009).
[18] Como forma de afirmação ao direito a terra e a sua antiga presença na área, os Xukuru utilizaram as memórias, principalmente, as referentes à Guerra do Paraguai, quando afirmam ter recebido da princesa Isabel garantias ou posse do terreno pela participação no citado combate (SILVA, 2007).

autoridades políticas e policiais de Pesqueira, em associação aos fazendeiros locais. Essa violência resultou no assassinato do Cacique "Xicão" em 1998, entre outras (Idem, 2009).

A primeira retomada[19] ocorreu na região da Pedra D'Água, "por seu caráter mágico e religioso para essa etnia, pois Pedra d'Água é onde fica a Pedra do Rei ou "Pedra do Reino", lugar sagrado para esse povo" (Idem, 2009, p.64), e provavelmente por ser área da União Federal emprestada a Prefeitura de Pesqueira e sob 'posse temporária' de posseiros vindos da Paraíba (Idem, 1998, p. 79-80).

As retomadas foram efetivadas dentro da área identificada pela FUNAI como território indígena Xukuru. Essas ocupações eram realizadas por homens, mulheres e crianças, nas aldeias ou sítios previamente escolhidos pelas lideranças, onde se instalavam por dias, semanas ou meses, reivindicando a concretização da demarcação do território. Eram auxiliados por suas famílias, pelo CIMI, e organizações da sociedade civil, visto as impossibilidades de executar trabalho que fornecesse mantimentos para aqueles que estavam diretamente envolvidos neste processo.

Em 30 de abril de 2001 foi publicada a homologação da terra indígena Xukuru no Diário Oficial da União. Uma das etapas havia sido concluída, restando à indenização da área aos fazendeiros e posseiros, fato este ainda em percurso. O reconhecimento oficial do território possui várias dimensões quanto à importância e valor para esta etnia indígena como discorreu Souza, "O território Xukuru, definido oficialmente exerce a função de espaço político e permite estratégias econômicas para a sobrevivência do grupo" (1998, p. 121).

Atualmente, dos 27.555 hectares demarcados, 97% estão em posse dos Xukuru. Esta área é dividida por eles em três regiões: Ribeira, Serra e Agreste no qual integram 24 aldeias. Na presente pesquisa analisaremos a Ribeira, enfocando, duas aldeias; Passagem e Pão-de-Açúcar.[20]

Abaixo um mapa do Projeto de Capacitação e Assessoria Técnica/PCAT Xukuru, (2007) em evidência as três regiões e os recursos hídricos nelas disponíveis (a Ribeira está sob o destaque da cor azul). E uma foto da área da Ribeira (em destaque a

[19] Nome atribuído pelos indígenas ao processo e a ação de reocupar terras tradicionais, ou seja, que pertenciam a seus antepassados e que foram expropriadas por fazendeiros e/ou pequenos posseiros.
[20] No capítulo III abordaremos e discutiremos os conceitos de territorialidade e identidade étnica atrelado ao uso da terra (também ao processo de homologação do território) e dos recursos naturais (NEVES, 2007).

Barragem Pão-de-Açúcar, presente no mapa). Anterior a construção da Barragem o principal recurso hídrico nessa região era o rio Ipojuca, também objeto de estudo desta pesquisa.

Figura I – Mapa das regiões do território Xukuru, em destaque: os recursos hídricos

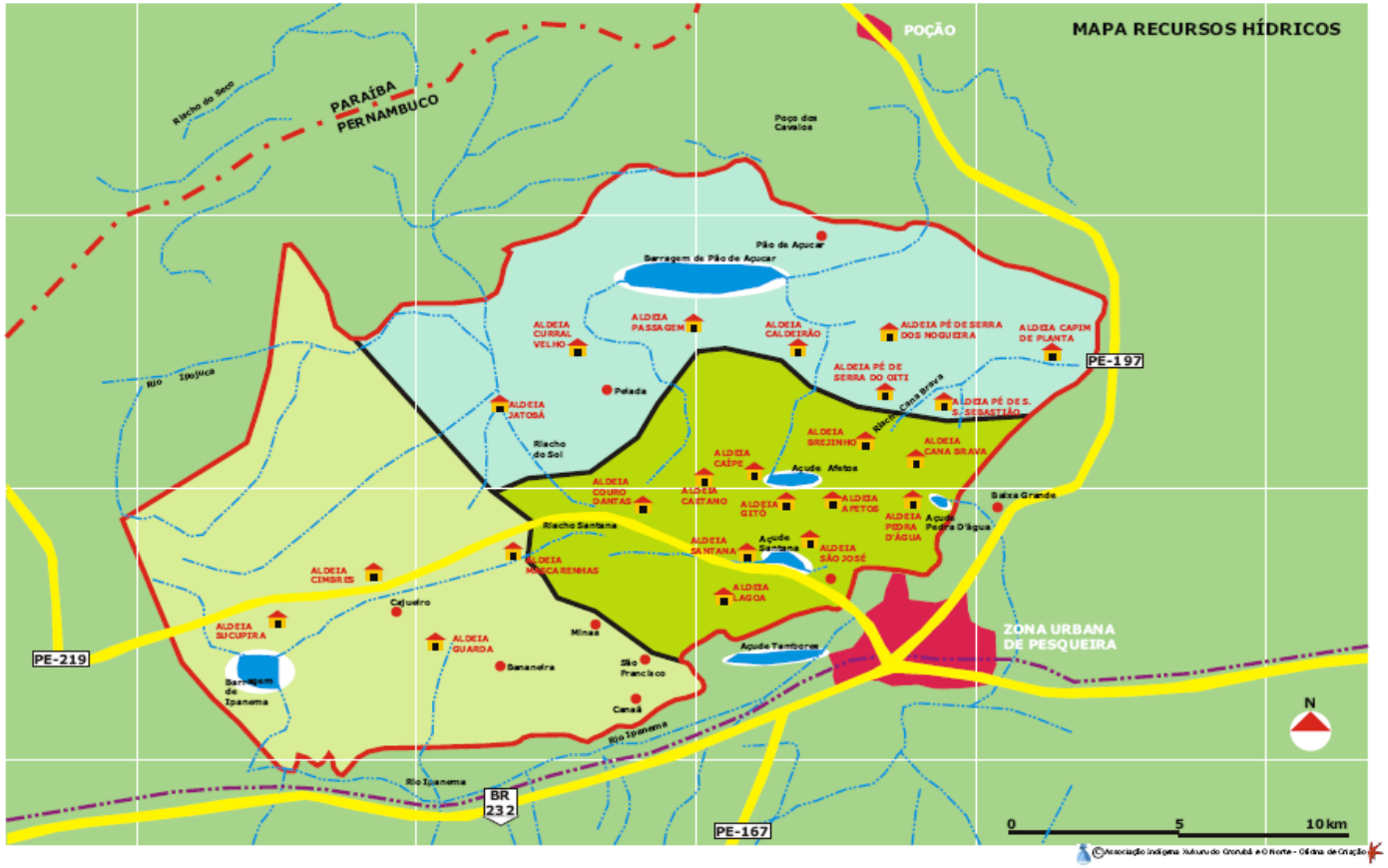


Figura II – Fotografia da Região da Ribeira

Foto: Edson Silva, janeiro de 2010.

1.3 Aspectos socioambientais e geográficos do rio Ipojuca

O estado de Pernambuco não apresenta rios de grande extensão, nem de grande volume de água, com exceção do rio São Francisco, que é um limite natural entre Pernambuco e Bahia, na região sertaneja. A grande maioria dos rios que compõe a rede hídrica pernambucana tem sua bacia hidrográfica localizada integralmente dentro de Pernambuco (são os denominados "rios estaduais"), enquanto outros, em menor escala, têm partes de suas bacias alcançando áreas de estados vizinhos (e recebem a denominação de "rios federais").

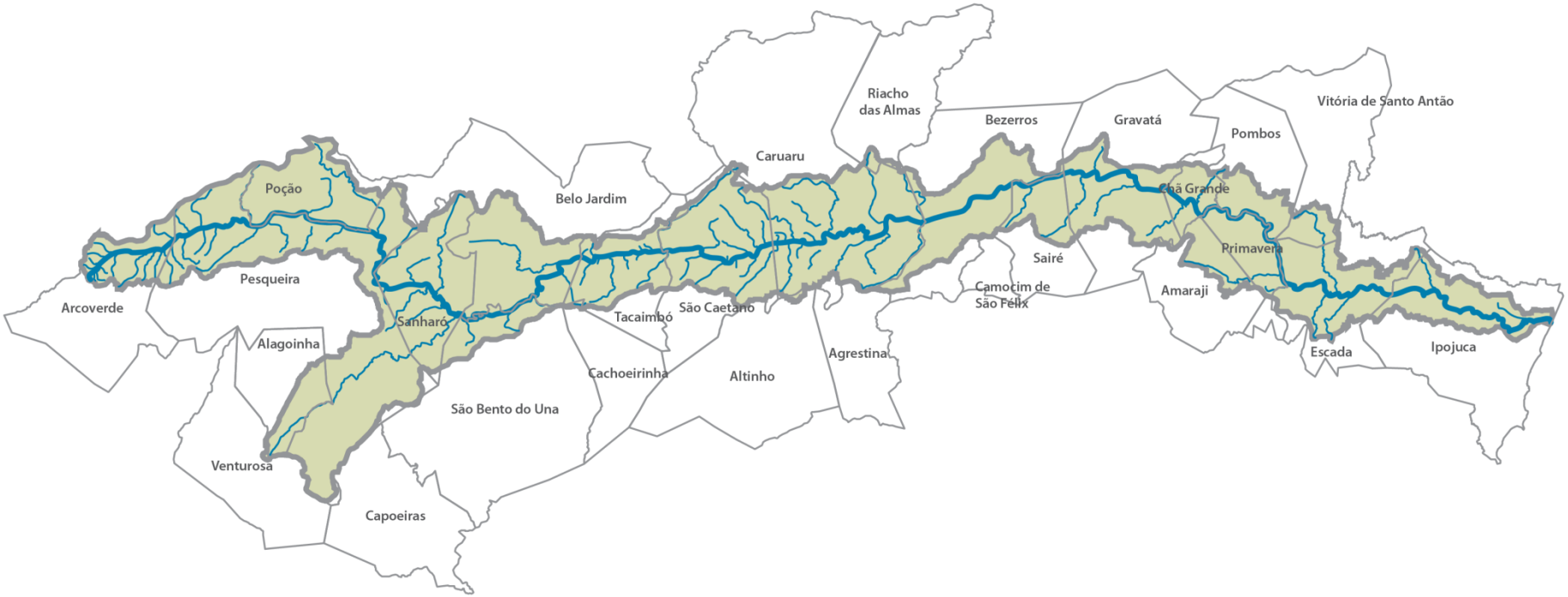
O território pernambucano foi dividido em 29 UP (Unidades de Planejamento) que abrangem 13 bacias hidrográficas, essa repartição visa uma melhor e maior compreensão da circunscrição dessas bacias, assim como o atendimento quanto a sua preservação e revitalização. De acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH-PE, a bacia hidrográfica é a unidade geográfica utilizada para planejar, avaliar e

controlar os recursos hídricos. Todavia, ao analisar as bacias hidrográficas é necessário compreender suas interações com componentes de diferentes caracteres: o natural, econômico, social, político e histórico (LEAL; RODRÍGUEZ; SILVA, 2011, p 32).

A Unidade de Planejamento que corresponde a Bacia do rio Ipojuca é UP3, e localiza-se em sua totalidade no estado de Pernambuco. O percurso realizado pelo Ipojuca tem uma extensão de aproximadamente 320 quilômetros, em sentido Oeste-Leste, desaguando no Oceano Atlântico. Sua nascente situa-se no município de Arcoverde, limites entre o Sertão e o Agreste do estado, na Serra do Pau d'Arco, a uma altitude de aproximadamente 900m, percorrendo 24 municípios. Os quatro municípios com maiores áreas pertencentes a essa bacia hidrográfica são, em ordem decrescente: Pesqueira (606,79km²), Caruaru (387,62km²), São Caetano (262,37km²) e Sanharó (235,45km²).

Seus principais afluentes são os seguintes riachos: Liberal, Taquara, Mel, Coutinho, Mocós, Muxoxo e Pata Choca. Dentre estes, o mais importante é o riacho Liberal, pois drena ao longo dos seus 47 quilômetros três municípios, Alagoinha, onde se localiza sua nascente, Pesqueira e Sanharó, e deságua no rio Ipojuca.

Figura III - Mapa do trajeto do rio Ipojuca



Mapa do Ipojuca. Fonte: Plano Hidroambiental da Bacia do citado rio (CPRH, 2010).

Abrangendo uma área de 3.435.34 km², o que representa 3,49% do estado pernambucano, a Bacia do Ipojuca perpassa áreas climáticas diversas que refletem na quantidade e permanência das águas em vários trechos, assim como na vegetação que compõem as matas ciliares e nos diferentes solos.

Os trechos Médio e Sub-Médio da bacia estão localizados na região Agreste do Estado de Pernambuco. Sendo esta uma região intermediária entre as áreas de clima úmido (Zona da Mata) e de clima seco (Sertão), a respectiva bacia apresenta características de ambas. Nas áreas mais próximas ao Sertão (trechos superior e parte do médio) o clima é quente e seco, e o período mais chuvoso vai de fevereiro a junho (chuvas de verão/outono); enquanto no trecho Sub-Médio (mais próximo da Zona da Mata), a estação chuvosa se estende de março a julho (chuvas de outono/inverno). O segmento inferior da bacia (cuja maior parte se localiza na Zona da Mata, nela incluída a faixa litorânea) apresenta características de clima quente e úmido, com médias pluviométricas superiores a 1.000mm anuais, alcançando mais de 2.000mm, aonde o período chuvoso estende-se de março a agosto. No trecho Agreste/Sertão o rio é intermitente, porém na área Agreste/Zona da Mata/Litoral é perene (SECTMA, 2006).

A vegetação dominante na Bacia do rio Ipojuca apresenta diferenças fisionômicas em conseqüência dos fatores edafoclimáticos, podendo, de uma maneira geral, ser considerada como uma caatinga "agrestina", caracterizando-se pela presença de espécies xerófilas, decíduas, em grande número composta por espinhos e abundância de Cactáceas e Bromeliáceas. Nas áreas mais elevadas e expostas aos ventos úmidos (os alísios de sudeste) ocorrem os chamados "brejos de altitude" (destacando-se como áreas de nascentes), sendo considerados ecossistemas diferenciados daqueles predominantes nas áreas mais baixas ou menos expostas. Nesses brejos observa-se a presença da mata serrana, atualmente com elevado estado de degradação sendo substituída pela policultura e criação bovina leiteira. Nas áreas mais úmidas da bacia, a vegetação é do tipo Floresta Perenifólia Tropical Atlântica, que hoje se encontra bastante reduzida pela ação devastadora dos seres humanos. No litoral são encontrados os manguezais, alguns em grande processo de devastação (LINS, 1989).

Quanto aos solos que predominam na bacia hidrográfica do rio Ipojuca nos trechos Superior, Médio e Sub-Médio são: planossolos, neossolos, argissolos amarelo vermelho-amarelo e organossolos.

Os Planossolos são, em geral, solos moderadamente profundos a rasos, imperfeitamente drenados, de baixa permeabilidade e muito susceptíveis à erosão. Os Neossolos são característicos da região agrestina, pouco desenvolvidos, arenosos, profundos a medianamente profundos. Apesar de sua textura arenosa, são solos bastante cultivados. Os Argissolo Amarelo e Vermelho-Amarelo apresentam variadas profundidades e texturas, em sua maioria, profundos a pouco profundos, com presença de cascalhos. Em virtude da baixa fertilidade natural e do elevado grau de acidez, são solos que requerem adubação e calagem para a sua utilização agrícola. Os Organossolos são pouco desenvolvidos e rasos (EMBRAPA, 2006).

A utilização e ocupação desses solos são diversas e está relacionada à área onde se localizam como podemos observar abaixo.

Tabela I – Uso e ocupação do solo

Classe	**Área (km²)**	**%**
Área Urbana	28.89	0,84
Área explorada com o cultivo da cana-de-açúcar	652.00	19,02
Área de mata	193.78	5,64
Área de mangue	1.94	0,06
Área de vegetação arbustivo-arbórea aberta	14.00	0,41
Área de vegetação arbustivo-arbórea fechada	351.84	10,24
Área de vegetação arbórea fechada	246.20	7,17
Solo exposto	1.95	0,06
Antropismo	1.912.56	55,70
Açude	17.34	0,51
Uso não identificado (nuvem)	5.15	0,15
Uso não identificado (sombra)	6.93	0,20
Total	**3.433.58**	**100,00**

Fonte: Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do rio Ipojuca, realizado pelo CONDEPE/FIDEM, 2005, p. 37

Como é possível observar, dos 3.433, 58 km² que compõe a bacia do rio Ipojuca aproximadamente 56% (cinquenta e seis por cento) estão sendo ocupados diretamente pelos grupos humanos. O uso para o cultivo da cana-de-açúcar responde pela segunda

maior utilização antrópica do solo da referida bacia, correspondendo a 20% (vinte por cento).

A área de mata, de vegetação arbórea fechada e arbustivo-arbórea representa cerca de apenas 6% (seis por cento), 8% (oito por cento) e 11% (onze por cento) respectivamente. O que demonstra o desmatamento na extensão da bacia e a pouca mata ciliar restante. Todavia o percentual do solo propriamente exposto é inferior a 1% (um por cento).

Quanto às águas do Ipojuca, elas são utilizadas para: o consumo humano, animal e abastecimento público; irrigação, uso industrial, limpeza, geração de energia (pequena hidrelétrica), pesca, turismo, recreação e lazer; recepção de efluentes domésticos, industriais e agroindustriais.

Para que as necessidades hídricas da população fossem atendidas foram construídos açudes e barragens que são monitorados bimestralmente e quadrimestralmente pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH). Abaixo apresentamos os seis maiores reservatórios que dispõem das águas desse rio:

Tabela II – Maiores reservatórios de água da Bacia Hidrográfica do rio Ipojuca

Reservatório	**Capacidade máxima (m^3)**	**Curso d'água barrado**	**Coordenadas/ Latitude/Longitude**	**Municípios**
Belo Jardim	30.740.000	Rio Ipojuca	-8º20'0,02"/-36º22'0, 00"	Belo Jardim
Duas Serras	2.032.289	Riacho Duas Serras	-8º13'0,02"/-36º43'0,00"	Poção
Eng. Severino Guerra	17.776.470	Riacho Taboquinha	-8º18'0,03"/-36º25'0,01"	Belo Jardim
Manuíno	2.021.000	Riacho Queimadas	-8º11'34,11"/-35º44'11,55"	Bezerros
Pão-de-Açúcar	41.140.000	Rio Ipojuca	-8º16'4,15"/-36º42'49,01"	Pesqueira
Taquara	1.100.000	Riacho Taquara	-8º18'11,83"/-36º2'33,01"	Caruaru

Tabela extraída do Atlas PE, realizado pela SECTMA no ano de 2007 em parceria com o governo do estado de Pernambuco.[21]

O maior reservatório utilizando as águas do rio Ipojuca é a Barragem Pão-de-Açúcar, em Pesqueira/Poção, e a maior parte dela está situada dentro da área indígena Xukuru. Construída em 1986/1987, quando a região não havia sido demarcada e homologada como área indígena, ela serviria como "Barragem-mãe" fornecendo água para adutoras e abastecendo a cidade de Pesqueira.[22]

Todavia, a situação ambiental do Ipojuca, é considerada crítica, pois é o terceiro rio mais poluído do Brasil (IBGE, 2010) e isso se deve principalmente ao escoamento de efluentes domésticos, industriais e agroindustriais, dentre os quais podemos enumerar: plantio de cana-de-açúcar e outras culturas às margens dos rios; lançamento de efluentes oriundos tanto de matadouros públicos quanto de matadouros clandestinos localizados às margens dos rios em vários municípios; uso de agrotóxicos e lavagem e/ou descarte de pulverizadores, polvilhadeiras e embalagens de defensivos agrícolas nas águas dos rios; descarga de efluentes domésticos; lançamento de vinhaça e de água de lavagem da cana, provenientes de depósitos localizados próximos aos cursos d'água; lixões nas proximidades de cursos d'água, eliminando chorume que escorre para os mesmos; criatório de suínos, bovinos e aves nas áreas ribeirinhas, com os seus dejetos lançados nos rios; despejo de lixo doméstico pela população, diretamente na calha dos rios e riachos; lançamento de esgoto público e lixo hospitalar sem tratamento nos mananciais (SECTMA, 2007).

Tabela III – Carga poluidora dos municípios na Bacia do rio Ipojuca

[21] Esta tabela foi extraída de meio digital (CD) e não possuía paginação.
[22] Abordaremos a respeito da construção da Barragem Pão-de-Açúcar e suas diversas utilidades no capítulo II desta dissertação.

N.º	Municípios	População na bacia (hab.)	Percentual da população na bacia (%)	Carga orgânica (kg/hab.dia)	Carga orgânica remanescente (kg/dia)
1	Alagoinha	2.924	0,5	157,9	94,7
2	Altinho	70	0,01	3,8	2,3
3	Amaraji	1.696	0,3	91,6	55,0
4	Arcoverde	1.406	0,3	75,9	45,6
5	Belo Jardim	53.796	9,6	2.905,0	1.743,0
6	Bezerros	43.654	7,8	2.357,3	1.414,4
7	Cachoeirinha				
8	Caruaru	226.618	40,4	12.237,4	7.342,5
9	Chã Grande	12.914	2,3	697,4	420,5
10	Escada	51.037	9,1	2.756,0	1.653,6
11	Gravatá	56.151	10	3.032,2	1.820,2
12	Ipojuca	12.339	2,2	666,3	399,8
13	Pesqueira	12.217	2,2	659,7	395,8
14	Poção	10.514	1,9	567,8	340,7
15	Pombos	2.944	0,5	159	95,4
16	Primavera	10.562	1,9	570,3	342,2
17	Riacho das Almas	288	0,1	15,6	9,4
18	Sairé	4.263	0,8	230,2	138,2
19	Sanharó	16.008	2,9	864,4	518,6
20	São Bento do Uma	2.310	0,4	124,7	74,8
21	São Caetano	28.225	5	1.524,2	914,5
22	Tacaimbó	9.084	1,6	190,5	294,3
N.º	**Municípios**	**População na**	**Percentual da**	**Carga orgânica**	**Carga orgânica**

		bacia (hab.)	população na bacia (%)	(kg/hab.dia)	remanescente (kg/dia)
23	Venturosa	39	0	2,1	1,2
24	Vitória de Santo Antão	2.061	0,4	111,3	6,7
	TOTAL	**561.120**	**100**	**30.300,50**	**18.183,70**

Tabela – Carga Poluidora por Município – SRH, projeto PROÁGUA, 2001

O Agreste destaca-se como maior responsável pelo escoamento de carga orgânica doméstica, 84,2%, a Zona da Mata com 13,3%, a região Metropolitana com 2,2%, e o Sertão com apenas 0,3%. No Agreste os maiores poluidores são os seguintes municípios: Caruaru, Gravatá, Belo Jardim e Escada, que juntos "contribuem" com quase 70% desse despejo. Dentre esses municípios apenas Caruaru já representa 40% (PINHEIRO FILHO, 2005, p. 95).

Podemos observar também que o lançamento de dejetos na Bacia do rio Ipojuca está proporcionalmente relacionado ao número de habitantes do município, ou seja, quanto maior for a população, maior será os resíduos gerados por ela. Dessa forma, é possível entender que entre os 24 municípios pelo qual perpassa a referida bacia, Caruaru seja responsável pela maior quantidade de carga orgânica despejada no Ipojuca.

Além dos dejetos domésticos podemos relacionar os principais efluentes provindos de indústrias e que fábricas são essas conforme o CPRH (2003):

Tabela IV – Principais indústrias e seus efluentes lançados na bacia do rio Ipojuca

TIPO DE INDÚSTRIA	EFLUENTES
Alimentos	Matéria orgânica
Metal	Material particulado contendo chumbo
Alimentos	Matéria orgânica
Laticínios	Matéria orgânica e desinfetantes
Cia Industrial	Água alcalina com matéria orgânica
Pirapama	
Fazenda Veneza	Matéria orgânica tóxica
MAFISA	Matéria orgânica
Eletro Moura	Material particulado contendo zinco e manganês
Term. Químico de Aratu	Águas de lavagens contendo produtos químicos
Moura Baterias Industriais	Resíduo ácido contendo sais de chumbo

Fonte: CPRH, 2003 apud ALVES, 2007, p. 84

Quanto à poluição ocasionada pelas indústrias e agroindústrias temos os seguintes municípios: Caruaru, devido às fábricas de confecções de roupas e por ser um pólo fármaco-médico hospitalar; Belo Jardim, com a indústria de baterias; Pombos, Vitória de Santo Antão e Ipojuca por causa das agroindústrias e os resíduos das plantações de cana-de-açúcar (o vinhoto), lançados no rio Ipojuca.

Entretanto, esses problemas relativos à poluição do referido rio estão sendo noticiados a mais de vinte anos pelos meios de comunicação presentes no estado pernambucano, como podemos analisar:

> CARUARU – O rio Ipojuca, que banha esta cidade, continua sujo e poluído, cortando a área urbana ao meio, de canto a canto, tornando-se para Caruaru (de quem foi fonte para a criação de seu primeiro povoado) um rio morto. O

> caruaruense não aproveita a água e de lá não saem peixes. O Ipojuca hoje é para Caruaru um depósito para o despejo de esgoto, lixo e detritos sanitários de suas casas ribeirinhas [...] (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 14 de novembro de 1986).[23]

O Estado é acusado como o maior poluidor, pois não investe em saneamento, ocasionando o despejo de dejetos, principalmente domésticos, no rio. Posteriormente, em segundo lugar estão às indústrias, que devido a ausência de fiscalização, papel a ser desempenhado pelo Estado, lançam seus efluentes nas águas do Ipojuca, como podemos perceber nos seguintes discursos;

> A poluição do rio Ipojuca está chegando a níveis insuportáveis para as populações que habitam suas margens, mormente em Sanharó, onde a sujeira de uma pocilga da Cilpe e leite e derivados em deterioração, da mesma empresa, ali lançados, têm provocado a maior fedentina e dizimação da fauna e flora da região. Ora, se o próprio governo está investindo uma fortuna na perenização daquela via fluvial, é inconcebível que um órgão estatal seja o primeiro a contrariar tal finalidade!... De modo que, diante dessa paradoxal situação, fazemos veemente apelo às autoridades sanitárias – CPRH, por exemplo – no sentido de enérgicas providências para coibir o abuso, não "se jogando pela janela" (ou pelo ladrão?) os recursos públicos, deixando o nosso querido rio Ipojuca tornar-se um novo "Jaboatão". Pelo contrário, que o governo cumpra, mesmo, a nobre missão de perenização daquele rio, "para bem do povo e felicidade geral dos sanharoenses" (GERALDO LYRA apud *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 29 de agosto de 1987).

Embora a empresa Cilpe não mais exista, a poluição do rio Ipojuca por indústrias alimentícias, inclusive de leite e derivados, persiste, assim como a ação das agroindústrias com lançamento de vinhoto, situação também já noticiada há aproximadamente trinta anos.

[23] Essas reportagens foram retiradas da coleção Jornais de Recortes do CPRH. Até o início de 2000 essas notícias eram coladas nessa coleção sem qualquer indicação do caderno ou página dos jornais onde foram extraídas, impossibilitando, portanto, que disponibilizemos tais informações. Cada reportagem era colada no caderno do respectivo mês onde foi impressa. Este caderno não consta de qualquer numeração própria. O Jornal de Recortes começou a partir da segunda metade da década de 1980 e se estende até os dias atuais. Como o nosso recorte é de 1986 a 2010, o período presente no documento atende aos nossos interesses quanto à pesquisa.

> PESCADORES DENUNCIAM A POLUIÇÃO – Até o fim desta semana, o Sindicato dos Pescadores de Pernambuco encaminhará documento à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) denunciando a poluição dos rios, manguezais e todo o litoral, prejudicando a pesca artesanal, responsável por quase toda a produção pesqueira do Estado. A maior preocupação, segundo o presidente do Sindicato, René Jerônimo de Araújo, é a grande quantidade de vinhoto estocado nas usinas que, fatalmente será jogada nos rios, durante o período de moagem da cana, que se inicia agora em setembro. Além do vinhoto, os pescadores reclamam, também, de outros produtos químicos poluentes, como a soda cáustica e o mercúrio, que são jogados nos rios por diversas indústrias, sem que haja uma ação efetiva da Companhia Pernambucana de Controle e Poluição Ambiental e Administração dos Recursos Hídricos (CPRH), argumentou o líder dos pescadores, René Jerônimo de Araújo (*JORNAL DO COMMERCIO*, 02 de setembro de 1986).

Os governos municipais, estadual e federal, selecionaram medidas para atenuar as constantes reivindicações, com projetos de revitalização do Ipojuca, embora as ações tenham sido concentradas em determinados municípios:

> JOSÉ CARLOS FAZ CAMPANHA DE DESPOLUIÇÃO DO IPOJUCA – O secretário José Carlos Melo, do Saneamento, Obras e Meio Ambiente do Estado, se comprometeu com o prefeito José Queiroz, vereadores e comunidade de Caruaru a desenvolver uma campanha para a despoluição e desassoreamento do rio Ipojuca. Para isso, ele vai acionar a classe política e demais segmentos da sociedade para um trabalho integrado de esclarecimento junto a Ministérios e outras entidades federais. A campanha vai mostrar ainda a necessidade de ampliar o sistema de drenagem da cidade e de corrigir e melhorar os seis canais que hoje recebem quase dois terços dos despejos de esgotos e ameaçam, segundo o prefeito, fazer com que Caruaru volte a ser conhecida como a capital da muriçoca como já aconteceu no passado. Acompanhado pelo prefeito, José Carlos visitou toda a área da cidade onde a Prefeitura, em convênio com a Compesa, está implantando 70 quilômetros de rede de esgoto sanitário [...] (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 23 de outubro de 1987).

Outras medidas anódinas são estudadas e propostas com o objetivo de minimizar os efeitos prejudiciais dos despejos de efluentes pelas indústrias ou agroindústrias.

> VEREADOR PREOCUPADO COM POSSÍVEL DESPEJO DE VINHOTO NOS RIOS – Tendo em vista a aproximação do mês de setembro, quando começa o período da moagem de cana pelas usinas, o vereador Pedro Eurico vem chamando a atenção das autoridades para a necessidade de impedir o despejo do vinhoto nos rios como acontece todos os anos. Segundo ele, os níveis de poluição hídrica no Estado estão chegando a níveis insuportáveis, comprometendo gravemente a fauna e a flora, além da sobrevivência de milhares de pescadores e de famílias carentes, que retiram dos mangues e rios sua alimentação. VIGILÂNCIA – Pedro Eurico considera que os técnicos responsáveis pela preservação do meio ambiente devem exercer uma vigilância maior em relação ao lançamento de caldas nas bacias dos rios Goiana, Capibaribe, Capibaribe Mirim, Jaboatão, Pirapama, Formoso e Ipojuca, que são os mais agredidos pelos poluentes que reduzem o grau de oxigenação das águas, provocando a mortandade de peixes, camarões e mariscos [...] (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 25 de agosto de 1986).

O mesmo jornal impresso permanece divulgando informações sobre a poluição dos rios e apresentando possíveis soluções para este problema.

> UNIVERSIDADE CONTRIBUI PARA ACABAR COM POLUIÇÃO HÍDRICA – Para diminuir a quantidade de vinhoto que as usinas destiladoras de álcool de Pernambuco colocam em contato direto com o meio ambiente, a Universidade Federal de Pernambuco em conjunto com a Amorim Primo (empresa fabricante de alimentos), elaboraram um projeto cuja viabilidade está sendo estudada pelo CNPq (Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Cada litro de álcool destilado corresponde a 13 litros de vinhoto, de maneira que, como explica Franklin Alves Pinto, professor do Departamento de Química da UFPE, não se deve pensar em numa única alternativa para resolver o problema. O processo de tratamento da calda das usinas, idealizado pelas duas instituições, visa à transformação do vinhoto em proteína para a alimentação humana e animal, utilizando-se, para isso, a ação de microorganismos biológicos sobre a vinhaça [...] (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 30 de setembro de 1986).

Em anos posteriores[24] os mesmos meios de comunicação, em circulação no estado de Pernambuco, retornam a noticiar sobre os problemas ambientais do Ipojuca, e demais rios, apresentando possíveis soluções, que são evidenciadas abaixo:

> LICITAÇÃO PARA DESPOLUIR RIOS VAI SAIR EM DUAS SEMANAS – O Governo do Estado vai lançar, em no máximo duas semanas, licitação internacional para a despoluição dos rios Capibaribe, Beberibe, Ipojuca e Jaboatão. A medida é uma exigência do Banco Mundial (BIRD) que vai financiar a obra, destinando a maior parte dos US$ 2 milhões previstos. O projeto de despoluição dos rios, que vai reforçar o abastecimento d'água da Região Metropolitana do Recife, foi antecipado, ontem, com exclusividade, pelo Diário e já desperta o interesse de empresas especializadas dos Estados Unidos, França e Itália, além de empresas nacionais. O técnico do BIRD, o uruguaio Emílio Rodriguez, e o representante do Ministério do Planejamento, Francisco Lobato, participaram, desde ontem, de reuniões com secretários e técnicos do Estado, discutindo o programa de investimentos para a despoluição dos quatro rios. Hoje eles devem visitar os rios Jaboatão e Beberibe (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 26 de novembro de 1996).

Mesmo após o investimento de US$ 2 milhões realizado pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), em quatro rios de Pernambuco, dentre eles o Ipojuca, este rio ainda apresenta problemas ambientais em anos posteriores a execução do projeto, como é noticiado:

> IPOJUCA: RIO DE ÁGUAS MORTAS – A beleza bucólica do município de Gravatá, a 97 quilômetros do Recife, contrasta com a poluição do rio que corta a cidade. O Ipojuca, considerado um dos rios do desenvolvimento do Estado por cruzar cidades economicamente relevantes como Caruaru, Escada, Ipojuca, e a própria Gravatá, hoje é encarado como um leito de água morto. Além de esgoto de oito comunidades ribeirinhas que é jogado diariamente no local, o leito do rio não conta com um tratamento de limpeza,

[24] Localizamos reportagens dos jornais: *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commércio*, *Folha de Pernambuco* e *Diário Oficial*, neste último, as notícias sobre o rio Ipojuca e seus problemas ambientais e possíveis soluções, eram mais escassas. Essas informações foram localizadas em vários anos, tais quais: segunda metade da década de 1980, em toda década de 1990 e também no Século XXI, indicando que a poluição na bacia do referido rio ainda persiste.

> há, pelo menos, cinco anos (*FOLHA DE PERNAMBUCO*, 26 de janeiro de 2000 apud JORNAL DE RECORTES, nº 01, p. 21).[25]

A continuidade da poluição da Bacia do rio Ipojuca, atualmente está sendo atribuída ao crescimento da população e o aumento das indústrias, principalmente na região Agreste. Para atenuar essa situação constante em diversos rios do país, e com a proposta de conservar, revitalizar e acompanhar estas fontes hidrográficas foi criado o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no qual estão inseridos em âmbito nacional e estadual; o Conselho Nacional e Estadual de Recursos Hídricos (CNRH e CERH), Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Agência Nacional de Águas (ANA) e os Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas.

[25] A provável continuação da poluição do rio Ipojuca em determinados lugares, talvez, possa ser atribuída ao valor investido, insuficiente para concretizar o projeto de despoluir os quatro rios completamente (e toda a sua bacia); ou o trecho favorecido pelo BIRD era apenas a RMR (Região Metropolitana do Recife). Os municípios citados pela reportagem da *Folha de Pernambuco* em 2000 não integram essa área. Ou outros fatores que poderiam ser: má administração do recurso; falta de manutenção quanto à limpeza, e o descaso da população e das indústrias ao lançarem resíduos no rio.

TEMA	Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH	Plano de Bacia Hidrográfica de Rio Federal – PBHRF	Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH	Plano de Bacia Hidrográfica de Rio Estadual – PBHRE
Escopo	Plano de orientação geral, com uma perspectiva nacional de caráter estratégico.	Plano de orientação específica da bacia hidrográfica com uma perspectiva regional interestadual, de caráter estratégico, ou seja, de longo prazo.	Plano de orientação específica das ações estaduais na área de recursos hídricos, com uma perspectiva estadual, de caráter estratégico, ou seja, de longo prazo.	Plano de orientação específica da bacia hidrográfica, com caráter programático, ou seja, com curto e médio prazo
Âmbito geográfico	Âmbito nacional, agregado nas 12 regiões hidrográficas e nas Áreas Espaciais de Planejamento a serem definidas	Âmbito da bacia hidrográfica de rio federal	Âmbitos estaduais e do Distrito Federal	Âmbito da bacia hidrográfica de rio Estadual
Acompanhamento, Análise e Aprovação	Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com participação da Câmara Técnica do PNRH	Comitê da Bacia Hidrográfica	Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com aprovação da Assembléia Legislativa nos casos em que a lei dispuser que o Plano Estadual deva ser aprovado na forma de lei	Comitê da Bacia Hidrográfica
Elaboração/Supervisão	Secretaria de Recursos Hídricos e Agência Nacional de Águas, dentro de suas devidas competências	Agência de Água da respectiva bacia	Órgão Estadual Gestor de Recursos Hídricos com apoio das Agências Estaduais de Água ou outras entidades de apoio técnico do sistema, de acordo com o que dispuser o Sistema Estadual	Agência de Água da respectiva bacia, ou como dispuser o Sistema Estadual de Recursos Hídricos

			de Recursos Hídricos	
TEMA	**Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH**	**Plano de Bacia Hidrográfica de Rio Federal – PBHRF**	**Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH**	**Plano de Bacia Hidrográfica de Rio Estadual – PBHRE**
Escala de referência	1: 1.000.000 a 1.500.000	1: 100.000 a 1: 1000.000	1: 250.000 a 1: 1000.000	1: 100.000 a 1: 250.000
Horizonte de planejamento	20 anos			5 a 10 anos
Desagregação espacial das análises	Parcialmente desagregadas nas principais sub-bacias dos afluentes aos rios que definem a Região Hidrográfica ou que se inserem nas AEPs	Parcialmente desagregados nas sub-bacias dos principais nos afluentes	Parcialmente desagregados nas bacias principais rios estaduais	De acordo com as necessidades
Diretrizes	Diretrizes gerais, em escala nacional de regiões hidrográficas e das AEPs e de integração das políticas de recursos hídricos (nos âmbitos da União e dos Estados e AEP) com as políticas setoriais nacionais identificadas no Plano Plunanual	Diretrizes gerais, em escala regional interestadual e na integração das políticas estaduais e nacional de recursos hídricos no âmbito da bacia hidrográfica	Diretrizes gerais em escala estadual e na integração da política de recursos hídricos estadual com as políticas setoriais estadual	Diretrizes específicas relacionadas à bacia hidrográfica
Ênfase		Medidas voltadas às bacias críticas e problemas emergenciais,		Todas as medidas que constituem um Plano Diretor de Bacia

	identificados em função de resultados de balanços hídricos quali-quatitativos.	Hidrográfica

Tabela V - Aspectos Gerais dos Planos de Recursos Hídricos, ANA, 2003

Os Planos foram desenvolvidos com objetivos de possibilitar, em instância federal e estadual, a criação e/ou delegação a órgãos e ONGs de projetos que visem à revitalização e conservação dos recursos hídricos[26] com a participação efetiva da sociedade civil. A integração da sociedade civil é um ponto primordial nesse processo, pois pode dividir atribuições e pressionar por políticas públicas de seu interesse, e "a presença de atores não-estatais é fundamental dado que exprimem dificuldades e problemas que muitas vezes estão fora da ótica dos governos" (RIBEIRO, 2009, p. 115).

A professora e pesquisadora, Norma Felicidade L. S. Valencio, em *"Governança das águas: a participação social como quimera"* (2009) afirmou que a integração da sociedade civil no PNRH não ocorre de fato, e que o mesmo está sob a influência das grandes empresas nacionais, e suas propostas direcionadas para solucionar a carência de recurso hídrico para a população menos favorecida não estão sendo efetivadas, pois as medidas vêm privilegiando indústrias e agroindústrias, e alguns municípios em detrimento de outros (p. 63-65, 74).

Seguindo a perspectiva do PNRH, ocorreu em Pernambuco à promulgação das Leis 11.426/97 e 11.427/97 que versam respectivamente sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e a preservação e proteção das águas subterrânea no estado, cuja execução e fiscalização ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA).

O Plano Estadual de Recursos Hídricos possui várias áreas para estudos e programas, que são: desenvolvimento e manejo integrado dos recursos hídricos; avaliação dos recursos hídricos; proteção dos recursos hídricos, da qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos; abastecimento de água potável e saneamento; água e desenvolvimento sustentável; água para a produção sustentável de alimentos e desenvolvimento rural sustentável; e, impactos da mudança do clima sobre os recursos hídricos (PERNAMBUCO, 1997).

Para a efetivação das referidas leis e do PERH foram atribuídos aos Comitês de Bacias Hidrográficas (COBH) instrumentos que possibilitassem a atuação dos mesmos junto ao governo estadual e/ou municipal e a sociedade civil, estando todos estes representados no COBH. Os instrumentos disponíveis nos Comitês são recursos financeiros obtidos tanto do Estado quanto de parcerias com instituições particulares e

[26] A água pensada enquanto um bem para consumo ou comercialização, é denominado de recurso hídrico (FRACALANZA, 2009, p. 145).

aplicação destas verbas são realizadas através de ações democráticas, ou seja, por meio de consultas aos membros que compõem o COBH sobre a urgência e importância de determinados atos destinados a preservação ou recuperação algum recurso hídrico.

As principais atribuições dos COBH são: promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, acompanhar a execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, entre outros encargos; e promover a divulgação e debates na região dos programas de serviços e obras a serem realizadas no interesse da comunidade, definindo metas, benefícios e custos, e riscos sociais, ambientais e financeiros (CONDEPE/FIDEM, 2005, p. 23).

Concomitantemente com a formação dos COBH se estabeleceu o Conselho dos Usuários de Água, com o propósito de possibilitar uma maior aproximação entre sociedade e Estado, e assim dispor a população inúmeras formas de acompanharem o funcionamento e as ações dos Comitês. Os integrantes do Conselho também podem participar do controle de reservatórios e compartilhar ações destinadas a solucionar problemas decorrentes de conflitos por água.

1.4 O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Ipojuca

A constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Ipojuca - COBH Ipojuca, ocorreu após um *Workshop* que aconteceu em Caruaru no ano de 2000 sob o título *Diagnóstico Ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário na cidade de Caruaru*, cujo o intuito era apresentar propostas para a gestão de resíduos sólidos dos municípios abrangidos pela bacia do citado rio. Além de fatores relacionados à gestão desses efluentes, existia, ou ainda persiste, um grave problema quanto ao acesso dos recursos hídricos, ou seja, uma grande carência quanto ao abastecimento de água potável nas moradias presentes nestes municípios, em destaque, a região Agreste.

Com o objetivo de solucionar ou diminui os problemas relacionados à questão hídrica, o Comitê foi proposto, principalmente, pela sociedade civil (ALVES, 2007).

Sua criação foi firmada na esfera legislativa pelos artigos da Constituição Federal 225 e 21, e pelas leis, n. 9.433/1997, no âmbito Federal, e no domínio estadual, n. 12.984/2005. As finalidades estabelecidas pelo Comitê na sua fundação foram:

I. Adotar a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;
II. Propor estudos, programas de obra e serviços de interesse coletivo, definindo prioridades e medidas preventivas de riscos ambientais, sociais e financeiros, com vistas a sua integração ao Plano Estadual da bacia;
III. Definir instrumental de ação que assegure gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, buscando sintonia entre qualidade na respectiva área de ação;
IV. Buscar sempre a compatibilização entre gestão dos recursos hídricos/desenvolvimento regional e conservação, preservação e proteção do meio ambiente;
V. Participar de ações preventivas, e de defesa, contra acidentes hidrológicos que causem riscos à segurança e a saúde públicas da população da bacia;
VI. Assegurar a proteção dos recursos hídricos contra as obras e intervenções que venham comprometer o seu uso múltiplo no presente e no futuro;
VII. Estimular o desenvolvimento através do processo educativo e tecnológico com vistas à conservação dos recursos hídricos em sua área de abrangência;
VIII. Propor alternativas de desenvolvimento sustentável da bacia.

Na sua fundação na cidade de Bezerros em 30 de abril de 2002, foi eleita uma diretoria, com representantes do governo e de organizações populares e sua sede estava situada em Caruaru, sendo posteriormente transferida para Gravatá. Embora esteja sediada em uma cidade, há representante de vários municípios como, Sanharó, Gravatá, Caruaru, Pesqueira, Bezerros, principalmente da região Agreste, e as reuniões são convocadas por membros, titulares ou suplentes, (todavia, o comum é serem solicitados pelo Presidente e/ou o Vice-Presidente) podendo acontecer em qualquer lugar devidamente citado em ata constitutiva.

O COBH Ipojuca é formado por 24 representantes, correspondente aos municípios que perpassam pela bacia, cuja função é defender os interesses e

reivindicações das suas cidades, conforme estabelece o estatuto. Quanto à Diretoria é composta por três dirigentes: Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo, todos eleitos pela Plenária (representantes dos municípios e sociedade civil), exercendo o mandato por dois anos. As principais atribuições da Diretoria são: representar o comitê; presidir sessões e coordenar grupos de trabalho e estudos; exercer voto em caso de empate; elaborar um plano anual de objetivos, metas e diretrizes administrativas; articular a participação da sociedade civil; e, elaborar a proposta orçamentária e o relatório de prestação de contas.

Este Comitê se destaca pelo grande número de membros, que totalizam 112 participantes, sendo, portanto, o maior do país. Isso ocorre devido à presença de duas representações do poder público, uma do Executivo (indicado pelo prefeito) e outra do Legislativo (recomendado pelo Presidente da Câmara Municipal).

Na composição do COBH – Ipojuca há quatro representantes da cada município, além de sete dos órgãos estaduais e um de âmbito federal. Também deverá haver representação da sociedade civil em igual número a dos representantes governamentais, embora isso de fato não ocorra, e os que existem são indicados pelo poder executivo dos municípios (Idem, 2007).

Entretanto, no estatuto que versa sobre a composição do COBH – Ipojuca é descrito que deverão ser 20 representantes dos Poderes Executivo da União, do Estado e dos Municípios inseridos na área da respectiva bacia hidrográfica. Compete as Entidades Civis escolherem 10 pessoas para a representação e essa seleção deverá ser realizada pelas universidades, escolas de ensino superior e instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou/e organizações sociais e não governamentais que atuem em recursos hídricos, como previsto em lei. A presença de 20 usuários de recursos hídricos é requerida, e havendo existência de terras indígenas e/ou remanescentes de quilombo, é necessária a participação desses grupos.

Esses representantes formam a Plenária, e a eles são delegadas as seguintes atribuições: discutir e votar todas as matérias submetidas ao comitê, assim como, apresentar propostas e sugerir matérias a serem apreciadas pelo COBH; requerer a presença de entidades públicas e privadas; e, alvitrar a criação de câmaras técnicas e grupos de trabalho. Esta última função foi executada em 2010, composta por cinco membros, para acompanhar o Plano Hidroambiental, um projeto desenvolvido em

parceria com entidades governamentais e não governamentais, para qual foi destinado à quantia de R$ 171, 8 milhões a serem investidos nos próximos 15 anos na revitalização do rio Ipojuca.

> PLANO PARA REVITALIZAR O RIO IPOJUCA É APROVADO – Considerado um dos cincos rios mais poluídos do Brasil, o Ipojuca agora tem um instrumento que pode ajudar a mudar a situação. É o Plano Hidroambiental, estudo que levou um ano e meio e faz um diagnóstico da situação da bacia, apontando alternativas para revitalização e desenvolvimento sustentável. O documento, aprovado na semana passada, em reunião do comitê da bacia com entidades governamentais e não governamentais, prevê investimentos de R$ 171, 8 milhões nos próximos 15 anos. Os recursos seriam investidos nas áreas socioambiental, infraestrutura hídrica e na gestão dos recursos hídricos (*JORNAL DO COMMERCIO,* 13 de novembro de 2010).

O Plano faz um diagnóstico da situação ambiental e discorre sobre possibilidades desenvolvidas no cenário mundial que visam obter a sustentabilidade.[27] O estudo divide a bacia em quatro áreas para implementar a revitalização, embora tenha uma visão integrada (geral) da mesma.

As principais ações prevêem a implantação de parques urbanos municipais na bacia, as denominadas "janelas para o rio" com o intuito conscientizar a população para a conservação. Outra ação é a recuperação de trechos da calha do Ipojuca, a fim de atenuar as enchentes em período chuvoso. O saneamento e o tratamento dos esgotos das cidades cortadas pelo rio também estão entre as proposta presentes no Plano, cujo principal financiamento virá do Banco Mundial.

Os cinco membros que compõe a Câmara Técnica responsável por gerir o Plano Hidroambiental são selecionados entre os integrantes da COBH e exercem direito a voz e ao voto, para os demais é facultativa a participação, sem, entretanto, o direito ao voto. Além da administração do Plano, os membros da Câmara Técnica deverão convidar especialistas em recursos hídricos para auxiliá-los e encaminhar a Plenária do Comitê as ações concretizadas quanto ao uso, revitalização e preservação do rio.

[27] Por sustentabilidade, compreendemos o uso e manuseio dos recursos naturais de forma a possibilitar sua restauração e/ou conservação, e não comprometer a sobrevivência das gerações futuras devido à carência destes recursos, ou negar para essa população a apreciação da diversidade que possuímos atualmente (BARBIERE, 2005).

Referente à atuação do Governo do Estado de Pernambuco na COBH e consequentemente no Plano Hidroambiental, esta ocorre, principalmente, através dos seguintes órgãos estatais: Agência Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH), Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento (COMPESA), Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária (SSVG), Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esporte (CONDEPE/FIDEM) e Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e a Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos (SRHE).

Vemos a efetivação disso em uma notícia publicada após um ano no mesmo jornal da matéria anterior (2010) sobre outro programa, este direcionado a serviços de saneamento no citado rio e que ficará sob a responsabilidade da SRHE e COMPESA, com a seguinte reportagem "Obras protegem Rio Ipojuca dos esgotos":

> Treze municípios, sendo 12 da bacia do Rio Ipojuca e São Lourenço da Mata, no Grande Recife, serão beneficiados com obras de saneamento, através de uma parceria entre governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O acordo para a liberação de US$ 200 milhões (cerca de R$ 355 milhões) foi feito pelo governador Eduardo Campos e o presidente do BID, Luís Alberto Moreno. Além disso, o Estado vai entrar com uma contrapartida de US$ 130 milhões (R$ 230 milhões). O contrato será assinado em 60 dias, após apresentação dos detalhes do projeto. A ação vai melhorar a qualidade da água do rio, um dos mais poluídos do Estado. "A bacia do Rio Ipojuca é a segunda mais populosa de Pernambuco, por isso a necessidade de tratar o esgoto da região para aumentar a qualidade ambiental", disse o secretário de Recursos Hídricos e Energéticos, José Almir Cirilo. Cerca de 80% do investimento será utilizado nos trabalhos de saneamento para evitar que o esgoto das cidades vá para o rio. Os 20% restantes serão empregados em ações socioambientais, educadoras e de apoio na elaboração dos planos municipais de saneamento das cidades contempladas pelo projeto (*JORNAL DO COMMÉRCIO*, 20 de janeiro de 2012).

Entretanto, como desejamos enfatizar a participação do Comitê nas ações de preservação e revitalização do referido rio, apresentamos suas Diretrizes Gerais do Plano de Trabalho do COBH – Ipojuca. Este propõe obter recursos junto a parcerias

com entidades municipais, estadual e/ou federal e organizações não governamentais (ONGs) com o propósito de atuar em políticas de uso, preservação e recuperação de aqüíferos e mananciais. Para a concretização de seus objetivos foram estabelecidos colegiados consultivos e deliberativos, que deverão exercer inúmeras atribuições, tais quais:

I. Aprovar o estatuto social e o regimento interno do respectivo comitê;
II. Participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Diretor de Recursos Hídricos, assim como programas de ações para atendimento;
III. Aprovar o Plano Diretor de Recursos Hídricos, submetendo ao CRH para homologação;
IV. Apreciar as propostas do programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos na bacia, que sejam compatíveis com o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica;
V. Aprovar as propostas para o plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, promovendo a divulgação e debates;
VI. Aprovar o enquadramento dos corpos de água em classe de uso preponderante e encaminhar ao CRH para homologação;
VII. Promover o entendimento e relações de cooperação entre os usuários de recursos hídricos, exercendo, quando necessário, funções de arbitramento e conciliação nos casos de conflito de interesses, em primeira instância de decisão;
VIII. Promover a divulgação e debates na região dos programas, serviços e obras a serem realizadas de interesse da comunidade, apresentando metas, benefícios, custos e riscos sociais, ambientais e financeiros;
IX. Efetuar mediante a delegação da autoridade outorgante, por intermédio das Agências de Bacia dos COBHs, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
X. Propor ao CRH critérios e quantitativos para a isenção de outorgas;
XI. Propor ao CRH valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos na bacia, na ausência de Agência de Bacias;
XII. Criar Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho; e

XIII. Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas e m lei, regulamento ou decisão do CRH, compatíveis com a gestão de recursos hídricos (COBH- IPOJUCA, 2007, p. 2).

Com o intuito de aproximar as ações da COBH – Ipojuca a sociedade civil e a comunidade, de uma maneira em geral, foram estabelecidas outras atribuições, as já relacionadas:

I. Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
II. Arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
III. Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, acompanhar a execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
IV. Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, entre outros encargos; e
V. Promover a divulgação e debates na região dos programas de serviços e obras a serem realizadas no interesse da comunidade, definindo metas, benefícios e custos, e riscos sociais, ambientais e financeiros (Idem, 2007, p. 89-90).

O Comitê poderá criar e assumir a responsabilidade de gerir um Fórum Permanente a quem caberá o gerenciamento político da Agenda 21, quando for instituída, sob a supervisão técnica e administrativa da Secretaria Executiva. A participação e o auxílio para a execução da Agenda 21 deverá ocorrer em instância estadual e municipal e possibilitará a efetivação de mais objetivos quanto à revitalização e preservação do rio Ipojuca.

A proposta da Agenda 21 surgiu na Conferência Rio-92 e caracteriza-se como um documento no qual os Estados comprometem-se a implementar medidas que visem ações de dimensões socioeconômicas, como, o uso, a revitalização e conservação dos recursos naturais, a inclusão dos menos favorecidos em políticas públicas, sejam elas para etnias, raças, sexos ou idades excluídas do processo histórico de desenvolvimento.[28] Quanto as medidas ambientais, compreende-se: a proteção da

[28] Por exclusão ao processo de desenvolvimento compreendemos a seguinte concepção: carência e/ou ausência de/ao acesso à educação formal de qualidade e específica (em alguns casos), a saúde

atmosfera com ações direcionadas a substituição dos combustíveis fósseis e a transição energética; ao manejo do solo e dos recursos d'águas; o combate ao desmatamento e a desertificação; a proteção dos ecossistemas e a diversidade biológica; controle da produção e comercialização das substâncias químicas e tóxicas; e, o gerenciamento dos resíduos sólidos humanos (Ibidem, 2005).

Um dos objetivos primordiais da Agenda 21 é, portanto, formular políticas públicas integradas e compatíveis com os princípios da sustentabilidade, isso em curto, médio e longo prazo. Para efetivar essa meta e devido à complexidade da questão ambiental, seja local ou global, foi estabelecida uma classificação dos problemas em três partes (agendas paralelas): verde – assuntos que versam sobre a flora, fauna, solo e biodiversidade; azul – temas que abordam os recursos hídricos; e, a marrom – questões a respeito da poluição e da degradação urbana.

Para "conquistar" a execução das ações propostas na Agenda 21 serão necessários recursos financeiros que poderão ser obtidos por meio de parcerias em instância federal, estadual ou municipal, com entidades governamentais e não-governamentais em ou órgãos internacionais. O investimento em tecnologia "limpa" e em consciência ambiental é demonstrado, também, como alternativa na busca da sustentabilidade.

A elaboração da Agenda 21 em Pernambuco ocorreu através do Fórum Estadual em 2002, entretanto, a discussão de sua implementação se iniciou a partir de 1999, como resultado da RIO-92. O Fórum foi dividido em vários eixos temáticos que abrangeram diversos aspectos considerados prioritários no processo da sustentabilidade, sendo tais: cidades sustentáveis, infra-estrutura, redução das desigualdades sociais, economia sustentável, gestão de recursos naturais e combate a desertificação e convivência com a seca (Idem, 2007).

A primeira concretização da Agenda 21 foi à referente ao rio Pirapama em 2000, após a elaboração e efetivação da COBH em 1998. Sua nascente está a 450m de altitude no município de Pombos (também região Agreste de Pernambuco) e sua extensão é aproximadamente de 80 km. Este rio se limita ao Oeste e ao Sul com o Ipojuca.

(atendimento hospitalar), ao emprego com registro em CTPS, a moradia com saneamento básico, a segurança pública, ao lazer e o direito ao território ou a terra, etc.

A avaliação sobre os êxitos da Agenda 21 foi realizada na Conferência Rio+5 e Rio+10, entretanto, nesta última o ceticismo foi perceptível quanto à validade e intenções expostas pelo documento (NOVAES, 2007). A Rio+20 renovou a crença sobre a inviabilidade das propostas e postergou sugestões de mudanças no modelo de desenvolvimento dos países devido a atual crise econômica.

1.4.1 A participação dos Xukuru no COBH - Ipojuca

Sendo a área da Ribeira região que integra o território Xukuru e é cortada pelo rio Ipojuca, o estatuto do COBH requer deste grupo étnico que participe das reuniões destinadas a propor medidas de revitalização e preservação do citado rio.[29] Essa participação ocorre através do indígena Edgar Oliveira de Almeida que é técnico agrícola e trabalha no IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco) e inteira uma equipe, a Jupago, que prestam assistência na área indígena Xukuru.[30] Também é associado ao Conselho de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Rural Sustentável, ambos municipais. Ele foi escolhido pela função que desempenha dentro do grupo e pelo conhecimento que possui para tratar com questões ambientais.

As reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Ipojuca ocorrem duas ou três vezes ao ano. Durante o intervalo entre os encontros as comunicações são realizadas, principalmente, por e-mail, ou dependendo da urgência do assunto e a necessidade do retorno, por telefone.

O material produzido pelo Comitê é distribuído entre os integrantes, que podem nos seus respectivos municípios divulgar ações do COBH ou campanhas visando conscientizar a população para a atual situação de degradação do rio e o que a sociedade pode fazer a esse respeito.

O Senhor Edgar relatou que está sempre presente nas reuniões, e que todos são ouvidos, porém a presença da sociedade civil organizada é pequena em detrimento dos integrantes dos órgãos estatais. Todavia, o mesmo relatou que o atual presidente, o

[29] Os povos indígenas e comunidades quilombolas são convidados a participar dos COBH. No Comitê da Bacia Hidrográfica do Ipojuca não há registro de quilombolas, pois o rio não perpassa nenhum território dessas comunidades.

[30] Abordaremos melhor o assunto sobre o papel desempenhado pelo IPA e pela equipe Jupago no território indígena Xukuru no segundo capítulo desta dissertação.

senhor Marcelo Antônio Wanderley R. Pessoa, sempre convida a estarem presente nos encontros representantes de diversas entidades como, Associação Comitê de Ecologia e Meio Ambiente, Associação dos Pescadores e de Pequenos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bezerra, Agrestina e Altinho, Sindicato dos Trabalhadores em Agricultura Familiar ou simplesmente o Conselho de Usuários de Água.

> Eu sinto a presença mais forte do governo, inclusive das próprias prefeituras, né. Então, geralmente, cada prefeitura indica um representante lá no Conselho e essas pessoas tem o poder político bastante forte. A representação da sociedade civil ela... é ouvida também, mas não é com tanta intensidade quanto o governo (Edgar Oliveira de Almeida, Pesqueira).[31]

Sendo a maioria governamental, e a minoria sociedade civil, os representantes dos governos municipais possuem maior poder de decisão, e os projetos para solicitação de recursos com o intuito de criar programas de revitalização do rio Ipojuca devem ser realizados pelas administrações das prefeituras.

Embora o edital para inscrição destes projetos esteja disponível,[32] a Prefeitura de Pesqueira não realizou nenhuma ação quanto a isso. Sem projetos não haverá recursos, advindos, principalmente do Governo Federal ou do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a área indígena da Ribeira por onde perpassa o rio Ipojuca.[33]

[31] Entrevista realizada em 23/01/2013 em Pesqueira.
[32] O edital está aberto para inscrições de projetos que visem à revitalização do rio Ipojuca no momento da realização da entrevista, em 23/01/2013.
[33] Notamos relativo impasse entre a "Prefeitura" de Pesqueira e os índios Xukuru. O próprio indígena Edgar afirmou que é mais ouvido no COBH do que nos Conselhos Municipais aos quais ele participa.

CAPÍTULO II

"NAQUELAS ÉPOCAS ERAM POUCAS ÁGUAS": MEMÓRIAS E HISTÓRIA DOS XUKURU SOBRE O RIO IPOJUCA E A BARRAGEM PÃO-DE-AÇÚCAR

2.1 História Oral e Memórias: as entrevistas como fontes de pesquisa

A palavra história é originária do grego antigo *historie* que poderia ser concebido como "aquele que vê" ou que "procura saber", é uma atividade de pensamentos descontínuos selecionados para conhecer e explicar o passado (LE GOFF, 2008). A História Oral propõe essa apreciação do passado através das memórias obtidas por entrevistas com os sujeitos integrantes ou co-participantes desse(s) fato(s) histórico(s) escolhido(s) pelo pesquisador, pois "as entrevistas têm valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam" (ALBERTI, 2010, p. 19).

As entrevistas de História Oral requerem uma preparação que possibilite ao interlocutor a compreensão dos relatos dos entrevistados e o acompanhamento de seus discursos e expressões. As experiências históricas dos entrevistados são importantes por retratarem um passado "mais concreto", divulgandIo, portanto, novos conhecimentos e reforçando "a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas" (Idem, 2010 p. 22).

A História Oral é um meio para produção do conhecimento histórico e possibilita a interrelação entre o passado - tempo do acontecimento - e o presente, momento da entrevista, da evocação da memória. Por isso é "uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades" (DELGADO, 2006, p. 16).

A História Oral possui diversos campos para pesquisas, dentre os quais, a história do cotidiano, das tradições culturais e das memórias, aspectos sobre os quais iremos discorrer na presente pesquisa por conceber o passado não como um ato selado sob determinado significado, mas compreendendo como um espaço de negociações e desencadeamento de ações (Ibidem, 2010). Para efetivação disso acionaremos as memórias:

> Porque o conhecimento do passado dito ”objetivo” não basta para explicar o presente, sendo preciso acrescentar-lhe o conhecimento da percepção presente do passado. Esse “presente do passado” é precisamente a memória, e o estudo acadêmico dessa última permite melhor compreender a identidade que ela tem por função estruturar (FRANK apud ALBERTI, 2010, p. 40).

Mas o que memória? O seu conceito é essencial, contudo, neste estudo abordaremos apenas sua percepção na perspectiva da História e Antropologia que a concebem como “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Idem, 2008, p. 419). A invenção da memória escrita transformou o domínio da esfera auditiva para a visual, mas o seu intuito, *a priori*, era o mesmo, evitar o esquecimento, todavia a “memória oral” permaneceu presente em diversos tempos históricos.

No denominado Período Clássico ou Antigo, seja ele Ocidental ou Oriental, as memórias foram utilizadas para explicar a origem de um povo, o poder instituído a alguma(s) família(s) e a divulgação, geralmente restrita, dos saberes técnico. Na instauração do domínio da Igreja Católica Romana, as memórias eram usadas para a recordação e louvores dos santos, ou dos mortos, cujo propósito seria impedir o esquecimento pelos fiéis ou familiares das referidas pessoas. Posteriormente, os atos e fatos que originaram grandes transformações nas relações econômica, sociais e políticas nas nações dos séculos XVIII e XIX foram lembrados através das memórias. Nem mesmos os recursos tecnológicos inviabilizaram a utilização das memórias, ao contrário, facilitaram no armazenamento e disponibilização delas.

A história, o tempo e as memórias são processos interligados e “a memória contém os elementos básicos para a construção de uma concepção histórica” (MONTENEGRO, 2003, p. 18). O tempo também é um fator essencial na construção histórica e na concepção de memória, pois, “os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e, a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido, reinterpretando-o sem, no entanto, o modificar” (Idem, 2006, p. 33-34). Essa percepção é compartilhada por outros pesquisadores, ou seja, eles ratificam a interação, passado-presente, e vice-versa,

> No que se refere à memória em geral, podemos observar que a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. Entendemos o mundo presente num contexto que se liga causalmente a acontecimentos e a objetos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objetos que não estamos a viver no presente. E viveremos o nosso presente de forma diferente de acordo com os diferentes passados com que podemos relacioná-lo. Daí a dificuldade de extrair o nosso passado do presente: não só porque os fatores presentes tendem a influenciar – alguns diriam mesmo distorcer – as nossas recordações do passado, mas também porque os fatores passados tendem a influenciar, ou distorcer, a nossa vivência do presente (CONNERTON, 1999, p. 2).

A memória é selecionada ou utilizada para legitimar uma ordem ou grupo socioeconômico e/ou político vigente no presente, "podemos afirmar, deste modo, que as nossas experiências do presente dependem em grande medida do conhecimento que temos do passado e que as nossas imagens desse passado servem normalmente para legitimar a ordem social presente" (Idem, 1999, p. 4). Os grupos subordinados a essa ordem também fazem uso da História Oral para se opor a memória social estabelecida, e para construção de uma identidade comum, muitas vezes invocada através de rituais. Os ritos, geralmente, têm valor e sentido para aqueles que os executam e são repetitivos e perpetuados com o objetivo dá continuidade ao passado e rememorar os conhecimentos históricos daquele grupo.

> A memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5) (grifamos).

Identidades, representações e memórias estão diretamente relacionadas, pois a memória é utilizada por grupos e indivíduos para resgatar identidades 'ameaçadas' e construir representações sobre sua cultura. A memória e identidade podem ser

negociadas, e não sendo, portanto, uma essência de uma pessoa ou de um grupo. O sociólogo Maurice Halbwachs postulou sobre a memória, e afirmou que os indivíduos recordam através de memórias que não são apenas suas. "Indivíduos não se lembram por si mesmo e, para lembrarem, necessitam da memória coletiva, isto é, da memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos" (SANTOS, 2009, p. 51).

A História Oral possibilita um espaço para que a relação entre a história, as memórias e as identidades se estabeleçam. História e memória contribuem para a consolidação da consciência de pertencimento ou não pertencimento dos sujeitos históricos a organizações, grupos, instituições, etnias, países. "A História pode ser identificada como alimento da memória, e, simultaneamente, a memória pode ser tomada como uma das fontes de informação para a construção do saber histórico" (Ibidem, 2006, p. 49).

Os índios Xukuru recorreram as suas memórias para alegar o direito ao território e utilização dos seus recursos naturais, pois, "o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo" (HALBWACHS, 1990, p. 134). Acontecimentos tidos pelo grupo como especiais, tal qual propôs Halbwachs em *Memória coletiva*, ocorreram, e permitiram ao grupo a consciência daquilo que ele era desde há muito tempo e permanecia sendo até aquele momento, e os vínculos que o ligava ao lugar se tornaram mais nítidos quando ameaçados a se romper. Podemos atrelar isso ao início do cacicado de Xicão, as mobilizações Xukuru e a demarcação do território, atualmente homologado, e a sobrevivência do grupo em seus diversos aspectos, um deles, o sociocultural.

2.2 "Naquelas épocas eram poucas águas": o rio Ipojuca e as memórias Xukuru

A água é um elemento original e essencial na manutenção da vida, e está associada à pureza, ao nascer e viver (REY, 2004). Desde o período denominado de Antiguidade Clássica, os pensadores gregos se interessaram pela água e pelos rios e perceberam sua influência na formação cultural dos diversos povos.

As civilizações antigas ao compreenderem o valor da água para o crescimento de suas cidades e vilas começaram a modificar os percursos dos rios com o intuito de atender as suas necessidades, sejam elas econômicas, sociais ou políticas.[34] Com o desenvolvimento de tecnologias no século XX, as alterações se acentuaram, e a água tornou-se apenas mais um produto a ser comercializado, ou seja, um recurso hídrico (WORSTER, 2008).

A colonização portuguesa em território brasileiro foi realizada seguindo o percurso dos rios, e podemos perceber isso quanto ao povoamento da região Agreste e da Serra do Ororubá. A presença de água em determinados locais foi/é motivo de conflitos pelo uso desse recurso natural, mas isso também possibilitou a sobrevivência de vários grupos, dentre os quais, os Xukuru.

A região conhecida por Ribeira, no território indígena Xukuru, é banhada pelo rio Ipojuca que a princípio chamava-se Iapajuque e passou a ser Ipojuca, palavra construída a partir de adaptações lingüísticas utilizadas pelos colonizadores (FERRAZ, 2007). Este, no entanto, não foi um privilégio apenas dado a este rio, outros acidentes geográficos existentes no Brasil carregam topônimos baseados em línguas de povos ameríndios. O rio Iapajuque ou Ipojuca, que em tupi significa água preta ou turva, teve seu nome e localização divulgados pela cartografia histórica portuguesa, espanhola, holandesa e francesa nos séculos XVI e XVII.

Nas memórias dos Xukuru esse rio é lembrando com intermitente, restringindo a pesca a alguns períodos do ano e oferecendo uma oferta de peixes reduzida, não quanto à variedade, mas relativa à quantidade, sendo apenas suficiente para o consumo familiar, inviabilizando, portanto, a venda.

> Aqui não tinha Barragem, antigamente era o rio. O rio era provisório, que as águas que ficavam era poucos tempos. E os poucos tempos que ficava os peixes ficavam pouco, não era muito não. O rio era o Pojuca., O tempo eu não me lembro, faz muitos anos, há vinte anos atrás, aí não dá, não tenho muita lembrança não [...] Antigamente era mais pra o consume, né? Nós não tinha condição de vender a pesca era pouca. Não dava pra vender não, era só

[34] Claude Raffestin em sua obra *Por uma Geografia do poder* discorreu a respeito dos recursos naturais que são formados a partir de uma matéria, esta seria um "dado puro na exata medida em que resulta de forças que agiriam ao longo da história da terra sem nenhuma intervenção do homem" (1993, p.223). Ao passar por um processo de valorização através do trabalho atrelada a uma produção a matéria transforma-se em recurso.

> pro consumo mesmo, porque pegava pouco, não tinha como pegar muito mesmo (Amilton de Souza, Aldeia Passagem,).

O Ipojuca também é rememorado como espaço de lazer para as crianças, que costumavam nadar em seus períodos de cheia, como recorda o indígena Pedro Faustino de Lima "era pra tomar banho. Brincava mais os meninos tomando banho".[35]

Quando questionado sobre os instrumentos utilizados para pescar no Ipojuca, e os peixes existentes no rio o Senhor Amilton afirma "Era de mergulho. Daqui não existia rede, não existia tarrafa, não existia nada. Simplesmente anzol mais de piabe e filapia, que é os peixes que nós temos. Daí por diante, se era pra nos tá com o anzol, nós preferia mergulhar logo e ir atrás dele". Outro índio, José Edvaldo Rodrigues de Lima, conhecido por Vinvin, também rememorou as pescas no rio Ipojuca quando criança, pois sendo o irmão mais velho precisava auxiliar os pais na manutenção econômica da família.

> Para sobrevivência, como eu acabei de falar, que os mais velho tinha que trabalhar, batalhar, pra criar os irmãos mais novo [...] Eu pescava de anzol, no mergulho, hoje temos armas pra pegar com mais facilidade pra pegar o peixe, mas naquela época não existia, então a gente pescava no mergulho (Senhor Vinvin, Aldeia Passagem,).

O Xukuru, Sebastião José da Silva[36], afirmou que seu pai, tios, irmãos e ele próprio, sempre pescaram e obtiveram o sustento da família através desta atividade. A pesca era realizada, a princípio no Ipojuca, e posteriormente, na Barragem Pão-de-Açúcar. Ele afirmou que sempre moraram as margens do rio e isso facilitava a pescaria e também a utilização de instrumentos que poucos dispunham no período, com a rede, a tarrafa e o anzol. O trabalho era realizado em grupo, com objetivo de obter maior número de peixes e assim conseguir vendê-los no mercado em Pesqueira.

O índio José Francisco de Oliveira[37], morador da Aldeia Pão-de-Açúcar, também relatou como aprendeu a pescar com o seu pai e rememorou o ato ainda presente em sua família e que auxilia no sustento dos habitantes de sua casa. José Francisco recordou que os peixes obtidos através da pescaria realizada no rio Ipojuca,

[35] Entrevista realizada em 25/01/2013 na Aldeia Pé-de-Serra.
[36] Entrevista realizada em 21/01/2012 na Aldeia Passagem.
[37] Entrevista realizada em 19/07/2010 na Aldeia Pão-de-Açúcar.

como a traíra e a tilápia, e os instrumentos utilizados no processo que eram a rede de arrasto e o anzol. Materiais específicos para locais com pouca água ou profundidade, pois sendo o Ipojuca intermitente, em determinados períodos do ano, na estação seca entre outubro a janeiro, o que restava do rio eram poços naturais.

O entrevistado, José Edilson da Silva[38], discorreu sobre a recente construção da Barragem, e a presença do único recurso hídrico disponível para os seus antepassados, o Ipojuca. Como sempre viveram às margens do rio, podiam pescar e isso auxiliava na complementação alimentar da família. Os peixes obtidos eram a tilápia e a traíra e também o jundiá e a piaba. Questionado quanto aos instrumentos usados para o desempenho da atividade e a presença inconstante do Ipojuca, José Edilson afirmou:

> Olha, nessa época ninguém conhecia rede de pesca. O que existia aqui era a tarrafa, pescava de balaio, pescava de rede de arrasto, de anzol, entendeu? Essa rede de espera na época não existia isso, só o que existia era esse tipo de equipamento que eu já lhe falei [...] É porque o rio na época das cheias, das enxurradas, ele..., chegava à enxurrada, ficava aqueles poços, aí nos poços ficava muito peixe, ficava pra as famílias cumer na época.

A atividade pesqueira realizada no Ipojuca era basicamente para sobrevivência. Poucas famílias conseguiam obter peixes suficientes para a venda, talvez devido aos instrumentos utilizados, que no discurso dos próprios indígenas eram atrasados, inadequados e/ou ultrapassados. A necessidade de executar o serviço em grupo provavelmente também dificultava quanto à oferta de peixes que seria disponibilizada para cada um, impossibilitando a comercialização. Porém, o fator primordial provavelmente era a intermitência do rio.

Embora o Ipojuca fosse irregular quanto ao seu ciclo, este rio também tinha seus períodos de cheias[39] em anos cuja precipitação era superior a média, e isso disponibiliza uma oferta maior de peixe, como rememora o índio Jurandir Franco Feitosa

> O pessoal pescava muito mais, quando passavam a cheia. Porque tinha cheia pesada, cavava aqueles poços grandes, e ia passando a cheia, e baixando,

[38] Entrevista realizada em 30/05/2010 na Aldeia Pão-de-Açúcar.
[39] As cheias do rio Ipojuca não chegavam a criar transtornos aos moradores, ou seja, a quantidade de água durante esses período não era suficiente para adentrar nas casas ou impossibilitar a locomoção na área.

> secando, secando, ficava bem pouquinha água, e aqueles peixes expostos e o verão todo mundo tinha seus peixes pra comer. Nós mesmo tinha de fazer pescaria, e sair até oito caixas de peixes numa pescaria. Naquele tempo o pessoal era muito unido, ninguém falava de vender peixe. Aqui no rio quando terminavam a pescaria, juntavam 30, 40,10 pessoas, e o dono do poço pegava repartia pra tudinho, cada um levava um pacotinho de peixe. O estilo daqui era esse. Não falavam de vender peixes não.[40]

A maioria dos habitantes da Ribeira, no período anterior a construção da Barragem Pão-de-Açúcar tinha um poço feito dentro do leito do Ipojuca com o intuito de aproveitar as cheias do rio e armazenar água que serviria para os animais e os afazeres domésticos, além de reter peixes que seriam utilizados na alimentação. Todavia, os que não possuíam um poço eram convidados a participar da pescaria e o resultado obtido com a atividade era distribuído entre os participantes.

A água armazenada nos poços também era compartilhada. A água para beber era retirada de outros poços cheios com a água das chuvas, ou obtida na região da Serra, pois sendo a água do rio Ipojuca salobra, não era utilizada para beber.

> Lá no rio Pojuca a gente tomava banho nele, água pro gado tinha, pra dá água aos bichinhos da gente, ficava pertinho também. Pra beber era de riba. Que dizer dentro do... a gente tinha uns barreiros que era cavado aí nas trovoadas pegava aquela água era onde a gente tomava aquela água. E quando terminava a gente ia buscar em riba da Serra. Na Serra pra tomar dessa água. Quando se acabava (José Maciel de Lima, conhecido por Zé Maciel, Aldeia Pão-de-Açúcar). [41]

O percurso de ida até região da Serra e o retorno de lá até a Ribeira requeria horas de caminhada, como relata o Senhor Jurandir "Nos saímos de cinco horas da manha e chegávamos de oito horas. Umas três horas de viagem, era longe dava mais que meia léguas". [42] Outro indígena, o Senhor Amilton de Souza também rememora essa situação:

[40] Entrevista realizada em 24/01/2013 na Aldeia Pão-de-Açúcar.
[41] Entrevista realizada em 24/01/2013 na Aldeia Pão-de-Açúcar.
[42] Idem, 24/01/2013, Aldeia Pão-de-Açúcar.

> Esse rio, antigamente quando era um rio, não tinha quem bebesse a água do rio e através, depois da Barragem todo mundo usa ela. Ela não é boa, mas prá vista de antigamente, hoje você lava a roupa, você toma banho, ela serve prá tudo. Quando não tinha água pra gente, que a gente ia pegar água nos poços do rio, Ave Maria! Era uma dificuldade, nós tinha que levantar 3 horas da manhã pra pegar 2 latas d'água. Tinha vez de chegar lá não tinha, por causa que o pessoal da minha aldeia são muito, são várias pessoa aí chegava lá não dava nem pra usar a água por não tinha. Aí tinha que busca com 4,5 quilômetros ou 6. Até 7 ou 10, conforme onde tivesse tinha que ir buscar pra beber.[43]

Esta situação permanece até os dias atuais, pois nas épocas de seca a área da Serra ainda disponibilizada este recurso hídrico, principalmente em anos de estiagem tais quais 2012 2 e 2013. Nestes referidos anos ocorreu uma redução significativa da pluviosidade na região, e a água que comumente chegava às moradias na Ribeira devido a um reservatório da Compensa do qual era transportada por meio de uma tubulação para essa área, cessou, e isso gerou problemas hídricos, conforme o relato da Xukuru Geralda Costa da Silva Santos, que reside na Aldeia Pão-de-Açúcar; "Pra beber a gente ta com dificuldade pra conseguir. Aí a gente ta pegando do outro lado da Barragem. É em Caldeirão. É água encanada que vem da Serra. Aí a gente vai carregar lá de balde. Uma vez por semana".[44] Para as demais necessidades como limpeza da casa, de roupas, banhos etc., a água da Barragem Pão-de-Açúcar é comumente utilizada "Pra fazer as atividades de casa, a gente tem aí, a Barragem [...] Carrega em lata, na cabeça. Todo mundo carrega. As mulheres, os homens, os fios". [45]

Com o intuito de auxiliar os indígenas que residem na região da Ribeira, os Xukuru que moram na Serra reduziram seus plantios e consequentemente o uso da água para disponibilizarem esse recurso em maior quantidade aos demais, como podemos analisar no discurso da índia Edjane Maria Neves Pereira da Aldeia Caípe; "Exatamente por esse motivo a gente reduziu. Não foi tanta a seca porque água que a gente irriga a plantação, ela é a mesma de beber. Aí a gente ta dividindo com outra comunidade, comunidade de Caldeirão".

[43] Entrevista realizada em 18/05/2010 na Aldeia Passagem.
[44] Entrevista realizada em 25/01/2013 na Aldeia Pão-de-Açúcar.
[45] Idem, 25/01/2013 na Aldeia Pão-de-Açúcar.

A ação das lideranças indígenas Xukuru quanto ao atendimento as necessidades hídricas da etnia devido ao prolongamento da estiagem foi junto a Prefeitura de Pesqueira obter caminhões pipa para a toda a área indígena, concentrando em regiões e aldeias onde a seca é mais presente e sua atuação mais visível, como em Curral Velho, local, embora na Ribeira, que está mais distante da Barragem Pão-de-Açúcar. Outra ação das lideranças juntamente com o IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco) e a equipe indígena Jupago[46] tem sido a construção de cisternas para armazenar água nas aldeias onde mais comumente há ausência deste recurso.

> Na questão da seca a gente tá em parceria com o IPA e o Governo do Estado, acompanhando a questão dos carros pipas que abastecesse a área, né. E também a questão da construção das cisternas de placas. Nos tamos atualmente com 222 cisternas a ser construída na área indígena. Naquela região da Ribeira já construímos na faixa de 20, mais ou menos. Mas na área indígena são 222 cisternas como um todo a ser construída agora. Já aprovado o projeto. Na realidade essas cisternas o objetivo dela é a capitação da água da chuva, principalmente, né. E abastecer as famílias. Uma cisterna dessa dá pra abastecer uma família de quatro a cinco pessoas durante um período de seis a oito meses, então é garantir mesmo a segurança hídrica das famílias (Edgar Oliveira de Almeida, Pesqueira).[47]

Essa na foi a única estiagem prolongada na região, ocorreram outras, todavia, nenhuma delas aconteceu após a homologação do território. Conforme a memória dos índios idosos:

> Prá empatar com esta que nos temos agora, nunca existiu, prá empatar com esta só se nos ainda alcançamos outra. Porque nos tivemos seca, sabe, 52 tivemos o primeiro ano de seca, aqui seca na Rebeira, seca que existiu foi essa. Era ruim aqui neste município, já naquele outro aqui era favorável de chuva. Tivemos uma seca pesada de 79 a 84, mas ela se chamava de seca verde, bicho não passou fome. Não chovia, não tinha chuva de fazer água, mas inverno fininho sem água fazer. Quaser todos os meses do ano tinha.

[46] Transcorremos a respeito dessa equipe no terceiro capítulo dessa Dissertação.
[47] Embora Edgar não seja de fato uma liderança indígena Xukuru, a equipe que ele integra e o órgão estadual no qual trabalha, agem em parceria e de acordo com as decisões dos líderes dessa etnia. Entrevista realizada em 23/01/2013, Pesqueira.

> Isto, por isto chamamos de seca verde, nos passávamos por esta os animais o gadinho pequeno sofreu (Jurandir Franco Feitosa, Aldeia Pão-de-Açúcar).[48]

As secas anteriores não foram tão intensas e nem atingiram inúmeros municípios como a de 2012/2013, de acordo com o depoimento do Senhor Jurandir. A área, também, não estava completamente ausente de precipitação, embora ela tenha sido menor e mais distribuída durante todo o ano.[49]

A consequência desta última estiagem foi uma grande mortandade na área indígena de animais, principalmente do gado[50], e a inviabilização da agricultura de roçado (dependente exclusivamente das chuvas), além de uma relativa queda na produção da monocultura do tomate.

> Com esta seca, que está morrendo bastante. O pessoal manda cortar o mandacaru pra dá pro bichos. A palma acabou. O pessoal pegaram a época boa, esqueceram de plantar palma, certo, e hoje tem este problema da doença da palma também. Muitos tirando mandacaru. Uma carratinha de palma por 600 reais, mais uma carratinha de cana de açúcar dá 1.500 paus. Vai moendo tudo, fica farelo e vai sustentando o gado. Tem rebanho que amanhece 3 a 4 caídos (Jurandir Franco Feitosa, Aldeia Pão-de-Açúcar).

No período que adveio as antigas estiagens ainda não fora construída a Barragem Pão-de-Açúcar, portanto, o único recurso hídrico na região da Ribeira era as águas do Ipojuca. Porém, sem as precipitações de outono-inverso, o rio permaneceu seco, não ocorrendo às frequentes cheias provenientes das chuvas.

A ocupação econômica mais importante no período anterior a construção da Barragem era a agricultura, fosse ela realizada em terra pertence ao grupo familiar ou nas propriedades dos fazendeiros, em função denominada pelos indígenas como diarista ou arrendatário. Quando desempenhada na propriedade familiar, geralmente, eram os

---

[48] Ibidem, 24/01/2013, Aldeia Pão-de-Açúcar.

[49] No artigo publicado no site do ISEP "**A questão da pobreza em Pesqueira**: incursão preliminar" Bartolomeu Cavalcanti discorreu sobre a miserabilidade no município e como a seca da década de 1950 causou migração e fome por todo Agreste e Sertão, inclusive de outros estados. Revista eletrônica do ISEP http://www.isepnet.com.br/website/revista/Revista_ISEP_02/revista.pdf Acesso em 19/06/2013.

[50] A criação de gado leiteiro é comum na região Agreste. Na Ribeira poucos possuem gado, e quando os tem restringi-se a três ou quatro, geralmente um boi, uma vaca e um filhote. O pouco leite obtido quase não é comercializado. Em período de seca a produção quando existe, destina-se ao consumo familiar.

roçados, ou seja, o plantio de milho, feijão e mandioca, pois são produtos de ciclo curto, podendo, portanto, ser cultivado várias vezes ao ano e precisam de pouca irrigação, dependendo, muitas vezes, apenas da chuva.

A agricultura feita nas propriedades dos fazendeiros eram os roçados, que serviam de restolho para alimentar o gado (SILVA, 2008). Contudo na região da Ribeira e da Serra o cultivo de goiaba e tomate predominou na época das indústrias em Pesqueira. Uma das maiores proprietárias de terras na área indígena nestas regiões era a Fábrica Peixe[51].

A indústria Peixe é acusada pelos Xukuru de provocar o desmatamento da área e por ter introduzido a utilização dos defensivos agrícolas na região. Além disso, o geógrafo Hilton Sette acrescentou a importação do tomateiro para a Serra do Ororubá, fruto não típico da localidade.

> O tomateiro, ao contrário, é alienígena na região. As primeiras sementes para fins industriais foram importadas por Carlos de Brito, em 1914, começando logo depois a fabricação em massa e, em 1928, a do extrato de tomate. Atualmente está solanácea é cultivada em vastas áreas das caatingas de areia dos arredores, incluindo as zonas da própria Pesqueira e também Sanharó, Belo Jardim, São Bento, Arcoverde, Alagoinha, etc. A grande exploração do tomate, realizada pela Organização Peixe e ultimamente pela Rosa, através dos mais adeantados processos agrícolas com rotação de terras e emprego de fertilizantes, tem concorrido para a devastação das caatingas e para ocupação de áreas antes utilizadas não só pelos roçados de mandioca, milho, feijão e palma, como pelo criatório semi-extensivo, tão mais necessários à subsistência das populações locais (SETTE, 1956, p. 87).

Sette na mesma obra enfatizou ainda não apenas o desmatamento para a agricultura, mas com o intuito de obter madeira, e consequentemente lenha para os fornos a vapor que serviria para aquecer os tachos que seriam utilizados na fabricação de doces em conserva.

[51] Além das informações obtidas pelas entrevistas, os livros *No tacho, o ponto desandou*: história de Pesqueira de 1930 a 1950 e *Pesqueira*: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais, dos autores Bartolomeu Cavalcanti e Hilton Sette, respectivamente, disponibilizam dados sobre a Fábrica Peixe.

> As fábricas queimam óleo diesel nos motores e lenha para o aquecimento dos tachos a vapor. Essa dependência ao combustível lenha tem custado à destruição do revestimento vegetal primitivo. As matas da Ororobá e as caatingas altas dentro de uma área de enorme raio acham-se praticamente desaparecida (Idem, 1956, p. 88-89).

Além dos problemas ambientais ocasionados durante o período do auge industrial em Pesqueira, as fábricas, principalmente, a Peixe, foi atribuída à responsabilidade por questões de miserabilidade social no município (CAVALCANTI, 2007, p. 54).

A continuação na utilização dos agrotóxicos na Ribeira tem ocasionado a contaminação do solo, da água da barragem Pão-de-Açúcar e do rio Ipojuca, além de resultar em mortandade para os animais e danos a saúde das pessoas (GONÇALVEZ, 2008). Abaixo podemos constatar a atual situação do Ipojuca na região da Ribeira. A poluição desse trecho do rio deve-se, provavelmente, ao uso dos defensivos agrícolas que por meio dos lençóis freáticos, da Barragem Pão-de-Açúcar ou dos plantios à margem do Ipojuca podem ter ocasionado semelhante situação de degradação.

Figura IV – Rio Ipojuca na região da Ribeira

Rio Ipojuca (Região da Ribeira)
Foto: Denise Lira, julho de 2012.

O uso dos agroquímicos é disseminado por toda a região da Ribeira, principalmente nos cultivos de tomate, cenoura, repolho e alface. Nos chamados roçados, onde a predominância da mandioca, milho e feijão, a maioria dos agricultores Xukuru afirma não utilizar esse recurso.

Nos roçados a presença dos parentes é constante, dificilmente existe o trabalho de diarista, pois a produção é pequena, sendo apenas suficiente para o consumo da família, poucos índios conseguem plantar vários hectares, ou até mesmo um, a colheita então é ínfima. Os que colocam um roçado maior podem até contratar diarista, geralmente, mesmo assim na excede a quantidade de dois. Quando obtêm uma colheita razoável vendem os produtos, além de estocá-los, pois podem ser consumidos após meses, desde que bem armazenados. Nesses roçados a irrigação é proveniente exclusivamente da chuva, então em anos de precipitação inferior a média, há grande perdas.

Nos plantios onde são utilizados agrotóxicos, geralmente, os agricultores destinam cerca de um ou mais hectares de terras a monocultura e há irrigação contínua. A água utilizada nessas plantações é proveniente da Barragem Pão-de-Açúcar que chega pelo método gravidade e é distribuída por mangueiras, com pequenas perfurações, para todo o terreno cultivado.

Figura V – Cultivo do tomate na região da Ribeira

Monocultivo do tomate na Ribeira (em azul as mangueiras que levam água da Barragem Pão-de-Açúcar para todo o plantio)
Foto: Denise Lira, janeiro de 2013

E na área da Ribeira há predominância do cultivo do tomate. Os dois maiores produtores de tomate que existem nessa região são os senhores Fernando Raimundo da Silva e Severino Artur de Souza, ambos indígenas, que estão continuamente na área averiguando seus hectares plantados, mas que residem em Pesqueira.

O índio Fernando R. da Silva tem cultivo na área indígena, na região da Ribeira, desde 1970, e inclusive fez plantio para a Fábrica Peixe. Nessa época destinava cerca de seis hectares para o cultivo do tomate, atualmente tem apenas dois e vende a produção no CEASA (Centro de Abastecimento Alimentar) do Recife por terceiros ou para proprietários de mercados dos municípios próximos a Pesqueira que negociam diretamente com ele. A princípio não havia utilização de defensivos agrícolas, que só foram implantados anos depois com o "aparecimento" das pragas e que continuam presentes nas monoculturas.

O Xukuru Severino A. de Souza há oito anos tem cultivo na área da Ribeira, e já plantou beterraba, repolho e cenoura. Devido à infestação de pragas resolveu permanecer apenas com a cultura do tomate. Atualmente nessa região tem dois hectares no período de adubação e preparação da terra para receber as sementes do tomate.

Nessa etapa costumam trabalhar até vinte pessoas, sendo cinco ou seis funcionários fixos e os demais diaristas. Ao término do plantio, na colheita, o número de pessoas trabalhando eleva-se, chegando até a quantidade de quarenta. Esses empregados temporários dividem-se na função da colheita do tomate no pé e armazenamento nas caixas e o transporte das mesmas para um local determinado pelo proprietário do plantio.

Embora o trabalho de carregar/levar as caixas de tomates seja atribuído aos homens, devido ao peso, a função de coletar, quase exclusivamente feminina, parece mais exaustiva, pois requer horas com a dorsal arqueada, e muitas diaristas reclamam de dores nas costas. Os próprios homens que labutaram na função de recolher os tomates das plantas alegavam que o transporte das caixas é menos pesaroso. "Carregar é melhor do que apanhar. Apanhar é sobre pras mulheres que tem as costas boa, olha o rojão. Acho melhor carregar. Enfada carregar, quando dá sete e meia eu to dormindo".[52]

A jornada se inicia às seis da manhã, com o intervalo para o almoço entre onze até as treze horas, quando retornam e laboram até as dezesseis. O espaço destinado ao repouso é utilizado para a ingestão do alimento, um cochilo ou para a realização de outras atividades, como as domésticas. Todos os empregados do cultivo residem na própria aldeia da plantação, Pão-de-Açúcar, ou em outras bastante próximas.

O salário é utilizado nas compras de mantimentos para a família ou para pagar alguma outra despesa. Foi observada nas entrevistadas que até casarem as mulheres trabalhavam nos roçados de seus pais e que a união matrimonial e a chegada de filhos levaram-as ao trabalho remunerado fora de suas residências. Uma congruência, porém, entre todos os entrevistados, homens e mulheres, é que o salário pago é pouco, e muitas vezes insuficiente para o sustento da família, o que os obriga a ter um roçado, ou depender de um auxílio como bolsa família, ou de uma aposentadoria ou fazer e vender renascença. Há unanimidade em afirmar que a função desempenhada na agricultura,

[52] Entrevista realizada em 25/01/2013 com Luiz Augusto Nascimento, Aldeia Pão-de-Açúcar.

independente de qual seja, é extremamente cansativa e eles a exercem por falta de alternativas ou outras oportunidades.

Em um período de estiagem como em 2012 e atualmente em 2013, fazer ou colocar um roçado, na linguagem dos indígenas, é obter pouco ou nada do plantio. Uma plantação maior, como a do tomate, no qual é direcionado a partir de um hectare de terra, requer um investimento de no mínimo R$ 25.000 reais em cada hectare, conforme o Senhor Severino Artur de Souza "Aí tem que gastar, gastar muito dinheiro. Olhe pra melhor dizer pra você um hectare de tomate do começo ao fim hoje você gastaria 25 mil reais". [53]

O dispêndio da quantia deve-se aos investimentos realizados com defensivos agrícolas, aproximadamente 15 litros de agrotóxicos, e quase cem quilos de adubo orgânico como estrume de bode e galinha em cada hectare, além dos custos com a irrigação, mudas de tomates e a mão-de-obra. Do cultivo a colheita a duração é de 90 dias, no qual são feitos todos os investimentos já citados.

Para obter a quantia necessária para a efetivação do plantio do tomate, muitas vezes é preciso solicitar empréstimos, geralmente ao Banco do Brasil e/ou do Nordeste, que são saldados em até noventa dias, período em ocorre a colheita e consequentemente o retorno do investimento realizado. Isso, porém, não é tão exato, pois a ausência ou o excesso de precipitação pode resultar em prejuízos.

> Tem época que tem uma boa produção, quando o tempo vem razoável bem pra tomate. Hoje mesmo não ta muito bom, ta muito quente, por nunca mais choveu, aí ta muito quente, a temperatura alta, aí não chega a dá aquilo que era pra dá. [...] Às vezes consegue. Agora mesmo, um tempo atrás, oito meses, eu perdi, cheguei a perder 13 mil reais. A produção foi pouca e o preço do tomate baixou muito, e aí... Tinha vezes que eu mandava tomate e ela voltava, não chegava a vender.[54]

As caixas de tomates são transportadas, geralmente, para o CEASA do Recife, onde são vendidas. Essa locomoção é desempenhada por alguém de grande estima e confiança, que recebe o pagamento por comissão, ou seja, ele embolsa cerca de um real por caixa vendida. Cada hectare em época de colheita razoável produz

[53] Entrevista realizada em 25/01/2013 com Severino Artur de Souza na aldeia Pão-de-Açúcar.
[54] Idem.

aproximadamente duas a três mil caixas de tomates, e por dia são coletadas de 400 a 500 caixas. Outra forma de comercializar o produto é com revendedores que se deslocam até a área indígena e compram diretamente da plantação uma quantidade determinada de caixas.

2.3 "Antigamente aqui não tinha Barragem não": a construção da Barragem Pão-de-Açúcar e sua importância socioecornômica para os Xukuru na Ribeira

A Barragem Pão-de-Açúcar foi construída entre os anos de 1986/1987, embora seu projeto tenha sido elaborado em 1985, fazendo parte de um conjunto de obras que visavam o aproveitamento do recurso hídrico disponibilizado pela bacia do rio Ipojuca para atenuar os problemas no semiárido.[55]

> KRAUSE ESTIMULA IRRIGAÇÃO PERENIZANDO O IPOJUCA – Está nascendo uma obra que trará mudanças significativas no perfil sócio-econômico de uma das mais importantes bacias hídricas de Pernambuco, possibilitando à perenização das águas ao longo de muitas centenas de quilômetros irrigáveis, e a melhoria da qualidade de vida em mais de uma dezena de importantes municípios das zonas do Agreste e da Mata. Trata-se da "Barragem-Mãe" Pão-de-Açúcar, cujas obras estão se desenvolvendo em ritmo acelerado, coordenadas por um moderno e eficiente sistema administrativo que compreende inclusive a utilização de computadores, e que representa a mais notável referência na política de desenvolvimento regional – preconizada pelo ex- Governador Roberto Magalhães e estimulada pelo Governador Gustavo Krause. Localizada entre os municípios de Pesqueira e Poção, a 230 quilômetros do Recife, em pleno coração do Agreste, o projeto sugere na verdade uma sucessão de encontros com vocações naturais de cada município onde a água, além do estímulo a agroindústria e a lavoura, elevará os índices de saúde pública e afastará o espectro das estiagens cíclicas para milhões de pernambucanos (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 06 de julho de 1986).

[55] O projeto de perenização do rio Ipojuca não foi de fato concluído, pois além da Barragem Pão-de-Açúcar, outras barragens menores seriam construídas, além de adutoras, que serviriam para abastecer vários municípios do Agreste, isso provavelmente aconteceu devido à mudança de governo que passou de Roberto Magalhães (1983-1986) para Miguel Arraes (1987-1990).

O projeto e sua concretização envolveram parcerias entre o DNCOS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), a COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento), SUDESA (Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água) e o Governo do Estado de Pernambuco.

Esta Barragem tem capacidade de armazenamento de 55 milhões de metros cúbicos e foram despendidos 168 milhões de cruzados na execução da obra. A construção de Pão-de-Açúcar integrava o projeto de perenização do Ipojuca, e foi considerada a "barragem-mãe", ou seja, a primeira que daria origem a outras no Semi-árido pernambucano.

> PROJETO DE PERENIZAÇÃO DO RIO IPOJUCA VAI SER ESTUDADO POR GOVERNADOR – Estudar a viabilidade da continuação e conclusão do Projeto de Perenização do Rio Ipojuca foi o que o Governador Miguel Arraes prometeu ao Deputado Estadual Mendonça Filho, durante a audiência. O Governador informou ao parlamentar sobre a situação financeira do Estado bem como as dificuldades por ele enfrentadas, uma vez que não tem ainda 30 dias de administração. Arraes que estudar o projeto em seus mínimos detalhes e verificar se o custo é compatível com a quantidade de pessoas a serem beneficiadas, principalmente as de baixa renda. Arraes disse que não sabe ainda se vai dar continuidade ao projeto, inclusive levando em conta que a barragem de Pesqueira, com a capacidade para armazenar 55 milhões de m³, foi muito dispendiosa ao Estado – 168 milhões de cruzados – em relação ao número de habitantes diretamente beneficiados. O Governador não precisou quantos são esses habitantes. Por outro lado, o Governador pretende estudar não apenas a viabilidade de perenização do Ipojuca, mas também a de outros mananciais para saber qual deles será mais compatível aproveitar. Segundo Arraes, Pernambuco dispõe de uma quantidade enorme de açudes localizados em lugares tão importantes quanto o Vale do Ipojuca e nenhum deles, até hoje, mereceu atenção de governos anteriores (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 05 de abril de 1987).

O principal objetivo da construção da Barragem foi a disponibilização de água para as lavouras e as agroindústrias e para abastecer a cidade de Pesqueira, embora atualmente sua utilidade destina-se a atividade pesqueira, a irrigação das plantações e uso domésticos apenas das residências da área indígena.

Figura VI – Fotografia da Barragem Pão-de-Açúcar

Foto: Edson Silva, janeiro de 2010

A construção da referida Barragem envolveu mão-de-obra indígena em diversas funções como rememorou José Edilson da Silva, que trabalhou como Auxiliar de Topografia durante um ano. Quando questionado sobre os serviços que realizava, afirmou:

> Eu trabalhava numa firma que fiscalizava a Odebrecht, é... ele fazia, trabalhava com argila, levava pro laboratório. Eu trabalhava no laboratório colhendo material. E do laboratório eu ia diretamente prá parede da Barragem. Porque se o material fosse bom ele iria diretamente prá parede, se não fosse, era jogado fora pra depois não dá prejuízo.[56]

Outro índio, José Francisco de Oliveira, trabalhou como motorista, transportando materiais para a Barragem como, concreto, cal, cimento e areia. Entretanto, a maioria dos indígenas que trabalharam na construção da Barragem Pão-de-Açúcar exercia funções que exigiam menor qualificação. Também foi utilizada mão-de-obra de Poção e Pesqueira, e a empresa responsável pelo projeto e sua concretização foi a Odebrecht, embora não fosse a única a executar o serviço na área.

[56] Idem, 30/05/2010.

A construção da Barragem Pão-de-Açúcar perdurou por cerca de dois anos, e os trabalhos eram realizados durante os dias e as noites, em jornadas sucedidas a cada 12 horas. Os empregados, vindo de outras cidades ou sítios, permaneciam no território indígena (neste período ainda não reconhecido, demarcado e/ou homologado), sendo acolhidos em residências dos moradores locais (muitas vezes familiares), em hospedagem erguida pela Odebrecht, ou repousavam nos hotéis e pousadas em Pesqueira e Poção.

O transporte era realizado pela própria construtora, que contratou pessoas para exercerem a função de motorista e ficarem responsáveis pela locomoção dos demais empregados da obra até Pesqueira e Poção no início e ao término do expediente de trabalho. O Xukuru José Pereira da Silva era um dos transportado de Pesqueira até Pão-de-Açúcar, "Era uma caçamba da...da empresa. Eles vinham me trazer. Eu e mais outros. Porque tinha um tempo que a gente trabalhava dia, outro à noite. Eles trocava o pessoal". [57] O índio Lourival Rosa da Silva trabalhava como motorista e realizava esse tipo de transporte, "No inicio eu comecei a transportar o pessoal de Pesqueira prá cá, prá Pão-de-Açúcar, mas depois por causa de motivo de segurança eles colocaram ônibus pra transportar o pessoal. Aí eu fiquei trabalho no serviço interno". [58] O veículo utilizado pelo Senhor Lourival era um caminhão próprio, posteriormente, ao ter sua função modificada, passou a transportar materiais para a obra[59]. O material transportado era, principalmente, cimento e madeira. Conforme o Senhor Lourival o cimento vinha de Recife e a madeira do Pará.

Os demais materiais utilizados na construção do 'reservatório' Pão-de-Açúcar foram retirados, em grande parte, da própria área indígena, principalmente as pedras, argila e areia como relatou o Xukuru Antônio Faustino da Silva "o material de construção da barragem foi tirado todo dentro da área, areia, pedra, brita, dentro dessa área".[60] O Senhor José Roberto Monteiro Lima, que não é indígena, mas morador da cidade de Poção trabalhou na construção da Barragem, como apontador de custo, ou seja, controlava o tempo gasto por cada máquina na execução do serviço durante oito meses. Ele ratificou a informação sobre a retirada de materiais da região,

[57] Entrevista realizada em 23/01/2013 em Pesqueira.
[58] Entrevista realizada em 24/01/2013 na Aldeia Caldeirão.
[59] Nesse período o Senhor Lourival era caminhoneiro e costuma levar diversos tipos de cargas para outros estados, principalmente São Paulo, porém entre os anos de 1986/1987 permaneceu na área indígena devido ao emprego na Odebretch.
[60] Entrevista realizada na aldeia Pão-de-Açúcar no dia 30/05/2010.

principalmente, a argila, não sabendo, porém afirmar se havia pagamento a alguém pelo uso do recurso da área.

No período de construção da Barragem Pão-de-Açúcar ocorreram inúmeras modificações na área, como inserção de pessoais de outras localidades, presença de caminhões, tratores e ônibus, fator incomum na região, além do barulho ocasionado por esses veículos e pelos explosivos (dinamite) colocados no leito do rio Ipojuca com o intuito de obter pedras, erguer uma parede e delimitar a extensão e a largura da Barragem. As relações pessoais estabelecidas durante aquele determinado tempo e o deslocamento de famílias que antes moravam às margens do Ipojuca também foram fatores que influenciaram na modificação do Ambiente e em questões sociais.

Conforme o indígena José Ailton da Silva vieram pessoas de várias partes do país, "Sim, chegou muita gente de fora [...] Aracaju, Minas Gerais. De Pesqueira também tinha um bocado que trabalhou também".[61] O índio José Maciel de Lima ratificou "Vinha de fora. De Pesqueira, Arcoverde, tudo esse pessoal trabalharam aí".[62] O Xukuru Lourival Rosa da Silva acrescentou "E outro pessoal eles vieram, como eu te falei, vieram de Recife, de Pedra de Cavalo lá perto de Feira de Santana. Veio de vários lugares".[63] Podemos, portanto, afirmar que a construção deste "reservatório" resultou na vinda de trabalhos do Nordeste, de outras regiões, de outros municípios dentro do próprio estado de Pernambuco e também da cidade de Pesqueira para a área rural.

O alojamento dessas pessoas foi realizado na própria cidade de Pesqueira e Poção, em pousadas e hotéis, mas de acordo com as entrevistas, isso era destinado aos trabalhadores que exerciam cargos de chefia ou determinadas funções, como engenheiros. Os demais empregados que não eram do estado ou municípios próximos, dormiam nos alojamentos construídos pela Odebrecht. Esses locais também foram erguidos pelos indígenas "Trabalhei sim no acampamento, nas casa do acampamento dele. Trabalhei duas semanas. Porque tá construindo essas casa aqui da gente. Aí eu passei prá aqui pra construir essas casa aqui. Era pro trabalhadores da Debrecht".[64]

Os colaboradores que moravam em municípios vizinhos ou na cidade de Pesqueira tinham o seu deslocamento de ida e vinda assegurado pela Odebrecht através de ônibus e motorista contratado pela própria empresa. Os que residiam naquela área,

[61] Entrevista realizada em 24/01/2013 na Aldeia Caldeirão.
[62] Entrevista realizada em 24/01/2013 na Aldeia Pé-de-Serra dos Nogueira.
[63] Entrevista realizada em 24/01/2013 na Aldeia Caldeirão.
[64] Idem, Aldeia Pé-de-Serra dos Nogueira.

como Pão-de-Açúcar, Passagem, Caldeirão, Pé-de-Serra e Capim de Planta faziam sua locomoção à pé. Alguns poucos trabalhadores que não quiseram permanecer nos alojamentos que a empresa oferecia alugaram quartos em residências próximas, ou até mesmo casas. Outros que moravam na região da Serra ou Agreste e tinha familiares na Ribeira, passaram uma longa estadia no domicílio desses parentes.

Juntamente com os trabalhadores e a construção vieram à movimentação e o barulho, "É porque eles trabalhavam no paredão, ali em cima do paredão. Muitos carros carregando material para o paredão. Aí tinha esse movimento aí".[65] O Senhor José Pereira da Silva ratificou, "Barulho era naquela quando ia detonar a bomba... motor de carro...".[66]

A unanimidade entre os entrevistados quanto ao incômodo produzido pelas explosões, porém, também há uma concordância geral que a empresa sempre realizava a detonação das dinamites durante o dia, manhã ou tarde, nunca à noite e jamais aos domingos. Outro fator de aquiescência é sobre o extremo cuidado ao explodir as dinamites, pois os moradores eram previamente avisados como relatou o Xukuru Jurandir Franco Feitosa, "Não sempre, sempre era de 11h00min ou ás 17h00min da tarde. Quando e a fazer essa explosão de tiro, eles avisavam. Eles vinham avisam. Tomava fronteiras distantes para não ter movimento".[67] O Senhor José Maciel de Lima também expôs essa preocupação apresentada pelos funcionários da empresa, "Agora fazia barulho que nessa época a gente morava lá. Eles tirava... tinha minha sogra e meu sogro que era uns velhinho, aí eles pegava o carro e trazia de lá pra ficar aqui, né. Por causa dos tiros".[68]

Todavia, mesmo com o relativo cuidado apresentado pela Odebrecht e seus colaboradores ocorreram alguns danos a bens materiais, como relatou o Senhor José Quirino da Silva "Tem casa que rachou, somente".[69] Com as explosões, pedras eram lançadas a uma longa distância, porém nenhum dos entrevistados alegou que qualquer pessoa ou animal tenham sido machucados por alguma delas.

Devido à construção da Barragem Pão-de-Açúcar várias famílias que residiam no leito do rio Ipojuca foram indenizadas. Muitas compraram um terreno ou casa na

[65] Ibidem, Aldeia Pé-de-Serra dos Nogueira.
[66] Entrevista realizada em 23/01/2013 em Pesqueira.
[67] Entrevista realizada em 24/01/2013, na Aldeia Pão-de-Açúcar
[68] Ibidem, Aldeia Pé-de-Serra dos Nogueira.
[69] Entrevista realizada em 25/01/2013 na Aldeia Pão-de-Açúcar.

própria região da Ribeira, outras passaram a morar em Pesqueira, e alguns migraram para outros municípios conforme o Senhor Lourival Rosa da Silva, "Foram indenizados. Tens uns que moram logo depois da parede, tem umas casinhas sabe. Outros foram pra Pão-de-Açúcar, sabe. E outros morreram. Teve uns aqui que foram até pra Carneiro. De Arcoverde quem vai pra Buíque". [70] Outro indígena que vivenciou esse acontecimento acrescentou:

> A gente morava mesmo no prato da Barragem. Foi bom por causa que foram construir a Barragem ia dá outra vida melhor pra gente, aí a gente tinha esse terreno aqui aí fizemo as morada aqui. Foi indenizado, né. A firma indenizou a gente bem indenizado. Fui construir aqui nesse terreno (Pedro Faustino de Lima, Aldeia Pé-de-Serra).[71]

Embora possamos notar certa nostalgia ao rememorar o fato, os entrevistados, ainda asseveram que a construção da Barragem facilitou a vida no local, oferecendo meios para a sobrevivência dos habitantes da Ribeira. Isso inclusive ocasionou a vinda de novos moradores para a região.

Quanto às relações interpessoais desenvolvidas durante o período da construção ocorreram, principalmente, entre os empregados, e conforme os depoimentos eram tranquila, sem grandes conflitos[72]. Quanto a possíveis diálogos entre moradores e moradoras com os trabalhadores da obra, isso era inibido pela presença e fiscalização constante dos engenheiros: "O engenheiro vinha com a gota pegar no pé do cara. Agora no domingo quando a gente tinha uma folginha a gente batia um papo. Eu não me envolvi não que eu era casado".[73]

Entre todos os indígenas entrevistados apenas um deles afirmou ter presenciado um namoro entre uma moradora de Pão-de-Açúcar e um empregado da obra que residia em Arcoverde.[74] Também em apenas uma das entrevistas houve menção que aos

[70] Entrevista realizada em 24/01/2013 na Aldeia Caldeirão.
[71] Entrevista realizada em 24/01/2013 na Aldeia Pé-de-Serra dos Nogueira.
[72] Conforme os entrevistados os trabalhadores residentes da área indígena não tinha tratamento diferenciado (não eram discriminados). Embora os mesmos também não assumissem sua identidade étnica. A ausência da afirmação do ser índio, provavelmente ocorria devido às perseguições que muitos sofreram por parte de fazendeiros e policiais, ou talvez pelos adjetivos associados aos indígenas, como, selvagem, preguiçoso etc. Outro possível motivo foi a falta do fenótipo atribuído aos índios como, cor da pele, cabelos lisos e pretos etc.
[73] Entrevista realizada em 23/01/2013 em Pesqueira com o Senhor José Pereira da Silva.
[74] Conseguimos localizar a indígena indicada na entrevista, entretanto, a mesma negou-se a conversar conosco sobre o assunto. Afirmou apenas que sendo muito jovem na época, pois tinha 13 anos, a mãe não

domingos alguns trabalhadores iam para Pão-de-Açúcar "relaxar" tomando bebidas alcoólicas. [75]

Dentre todas as mudanças ocasionadas pela construção da Barragem podemos afirmar que uma dela foi o aumento da oferta de peixes, antes apenas presente nos poços deixados após o período de "enchentes" do rio Ipojuca, e isso, consequentemente, refletiu no número de pescadores, que através da execução deste trabalho podia amparar financeiramente sua família, impedindo, portanto uma maior migração para a cidade de Pesqueira, demais municípios, ou para outras regiões do país. Mas o fator primordial foi a demarcação do território, que restringiu a habitação e a utilização dos recursos naturais da área para os Xukuru, garantindo-lhes o direito a terra (e a moradia), aproximando-os do grupo parental.

É quase unânime a afirmação que a homologação do território trouxe melhoras econômicas, sociais, ambientais e 'religiosas'[76]. A construção da Barragem Pão-de-Açúcar também foi relatada como 'fator positivo', todavia problemas como plantações com agrotóxicos e lixões às margens da Barragem, diminuição na oferta de peixes, inserção de peixes não típicos da região, ausência de material adequado para a pescaria e incentivos governamentais, entre outros, vem ocorrendo e estão presentes nas entrevistas obtidas.

Quanto aos fatores indicados como positivos, o Xukuru José Edinilson Bernardo Guimarães afirmou um deles "A construção da Barragem, melhorou, melhorou demais. Porque aqui não tem emprego, né? Só o que a pessoa faz é pescar mesmo. Foi bom demais, essa Barragem foi bom demais".[77] E ainda outro indígena, Sebastião José da Silva ratifica, "Melhorou cem por cento, a quantidade de peixe, o melhoramento aqui da comunidade, foi uma riqueza".[78]

A oferta de peixes proporcionada pela Barragem possibilitou que pessoas que antes não pescavam, trabalhando basicamente na agricultura, tornarem-se pescadores. Com o crescimento da população Xukuru, seja pelo retorno de índios que viviam em

---

consentiu no relacionamento e ela acabou sendo obrigada a residir em Pesqueira para evitar encontros com o rapaz. A partir da ida para Pesqueira, ela nunca mais tornou a vê-lo.

[75] Conforme os entrevistados a alimentação e o repouso ocorriam, durante toda a semana, exceto aos domingos, no "acampamento" organizado pela Odebrecht. Entre os trabalhadores não havia nenhuma mulher.

[76] Liberdade para a realização dos rituais, antes restringidos pela polícia e pelos fazendeiros (SILVA, 2008).

[77] Entrevista realizada na Aldeia Pão-de-Açúcar em 19/07/2010.

[78] Idem, 21/01/2012.

outras cidades ou pelo aumento da taxa de natalidade, seguida pela queda da mortalidade, a pescaria tornou-se atividade básica nas aldeias Pão-de-Açúcar e Passagem.

Os Xukuru que se dedicam exclusivamente a pesca costumam exercer a atividade todos os dias da semana, aqueles que têm um roçado ou recebem algum benefício, como aposentadoria, vão duas ou três vezes pescar. Esse trabalho é realizado de forma individual, a presença de amigos ou familiares só é requerida quando o instrumento utilizado é a rede de arrasto, devido à dificuldade no manuseio do mesmo.

Os instrumentos mais utilizados são a rede de espera e arrasto, barco ou canoa, anzol e tarrafa. Os mergulhos que eram realizados no rio Ipojuca não ocorrem na Barragem devido à profundidade e as águas turvas, e a própria pescaria é feita na parte menos funda. A aquisição dos instrumentos de pesca ocorre em Caruaru, em Pesqueira ou pelo atravessador.

As pescas diárias são armazenadas em refrigerador durante uma semana ou quinze dias e são transportadas da Barragem até a casa do pescador ou local onde são guardados em uma sacola. A maioria dos pescadores comercializa com atravessadores, pois não possuem automóveis para fazer o transporte até Pesqueira ou cidades próximas como Belo Jardim.

Os atravessadores não são indígenas, moram em municípios próximos e vão semanalmente ou quinzenalmente a área em busca do produto. Compram por um preço muito baixo, conforme os índios, por menos da metade do que vendem no mercado. Entretanto, como não há muitas alternativas para eles próprios comercializarem o produto, os pescadores aceitam o serviço. Para mantê-los como fornecedores, os atravessadores auxiliam na compra de instrumentos para a pesca, parcelando o valor em várias prestações e diminuindo na quantia paga pelo pescado.

Uma alternativa para reduzir ou extinguir a dependência em relação aos atravessadores são algumas propostas que surgiram de comercializar os pescados diretamente com grandes redes de supermercados. "É. Eu e meu parceiro já demo os nomes pro Hiper já, negociar por ano os peixes, nós temos que entregar em torno de 1000 quilos de peixes no correr do ano, já é mais caro, é bem mais rendável".[79] Outra proposta é vender para o município ou o Estado que repassaria os pescados para

[79] Entrevista realizada em 18/05/2010 com o indígena Amilton de Souza na Aldeia Passagem.

merendar escolar na área indígena, "Que esse aí nós vamos distribuir pra dentro da área mesmo, pra os estudantes. Não vai ser mais pra fora. Quem vai utilizar vai ser os estudantes". [80] Conforme o mesmo depoimento o valor pago pelo Hiper, ou demais supermercados, e pelo município ou estado, seria superior ao oferecido pelos atravessadores.

O valor ínfimo pago pelos atravessadores para cada quilo dos pescados ocasiona jornadas diárias excessivas de trabalho e a ausência de repouso em finais de semana ou feriados, com objetivo de conseguir mais pescado e assim obter maior ganho que possa proporcionar melhoria financeira à família. O endividamento ocorrido devido à aquisição de instrumentos de pesca, também é um fator plausível para o trabalho diário e contínuo.

A principal consequência do trabalho extenuante dos pescadores ao Ambiente é a escassez de peixes na Barragem. Outro provável fator é a pescaria em período de reprodução ou a utilização de redes proibidas, como malhas pequenas, específica para peixes menores,

A justificativa para a utilização das malhas menores é o preço do produto, pois, quanto maior o número da rede, maior o preço. A pescaria em período de reprodução, geralmente entre abril a julho, acontece devido à ausência de uma associação que disponibilize salários nestes meses, com o propósito de auxiliar as famílias dos pescadores e 'impedir' a atividade, possibilitando a 'restauração' do meio aquático.

> Ah, eu digo é porque o peixe é sagrado. Além dele ser sagrado, é da Natureza. E o que eu vejo muito aqui dentro hoje é o maltrato com a Natureza. Ninguém preserva mais. Ninguém pede licença, não tem obrigação nenhuma com a Natureza. Só é chegar lá como quem tá jogando lixo, pegou e usou, usou e jogou, e não é assim. Todos nós temo que pedir licença. Que tudo que existe em cima da terra tem seus donos. Eu acho que é por causa dos pescadores. Não é por falta de peixe não, que peixe tem bastante, é sem quantidade o peixe daqui. Porque desde que fecharam o rio que nunca faltou peixe aqui. O peixe aqui é tirado todos os dias (Amilton, Aldeia Passagem).[81]

[80] Idem, 18/05/2010, Aldeia Passagem.
[81] Ibidem, 18/05/2010, Aldeia Passagem.

Para muitos povos indígenas a água é um dos elementos centrais da reprodução não somente material, mas também simbólico. Antônio Carlos Diegues em *Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras* expôs que "nas sociedades tradicionais a água (rios, cachoeiras etc.) é um bem da Natureza, muitas vezes dádiva da divindade, responsável pela sua abundância ou pela escassez. Proveniente da Natureza, a água é um bem de uso, em geral coletivo" (DIEGUES, 2009, p. 16). Ainda no mesmo artigo este pesquisador discorreu:

> O extrativismo vegetal, a pesca, a agricultura itinerante e a pecuária extensiva estão entre as atividades econômicas mais importantes de grande parte desses grupos que mantiveram com a sociedade global e o mercado relações de maior ou menor intensidade, quase sempre garantindo parte de sua alimentação com produtos de suas terras, rios e mares (Idem, 2009, p. 14).

Podemos observar em algumas narrativas a preocupação com a preservação do Ambiente, seja a água, o solo, as matas e os animais, pois a Natureza é sagrada e habitação dos Encantados.[82] O tratamento destrutivo com o Ambiente retornará com a ausência de seus víveres, impossibilitando, portanto, a sobrevivência naquele local. "Os rios tornaram-se território de disputa e os territórios são resultados de relações sociais historicamente estabelecidas que condicionam, transformam e "imaginam" a natureza; são produtos, portanto, de populações" (ARRUDA, 2008, p. 11).

Com o intuito de atenuar essa situação e atender as reivindicações e necessidades, as lideranças conseguiram ter acesso a um projeto obtido pelas lideranças que oferecia uma renda no valor aproximado de R$ 230,00[83], para os referidos meses,

---

[82] Conforme Diegues "Nas sociedades tradicionais, a água, incluindo rios e lagos, faz parte de um território e um modo de vida, e é base de identidades" (2009, p. 17). Exploramos mais a questão de identidade de território no terceiro capítulo desta pesquisa.

[83] O amparo prestado pelo Governo Federal aos pescadores no período de reprodução dos peixes é conhecido como Seguro Desemprego ou Auxílio Defeso. Para solicitá-lo é necessário preencher certos padrões como, possuir um registro que exerce a função de pescador profissional, possuir número de inscrição no INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), não estar recebendo nenhum benefício do citado órgão ou ter alguma outra renda, ter comprovação da venda do pescado para pessoa jurídica ou através de uma cooperativa, dentre outras exigências. O valor é de um salário mínimo (diferente do exposto pelos Xukuru, talvez por não se enquadrarem dentro do perfil proposto pelo Ministério do Trabalho e Emprego) e é pago durante os meses que comprovadamente é destinado a reprodução, portanto, isso pode variar de acordo com a região e as espécies pescadas. Mais informação pode-se obter no seguinte site http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm Acesso em 30/06/2013.

oferta recusada pela maioria dos pescadores, que alegavam ser a quantia insuficiente para o sustento familiar. As lideranças também obtiveram do Governo Estadual instrumentos de pesca, porém em pouco número, que não contemplou a todos e foram, conforme os indígenas, mal distribuídos.

Outro fator provável pela escassez de peixes é a introdução de espécies exóticas, que conforme os pescadores Xukuru, se alimentam dos filhotes dos demais como tucunaré e o tambaqui.

> INIMIGO NATURAL: Retirado da Amazônia, o tucunaré destrói espécies em outras regiões – O tucunaré, saboroso peixe da Amazônia, é alvo predileto dos praticantes da pesca esportiva. Em razão dessa preferência, ele foi transportado dos rios do Norte do país para se reproduzir em outras regiões, como o Pantanal e represas do Paraná. O resultado foi bom para os pescadores, mas desastroso para o meio ambiente. Carnívoro de grande porte, o tucunaré passou de caça a caçador e está devorando pequenos peixes e camarões. Uma prova do desequilíbrio ecológico foi constatada num lago do Paraná, onde populações de mais de vinte espécies foram reduzidas depois da chegada do predador. O problema é grave. A mudança de animais para lugares distantes de seu habitat é a principal causa da extinção de espécies no mundo, segundo relatório do World Conservation Monitoring Centre, uma ONG ambientalista internacional [...] (VEJA, 04 de novembro de 1999)[84].

Conforme as entrevistas esses peixes foram inseridos em Pão-de-Açúcar por pessoas de Recife durante o período em que a Barragem voltou a encher.

> Olhe, veja bem! Um das coisas que eu acho errado é porque a gente matuto do interior, do sertão, muitas vezes a gente tem mais ideia, mas noção de que o próprio formado. Muitas pessoas vêm de Recife pra aqui e traz qualidade de peixe que não é necessário colocar nesse açude, né? O tucunaré que é um peixe daquele lado do Amazonas, o tambaqui. Ele é um peixe que prejudicou muito a gente. A gente hoje é prejudicado, porque na época que

[84] Essa reportagem também foi retirada da coleção Jornais de Recortes do CPRH do mês de novembro de 1999. Não consta nem a página da revista Veja na qual foi retirada e nem a coleção do CPRH está paginada.

> tinha a tilápia[85], ela era mais facilitada pra gente. Depois do tucunaré, ele é um peixe devorador. O tambaqui é devorador. A carpa não dá. O pessoal de Recife vem quando a gente vai, às vezes, conversar com eles por a gente ser matuto do interior, eles ficam tirando onda da gente. O que eu quero lhe dizer é que a gente do interior, às vezes, a gente sabe mais do que o próprio formado. A gente tem mais experiência. Vocês de Recife, formados, que estudaram esse tipo de coisa, vocês sabem, mas muito vezes a gente tem mais noção da coisa do que o pessoal da capital. Porque tem a vivência, a experiência naquilo ali, a gente sabe.[86]

A poluição das águas da Barragem pelos defensivos agrícolas e por lixos, ou os resíduos gerados por ele[87], poderia também ser um possível motivo para a diminuição na oferta de peixes. Podemos também atribuir a "extinção" de algumas espécies de peixes na Barragem Pão-de-Açúcar, como a tilápia, a comercialização, quase exclusiva e contínua, pois é o mais solicitado pelo mercado consumidor.[88]

A reposição de algumas espécies de peixes e o acréscimo de outras, ocorreu em 2004. Conforme relatos dos Xukuru, anterior a esse período existia uma comporta que era controlada pelos fazendeiros e em anos de intensa pluviosidade ela era aberta, de forma a impedir que a terra ficasse alagada e prejudicasse a agricultura e a pecuária do local. Nesse manuseio a comporta se quebrou e a água passou a jorrar, diariamente, para o rio Ipojuca, ocasionando, após meses, o esvaziamento da Barragem, que tornou a encher em anos posteriores, quando a comporta foi consertada e ocorreram chuvas intensas.

---

[85] Provavelmente os Xukuru não sabem, mas a própria tilápia também não é um peixe tipicamente do Brasil. A tilápia é um peixe originário da África, Jordânia e Israel e foi introduzido no Brasil na década de 1970 por ser adaptar a água doce e salobra, pela sua excelente taxa de crescimento e por sua carne saborosa e com poucas espinhas. Fonte: site do IPA (Intituto Agrônomo de Pernambuco) http://www.ipa.br/resp45.php Acesso em 20/10/2013.

[86] Entrevista realizada em 30/05/2010 com o senhor José Edilson da Silva na Aldeia Pão-de-Açúcar.

[87] O indígena José Edilson da Silva é funcionário da Prefeitura de Poção e responsável pela higienização das ruas na Aldeia Pão-de-Açúcar e afirma que a limpeza no local é insatisfatória, pois, o caminhão de lixo passa, apenas a cada quinze dias ou até mais, o que ocasiona uma concentração de detritos e imundícies às margens da Barragem.

[88] Uma alternativa a escassez de peixes tem sido a pesca de camarão, que, no entanto, não é tão lucrativa e requer mais tempo e outros instrumentos, que muitas vezes os indígenas não dispõem. A comercialização do camarão também é realizada com atravessadores e seu armazenamento é igual a do peixe, bem como o seu transporte. Todavia, é uma atividade sempre realizada só e com menos intensidade. E quanto à introdução do camarão na Barragem Pão-de-Açúcar, ela ocorreu através de um empresário que tinha interesse na compra e venda desse produto.

> Eles fizeram a Barragem e com o tempo quebraram a comporta, ela ficou com o vazamento, esse vazamento nunca ninguém se interessou a arrumar, porque na época era fazendeiro, deputado, prefeito, essas coisas que mexiam aqui dentro, mas depois que passou pra área indígena nos consertamos e ela nunca mais secou não. Na época de 94, 95, foi daí por diante.[89]

A seca da Barragem resultou em migração para Pesqueira em busca de trabalho e sobrevivência. A água para o consumo dos moradores da Ribeira era obtida de outras aldeias mais distantes, geralmente da região da Serra, como na época anterior a construção da Barragem e como tendo sido atualmente. Porém, hoje a água obtida da Serra é apenas para ingestão.

> A situação era feia. Tinha agricultura, mas parou. Os homens daqui ficavam tudo nas calçadas sem tem o que fazer. Quando eu comecei a plantar aqui, quando ela encheu que eu voltei a plantar... Não. Eu comecei a plantar depois que ela encheu a segunda vez. Aí eu... a situação era feia. As mulheres iam fazendo renda e ensinando os homens a fazerem aquelas rendas, renascença. Quando eu cheguei aqui, um bocado de mulheres que trabalhavam pra mim, dizia que eu tinha vindo do céu pra dá trabalho aos maridos delas. E continuo aqui trabalhando.[90]

Todavia, frente à estiagem dos dois últimos anos, a comporta da Barragem voltou a ser aberta com o intuito de fornecer água para a cidade de Pesqueira, pois os reservatórios[91] que abasteciam esta urbe estão secos.[92] Isso suscitou o medo de que a Barragem Pão-de-Açúcar torne a secar, prejudicando a sobrevivência dos indígenas no local.

[89] Entrevista realizada em 18/05/2010 com o senhor Amilton de Souza na Aldeia Passagem.
[90] Entrevista realizada em 25/01/2013 com o senhor Severino Artur de Souza na Aldeia Pão-de-Açúcar. O indígena Severino tem plantio de tomate na área da Ribeira e emprega várias pessoas. Antes de 2004, este índio não realizava cultivo nessa região.
[91] Os reservatórios são: Santana, Afetos, Pedra D'Água, Ipanema em Pesqueira e Bituri em Belo Jardim. Dos reservatórios de Pesqueira, três estão dentro da área indígena Xukuru.
[92] Na dissertação de mestrado "*Diagnóstico do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Município de Pesqueira"*(2007), Silvado Souza Silva expõe a situação crítica quanto à questão hídrica que vivencia esse município e as possíveis soluções.

Figura VII – Escoamento de água da Barragem Pão-de-Açúcar

Foto: Denise B. Lira, janeiro de 2013.

É possível observar na foto que as áreas próximas a Barragem estão verdejantes, em contradição as mais distantes, que estão áridas. Essa sequidão vem inviabilizando a agricultura (com exceção da irrigada, que mesmo assim tem obtido um menor retorno da terra) e a pouquíssima criação de animais ainda existente na Ribeira.[93]

A Barragem Pão-de-Açúcar não é apenas um espaço para obtenção da sobrevivência através do pescado, mas também um local de encontro, principalmente para um grupo de mulheres que lavam, quase diariamente, suas roupas, às margens do reservatório, isso tem ocorrido, ainda com maior rotatividade devido a seca que inviabilizou a chegada da água encanada as torneiras das residências nessa região.

Este reservatório também se transformou em espaço de lazer, pois aos domingos, às margens da Barragem ficam repletas de índios que aproveitam o dia quente para

[93] É possível estabelecer uma comparação desta imagem com a foto da página 41 tirada em 2010 e observar as discrepâncias na mesma paisagem dois anos depois.

banhar-se, para conversar, ouvir músicas e para ingerir bebidas alcoólicas. É um ambiente onde toda a família se faz presente, ou seja, homens, mulheres e crianças utilizam o recinto para distrações e restabelecer convivências.

2.4 Ambiente, agrotóxicos e saúde na região da Ribeira

A monocultura, mesmo associada a tecnologias, leva ao esgotamento da terra, e ocasiona o surgimento de doenças, pragas e plantas daninhas sem controle, além da perda da produtividade devido ao desbalanceamento das condições físicas, químicas e biológicas do solo causado pela falta de rotação de culturas (EMBRAPA, 2005)[94]. Esse tipo de cultivo também está diretamente relacionado à agricultura irrigada.

O historiador Donald Worster em *Pensando como um rio* (2008) expôs os problemas ocasionados pela agricultura irrigada e a necessidade de mudanças de postura quanto ao uso desse recurso, pois "a agricultura irrigada tem-se mantida na moda e tem-se tornado uma extravagância difícil de ser mantida por muito tempo [...] é tempo de começarmos a repensar nossas relações agrícolas com a água" (p. 33 e 38). Worster ainda discorreu como esse tipo de atividade é permeado pela segregação social e danos ao Ambiente.

> A agricultura irrigada é cara, requer larga quantidade de investimento de capital; e onde não subsídios, somente um pequeno número de fazendeiros pode ter recursos para isso. Uma vez que a agricultura começou a trilhar a estrada da industrialização, não é mais fácil parar: sistemas hidráulicos são acompanhados por pesticidas, fertilizantes químicos, um exército de trabalhadores em condições ilegais de trabalho e um alto grau de mecanização (Idem, 2008, p. 32).

No mesmo artigo esse pesquisador norte-americano apresentou os seguintes dados: "as plantações irrigadas são responsáveis por 50% do uso da água nos Estados Unidos e nas regiões mais áridas deste país o percentual eleva-se para 80 a 90%" (Ibidem, 2008, p. 32). No Brasil um estudo recente realizado pela ANA (Agência

[94] Informações sobre as agressões ocasionadas pela monocultura também estão disponíveis neste site: http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/71325/1/ID-25583.pdf Acesso em 30/06/2013.

Nacional de Águas) aborda a mesma questão e relata que a agricultura irrigada consome 72% dos recursos hídricos desse país.[95]

O geógrafo Claude Raffestin em *Por uma Geografia do poder* arrazoou a respeito da importância do uso do solo e da água e expôs:

> Dentre os fatores que necessitam uma gestão precisa e corretamente regulada por parte do homem, para que os ecossistemas agrícolas funcionem, é preciso citar o solo e a água. [...] como o solo cultivável, a água foi e é um trunfo, bem mais ainda que no passado. De fato, no passado as sociedades elaboravam "políticas de água" estavam localizadas em zonas de fraca precipitação e de temperatura média elevada, como no Egito, na Mesopotâmia, em certas regiões da China etc. Hoje, por causa da utilização e do consumo aumentados pelo crescimento demográfico e econômico, todos os países se confrontam com os problemas relacionados à água. A água, como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e conflitos (1993, p. 229 e 231).

O cuidado relativo ao solo, mas principalmente a água deve-se ao fato que diferente do solo, a água não pode ser cultivada. Ela pode ser conservada, desviada e barrada, mas não cultivada. "A agricultura não precisa apenas da terra, mas também da água. [...] A água é um elemento volátil e incerto, diferente do solo que é estável" (ARRUDA, 2008, p. 13).

Na área indígena Xukuru a utilização do solo para o monocultivo e da água tem sido fator de reuniões, diálogos e projetos. A continuação da utilização de agrotóxicos nos plantios de cenoura, e principalmente tomate, vem sendo assunto abordado entre a população da Ribeira e as lideranças Xukuru como podemos analisar na seguinte narrativa "O Marquinhos que é o nosso Cacique, nosso representante indígena, ele faz as reuniões, mas quem pode com esse povo? E o que ele vai fazer? Mas vamo ver se um dia te jeito de controlar esse agrotóxico".[96]

O uso e manejo de defensivos agrícolas na área da Ribeira foi objeto de estudo do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães através de projetos, monografia e Dissertação

[95] Mais informações sobre o uso e a gestão dos recursos hídricos no Brasil podem ser obtidas no site: http://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?NOT=58 Acesso em 29/06/2013.
[96] Entrevista realizada em 30/05/2010 com o índio José Edilson da Silva na Aldeia Pão-de-Açúcar.

de Mestrado durante o ano de 2008. Através dessas pesquisas e por meio de entrevistas realizadas podemos demonstrar como os agroquímicos vêm afetando a saúde dos Xukuru e o ambiente onde eles vivem.

O impacto ocasionado pelo uso de agrotóxico na saúde humana é um assunto recorrente, e considerado importante entre a comunidade científica de várias partes do mundo, principalmente nos países considerados desenvolvidos (PERES; MOREIRA; LUZ, 2007). Dentre os indivíduos que possuem maior probabilidade de contaminação com esse tipo de produto está o trabalhador rural. Essa exposição à intoxicação torna-se ainda mais propensa devido à falta de informações dos danos que o manuseio errado ou a falta de equipamentos de proteção podem acarretar.

O Ministério da Saúde no Brasil considera que pessoas expostas à contaminação pelos defensivos agrícolas são aquelas que entram em contato com esses produtos em função de suas atividades laborativas, através do ambiente, da utilização doméstica ou acidental (PERES, 2005). A OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a OMS (Organização Mundial da Saúde) afirmam que nos países emergentes os agrotóxicos causam anualmente 70 mil intoxicações agudas e crônicas que evoluem para óbitos, além dos 7 milhões de doenças agudas e crônicas não fatais (FARIA apud ALMEIDA, 2008). A principal via de contaminação é a dérmica, e geralmente isso ocorre através da exposição de mãos, braços, pescoço, rosto, couro cabeludo, seguido de olhos, boca e língua.

A água da Barragem Pão-de-Açúcar, provavelmente contaminada pelos plantios próximos a sua margem que usam esses defensivos agrícolas, tem ocasionado problemas dermatológicos nos pescadores que frequentemente se expõe a esse contato com discorreu o índio José Edinilson Bernardo Guimarães, "Dá na pele, a pele fica com tipo umas espinhas. Tipo impinge, coça bem muito". [97] O indígena Luís Fernando Cordeiro ratificou o discurso quanto aos males provocado pelo uso da água da Barragem:

> É uns caroucinho que sai na pele da pessoa e coçar que só a peste. Dá febre. Eles iam pro Hospital, teve um colega meu que foi preciso operar. Sai que nem tipo uns cravos, umas pontas que sai. Aí foi preciso operar. Ele tomava banho com a água da Barragem.[98]

[97] Entrevista realizada em 30/05/2010 na Aldeia Capim de Planta.
[98] Entrevista realizada em 29/05/2010 na Aldeia Capim de Planta.

Entre os produtos ou elementos que mais comprometem a integridade da água e que são decorrentes de ações antrópicas, os agrotóxicos podem ser considerados um dos mais graves, pois foram concebidos para eliminar algumas formas de vida e por isso alcançam também de modo letais várias espécies não pré-determinadas (GRISOLIA, 2005). Cerca de 20% da quantidade de agrotóxico utilizados nos cultivos atingem as águas superficiais ocasionando grande mortandade nos organismos aquáticos. Essa contaminação pode ser direta ao descartar as embalagens na água, ou indireta, através do solo e das enxurradas provocadas pelas chuvas (Idem, 2005).

A mortandade de animais não se restringe apenas as espécies aquáticas, mas as terrestres e demais, como podemos perceber na seguinte narrativa; "A cobra, ela não chega perto por causa do cheiro do veneno, aonde tem veneno a cobra não chega. A presença do passarinho é difícil, não tem nada".[99]

Quanto à saúde dos índios Xukuru que se expõe diretamente ou indiretamente aos agroquímicos as reclamações constante são de dores de cabeça, tonturas, enjoos, vômitos e em algumas situações mais graves perda de cabelo e de sangue pela pele, resultando, inclusive, em mortes.

> Aqui teve uma mulher agricultora que morreu há cinco anos devido a problema de agrotóxico. Ela trabalhava no plantio [...] e ela pegou aquele problema, leucemia, né? Ela bateu, bateu, e ninguém resolveu o problema, e morreu [...] ela não usava máscara, pulverizava o tomate, repolho, ela pegava de 04:00 horas da madrugada até 16:00 horas da tarde com uma bomba nas costas o dia todo. Tivemos dois casos de morte aqui em Capim de Planta.[100]

Podemos afirmar que os índios Xukuru compreendem os danos resultantes a sua saúde quando manuseiam de forma errada os defensivos agrícolas e também que não é apenas a sua integridade física que é prejudicada, mas o Ambiente. "[...] porque o agrotóxico faz o seguinte: tanto prejudica a terra, como prejudica a água, não é?" [101] Todavia, mesmo cientes dos problemas ocasionados a sua saúde e ao Ambiente, eles

[99] Entrevista extraída de GONÇALVES, 2008, p. 89.
[100] Entrevista obtida em ALMEIDA, 2008, p 86.
[101] Entrevista retirada de GONÇALVES, 2008, p. 89.

asseveram a necessidade de utilizar esses agroquímicos, pois sem os defensivos agrícolas a terra não produziria devido à infestação de diversas pragas, "Plantar sem agrotóxico, só batata e macaxeira e às vezes até a batata não dá [...]" [102] e ainda "Nós usamos o veneno por influência dos atravessadores que nos fornece e justifica que não perderemos a produção [...]". [103] Outro motivo apresentado pelos Xukuru foi a relação de dependência que estabeleceu com o atravessador.

> Os agricultores não têm dignidade. A conta lá com o [...] não é barata, ele está enriquecendo e os agricultores daqui não têm lucro. Ele faz a abertura para novas compras. Ele é muito inteligente e 30% das compras são realizadas lá. Facilita a compra de produtos agrícolas e os índios estão endividados. Quem sabe uma organização melhor, comprar suas sementes. Os atravessadores são iguais. Quando será que os agricultores vão se organizar? A terra hoje não está morta, mas no futuro isso vai acontecer. A produtividade está caindo muito e já está em 50%. [104]

Embora exista a consciência da relação de dependência instituída com os atravessadores e como ela é maléfica, e os danos ambientais e a saúde ocasionados pelo uso dos defensivos agrícolas, os indígenas afirmam que não poderiam, de maneira espontânea e nem instantânea, deixar de produzir utilizando os agroquímicos, pois caso não obtivessem uma colheita relativamente boa, não teriam como sustentar financeiramente as suas famílias. Apresentam, portanto, como uma possível solução, um auxílio técnico e de verbas para que ocorra a transição para a agricultura orgânica.

> Nós temos vontade de trabalhar com agricultura orgânica. Eu não sei trabalhar assim, mas a gente aprende, temos força e vontade. Os mais velhos trabalhavam sem veneno, porque a gente já plantava mandioca, feijão, milho sem usar veneno e dá certo? Nós conhecemos algumas pessoas que trabalham com orgânico e está dando certo, eles vendem tudo. O povo está procurando. Acho que daria certo aqui. Eles, para começar tiveram ajudar do governo. [105]

[102] Entrevista retirada de ALMEIDA, 2008, p. 96.
[103] Idem, 2008, p. 86.
[104] Ibidem, 2008, p. 86.
[105] Idem, 2008, p. 89.

Outro indígena entrevistado pela mesma pesquisadora realizada pelo Aggeu Magalhães em 2008, afirmou:

> Ninguém aqui sabe trabalhar com orgânico [...] eu só uso orgânico se ver alguém lucrar... Se eu ver. Tem que ter técnico para acompanhar. [...] Eu plantava se o técnico... A gente mudaria... Mas eu só quero ver o cara lucrar e só depois mudaria para o orgânico, se for começar com o orgânico eu começo. [106]

Para tentar propor medidas alternativas quanto ao uso do solo sem os agroquímicos, concretizar projetos que visem resgatar costumes tradicionais e ancestrais, e obter financiamento do Estado ou de suas instâncias representativas, foi criada no território indígena Xukuru uma equipe, a Jupago[107] que é coordenada pelo agrônomo e também indígena Iran Neves Ordônio. [108]

[106] Ibidem, 2008, p. 95.
[107] O Jupago é um pau comprido, como um bastão, com extremidade inferior abaulada que os Xukuru utilizam no Toré batendo no chão para dar o ritmo da música, junto com o maracá e a pisada forte em um dos pés (SANTOS, 2009, p. 104). A escolha do nome deve-se provavelmente ao símbolo que ele representa quanto à identidade étnica.
[108] Abordaremos sobre a equipe Jupago e o trabalho desenvolvido por ela no terceiro capítulo desta dissertação.

III CAPÍTULO

"A NATUREZA ESTÁ SE FORTALECENDO": OS XUKURU E SUA RELAÇÃO COM A TERRA APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1 Território, Ambiente e identidade e suas correlações entre os Xukuru do Ororubá

A concepção de território é uma das peculiaridades mais importantes que os grupos étnicos apresentam e que também os distinguem. O território é o Ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associada a processos de construção de identidades (TIZON, 1995), sendo, portanto, uma constituição do/no passado e também do/no presente.

O território, ocupado e utilizado por várias gerações, não é determinado apenas "pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam à ocupação de longa data, como cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas" (DIEGUES, 2009, p. 15).[109]

As migrações das populações humanas estimulam a construção e a reconstrução de territórios. A ação de construção de territórios quase sempre provoca conflitos, pois requer "competição com outras populações e outras concepções territoriais, que são concretamente formas diferenciadas de apropriação e representação do ambiente natural" (ARRUDA, 2008, p. 11-12). [110]

O território é construído a partir do espaço, fator que o antecede. Sua transformação ocorre com a ação de um ator, ou atores, que o conduz e o territorializa. Os indivíduos ou grupos ocupam espaços e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. "Falar de território é fazer uma

[109] Na etnia Xukuru essa percepção de território está presente nas alegações de identidade indígena, no sentimento de pertencimento e de direito ao território, principalmente durante o período das retomadas, pois o primeiro sítio/aldeia ocupado(a) foi Pedra D'Água, lugar considerado por eles mágico, onde encantados entram em contato com esta comunidade. Nesta aldeia há um cemitério, ambiente também estabelecido como sagrado, estando lá "plantado" o Cacique Xicão.

[110] Podemos afirmar que ocorreram conflitos ocasionados pela forma de uso da terra e pelas restrições culturais imposta aos Xukuru pelos fazendeiros invasores, como também aconteceram ações de reconstrução do território após a delimitação/demarcação e homologação do mesmo. Os Xukuru também enfrentaram uma divisão interna (conflitos), que ocasionou a resignificação deste espaço e a ratificação da identidade indígena através do toré (NEVES, 2005).

referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação". (RAFFESTIN , 1993, p. 153).

As imagens criadas nesse espaço revelam as relações estabelecidas naquele território, sejam elas de diversas acepções, tais quais: produção, socioambiental, religiosa etc. "Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações" (Idem, 1993, p. 144).

É nesse lugar de intensas conexões que a identidade étnica do grupo é reafirmada e a territorialidade, assim como os sinais diacríticos são ratificados. Podemos definir a territorialidade como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional: sociedade, espaço, tempo. E Ela é composta de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade, compartimentação da interação humana no espaço.

Os Xukuru, como um grupo étnico, vêm construído e reconstruindo o seu território e as relações culturais com o Ambiente e a sociedade, no qual, também estão inseridos, pois:

> A variação cultural é descontínua: supõe-se que há agregados humanos que compartilham essencialmente uma mesma cultura e que há diferenças interligadas que distinguem cada uma dessas culturas de todas as outras. Uma vez que cultura nada mais é do que uma maneira de descrever o comportamento humano, segue-se disso que há grupos delimitados de pessoas, ou seja, unidades étnicas que correspondem a cada cultura (BARTH, 2000, p. 25).

As relações tanto socioeconômicas, quanto ambientais, políticas e culturais dentro do território passaram por modificações, principalmente, após o período de demarcação do território, que restringiu o uso aos integrantes deste povo indígena.

> Enquanto ninguém tinha conhecimento que era território indígena, os brancos que vendiam, casavam, batizavam,faziam o que queria aqui dentro, depois que caiu no nosso poder, no nosso direito, lá quem comanda somo a

> gente, então temo uma grande diferença, só pra nossa melhoria (José Edvaldo Rodrigues de Lima, Aldeia Passagem).[111]

A disposição do território ainda está, em alguns aspectos, atrelada a herança de anos sob a posse de outros grupos sociais, e podemos perceber isso pela continuação do uso de agrotóxicos, na Ribeira, ou na criação de gado, no Agreste. Todavia, ao mesmo tempo, apreendemos mudanças no lidar com o território/Ambiente, pois isso está correlacionado a identidade étnica Xukuru.

> A posse da terra é algo muito novo. Tem cara que ainda não caiu a ficha que aquilo ali é pra ele usufruir, é de usufruto dele. Tem família que ainda trabalha pra outra família, a coisa foi tão condicionada, ainda trabalha. Ele tem a terra e a água, mas ele fica naquele medo. O cara lá ele é índio, ele é vaqueiro, ele ta se descobrindo índio agora, mas ele pensa igual ao fazendeiro. Ele quer concentrar terra, certo? E nós tamos internamente com esse conflito de agricultura e pecuária. A equipe Jupago valoriza e potencializa a agricultura tradicional, mas ela é sufocada pelo gado, porque muitas pessoas por replicarem o modelo da fazenda, eles querem as melhores áreas, que nesse projeto de vida, nesse acordo coletivo, as melhores áreas é pra agricultura, e o pessoal..., o modelo da fazenda, a melhor área é pra capineira. Tem a margem do rio você vai plantar capim, porque ali tem água, tem o pessoal meio que replica e já pegaram a estrutura montada pra isso, ou seja, a fazenda, onde tinha a nascente, ela se transformou em capineira, onde tinha o rio, vai irrigar a capineira, ou seja, tem água, pasto, gado. [...] Nós entendemos que dá pra criar gado de leite, gado de corte, dá pra criar e plantar tudo respeitando esses princípios, esses valores (Iran Neves Ordônio).[112]

O legado deixado por anos de contatos interétnicos ocasionou alterações nas expressões socioeconômicas e culturais dos Xukuru, no entanto, já não é mais concebível que alguém argumente sobre a manutenção da cultura através de uma suposta diferença hostil entre vizinhos.

> As distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais [...] as diferenças culturais podem persistir apesar do contato

[111] Entrevista realizada em 18/05/2010 na Aldeia Passagem.
[112] Entrevista realizada em 21/01/2012 em Pesqueira.

> interétnico e da interdependência entre etnias [...] tornar-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. [...] As características culturais que assinalam a fronteira podem mudar, assim como podem ser transformadas as características culturais dos membros e até mesmo alterada a forma de organização do grupo [...] apenas os fatores socialmente relevantes tornam-se importantes para diagnosticar o pertencimento, e não as diferenças explícitas e "objetivas" que são geradas a partir de outros fatores (Idem, 2000, p. 26 e 33).

Compreendemos que a identidade étnica Xukuru permanece mesmo submetida a inúmeras alterações, pois se perpetua a questão biológica, o compartilhamento de valores fundamentais, a comunicação e interação, e os membros se reconhecem, e por outros são identificados. É preciso entender também que a exclusividade (atributos exclusivos) auxilia na continuidade do grupo e na manutenção de fronteiras, todavia, as fronteiras e essas peculiaridades podem e, provavelmente são modificadas com o transcorrer do tempo.

É perceptível entre os Xukuru o intuito de resgatar atributos e comportamento dos antepassados, que conforme eles ratificam sua identidade indígena. Essa recuperação de determinados valores e práticas é denominada por eles como o tradicional.

> Eu sou índio porque eu vivencio a cultura dos meus ancestrais, porque se eu não vivenciar a cultura dos meus ancestrais, eu posso ser índio, mas na minha concepção eu não sou índio Xukuru, pra ser índio Xukuru eu tenho que vivenciar aquilo. Então, se define que era daquele jeito, e eu vou viver desse jeito porque acredito que era, porque quem me falou foram os encantados, foi a Natureza que deu sinal, foi o pajé através dos seus trabalhos, foi as pessoas que tem essa sensibilidade. É assim, então vamos fazer. O ritual, o toré era assim, se comia daquele jeito, se vivia, então eu tenho que valorizar as culturas tradicionais.[113]

Indivíduos ou grupos étnicos podem mudar de moradia, forma de subsistência, de pertencimento devido a questões política e/ou econômicas que podem ser até mesmo uma maneira de sobreviver e perpetuar o grupo.

[113] Idem, 21/01/2012, Pesqueira.

> Barth substituiu uma concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica. [...] identidade coletiva (e assim também a identidade pessoal de cada um), é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que integram ou não. [...] as mesmas características diferenciais podem mudar de significação ou perder a significação no decorrer da história do grupo; e diversas características podem suceder-se adquirindo a mesma significação (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 11).

O estabelecimento de comportamentos, ou alterações, pode ser uma regra de proteção e manutenção de fronteira e uma forma de ratificar a identidade étnica da comunidade, neste caso, indígena. "No decorrer do tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar ou desaparecer. Elas podem tornar-se mais flexíveis ou mais rígidas" (Idem, 1998, p. 154).

Os grupos étnicos são constituídos e modificados através das migrações, da questão econômica, das conquistas, muitas vezes territoriais, e dos contatos interétnicos, e as identidades, devido a essas situações, tornam-se relativas e mutantes. Mesmo em um "mundo primitivo" ou em sociedades menos complexas, as comunidades, provavelmente, não eram entidades culturais isoladas, mas situavam-se em um mosaico de grupos que manifestavam similaridades e diferenças. A identidade étnica dos indivíduos era ali tão problemática e dinâmica quanto nas sociedades modernas (SKINNER apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Weber (2004) fez uma revisão dos fatores que atuam na formação das comunidades étnicas. A língua e a religião desempenham um papel importante, talvez porque autorizam a comunidade de compreensão entre aqueles que compartilham um código lingüístico comum ou um mesmo sistema de regulamentação ritual da vida.

Entre as manifestações ritualísticas e religiosas atreladas a identidade étnica presentes no povo Xukuru, podemos afirmar que o toré, é uma das mais importantes, pois:

> [...] é preciso considerá-lo como um sinal diacrítico, legitimador da identidade étnica Xukuru em relação à sociedade envolvente. O toré concede legitimidade aos Xukuru diante da população da cidade de Pesqueira, dos órgãos públicos e das outras etnias (NEVES, 2005, p. 145).

A primeira citação sobre a prática do ritual do Toré entre os Xukuru está em um texto do Abade Pedro Roeser da Ordem dos Beneditinos em 1922 e transcrita na Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco. Outros relatos foram produzidos pelo sertanista Cícero Cavalcanti em 1944 e pelo etnólogo Hohenthal em 1951 (OLIVEIRA, 2006).

O Toré é realizado, na maior parte das vezes, dentro de um espaço considerado sagrado e definido pelos encantados. "Para os Xukuru, as matas, os olhos D'água, os lajedos e pedras são locais sagrados, moradas dos encantados e dos caboclos e são nesses locais que eles realizam seus rituais, pois acreditam na **mãe natureza**" (SANTOS, 2009). Além da obrigatoriedade de alguns instrumentos como o jupago ou a borduna na realização do toré, muitas vezes para asseverar esse ritual há a inclusão do mibim (flauta) e de vestimentas como o tacó e a barretina.[114]

Para que a identidade étnica seja sempre ratificada através dos sinais diacríticos, principalmente em situações de conflitos, "a cooperação dos membros para a manutenção das fronteiras é uma condição necessária da etnicidade" (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 157).

No ritual do Toré Xukuru percebemos elementos concernentes as religiões cristãs nas cantorias entoadas durante a execução ritualística, todavia, "um grupo pode adotar os traços culturais de outro grupo, como a língua e a religião, e, contudo, continuar a ser percebido e a perceber-se como distintivo" (Idem, 1998, p.157). É preciso compreender também que "a etnicidade é vista como uma construção social da pertença, situacionalmente determinada e manipulada pelos autores" (Ibidem, 1998, p. 125).

3. 2 O Projeto Bem Viver: novas percepções da territorialidade e ratificação dos sinais diacríticos

O Bem-Viver é um conceito que surgiu no final do século XX e início do XXI e que visa recriar, respaldado em culturas andinas como os Quetchua e Aymará, a

[114] O Tacó é uma vestimenta tradicional, feita de palha, os mais velhos fazem de palha de milho, e a barretina é um chapéu típico.

ideologia do conviver em harmonia com outros seres humanos e com a Natureza (BOFF, 2010). Todavia, o Bem Viver não é um o retorno ao passado, mas revivenciar, dentro do possível, aspectos culturais que populações tradicionais mantinham, e algumas ainda mantêm, com o Ambiente. Essas relações socioambientais não seguiam os padrões estabelecidos pelo neoliberalismo e por isso foram utilizadas como modelo para o Bem Viver.

A ideologia do Bem Viver tem seu esteio na economia solidária e no respeito aos ciclos da Natureza, ou seja, na economia a serviço da vida e não do lucro. Integram esse conceito o saber viver e conviver com a Terra e com os seus recursos, como solos, água, florestas, etc., de maneira a assegurar as necessidades e a vida das próximas gerações. Propõe a busca pela qualidade de vida, não atrelada a bens materiais, mas ao bem comum. Este bem comum perpassa todo o Ambiente e seus ecossistemas, portanto não se trata de mais um princípio político ou social com viés antropocêntrico, no qual os seres humanos subjugam a Natureza.

O Projeto Bem Viver dentre os Xukuru foi projetado em 2004 pela Equipe Jupago e as lideranças indígenas (o Pajé, Senhor Zequinha, o Cacique, Marcos Ludson, e os representantes de cada aldeia). A proposta do Projeto Bem Viver entre os Xukuru é: o respeito à Mãe Terra; Garantir o usufruto coletivo do território Xukuru e a Terra livre; O atendimento as necessidades básicas da família e, não o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos; A manutenção da consciência de cuidado e zelo, e não de exploração da natureza garantindo a nossa saúde; o constante diálogo com a Natureza Sagrada, pois é ela quem pode dar as respostas para o tempo de plantio e colheita, além da condução da lavoura, tendo como referência os costumes de nossos ancestrais; Prezar pela igualdade de condições no acesso a tudo que a natureza nos oferece; Reconhecimento dos direitos e das responsabilidades mútuas para o bem comum; e, a realização de tudo com autonomia e liberdade, livre das regras da produção de mercado e de políticas de governo contrárias ao nosso projeto de vida (CARTA DA XII ASSEMBLEIA XUKURU DO ORORUBÁ, 2012).

O grupo que suscitou ideias quanto à gestão do território Xukuru foi a Equipe Jupago.[115] Formada em 2004, seu principal objetivo era/é formular e gerir projetos direcionados a etnia indígena Xukuru. Uma das medidas concretizadas a esse respeito foi a Feira Orgânica, que atualmente integra o Projeto Bem Viver.

[115] Ver o significado da palavra Jupago na página 107 desta dissertação.

A Equipe Jupago é constituída por dois agrônomos e quatro técnicos agrícolas, sendo cinco deles Xukuru. A necessidade da existência desse grupo ocorreu após a homologação do território, quando surgiram questões referentes ao manuseio, pelos próprios indígenas, do espaço oficialmente reconhecido como Xukuru. O que fazer com a terra? Como trabalhá-la respeitando a ancestralidade Xukuru? De que forma gerir o território está atrelado à questão étnica?

O principal mentor do Projeto Bem Viver é o índio Iran Neves Ordônio que nasceu na cidade de Pesqueira, porém ainda muito novo foi morar em Belo Jardim e, posteriormente, em Recife. Quando morava na cidade de Belo Jardim, ele fez um curso em agropecuária. Ao se mudar para a capital recifense, já adulto, fez Licenciatura em Ciências Agrárias e Mestrado em Agronomia. Ao término retornou a Pesqueira, quando a território já havia sido homologado, embora o processo de desocupação da área ainda estivesse sendo efetivado.[116]

Ao regressar a Pesqueira com a qualificação, anteriormente citada, o agrônomo e também funcionário do IPA, alvitrou projetos direcionados ao uso do território (para sustento econômico deste grupo étnico) que rompesse com padrões preestabelecidos tais quais: o uso das melhores terras para área de pastos e a utilização de agrotóxicos de maneira maciça em quase toda área indígena Xukuru. Para concretização desses projetos foi criada a Equipe Jupago.

O primeiro trabalho efetuado pela Jupago foi a Feira Orgânica, que antes de ser organizada em uma ala da antiga Fábrica Peixe, onde a feira da cidade era/é comumente realizada, estava distribuída de maneira dispersa em Pesqueira e não possuía título algum. A Feira Orgânica é realizada as quartas e aos sábados, e também é conhecida como a "Feira dos Índios".

A principal área indígena que supre a Feira Orgânica é a região da Serra, pois além de dispor de mais recursos hídricos é onde existe a policultura de hortaliças, verduras e legumes, oferecendo, portanto, uma diversidade que não está presente na Ribeira, onde predominam o roçado e a monocultura do tomate e da cenoura. E nem, tampouco, no Agreste, onde prevalece a criação de gado leiteiro e o roçado.

[116] Informações obtidas através da entrevista realizada com Iran Neves Ordônio em Pesqueira na seguinte data: 21/01/2012.

O maior envolvimento dos indígenas que habitam a parte denominada de Serra é também atribuído ao histórico de invasões do território Xukuru, pois a Ribeira e o Agreste são apontados como locais onde a pecuária e o monocultivo eram mais intenso, portanto, há uma resistência quanto à mudança do sistema agropecuário vigente.

> A gente trabalha na região como um todo, mas a agricultura é mais forte na Serra. A agricultura irrigada, porque tem água, com exceção da Ribeira que tem água, mas é outra lógica, até porque pelo processo histórico. Mas nós trabalhamos em todas as áreas, a questão das sementes, da aração de terras, a gente tenta, por exemplo, a aração de terra não dá pra trabalhar na terra por causa da declividade, então se concentra no Agreste e na Ribeira, principalmente no Agreste, porque é areia, terreno mais arenoso que é mais propício a esse tipo de tecnologia, de técnica. Então a gente trabalha dessa maneira. Agora a demanda na Serra é muito maior porque se concentra muitos agricultores, a questão... é muito diversa, é a agricultura, é horticultura, fruticultura, olericultura, bovinocultura. E também essa questão da tradicionalidade é muito forte na Serra, mas do que nas outras regiões, porque as outras regiões sofreram muito com essa questão da invasão, colonização.[117]

A modificação para a produção orgânica também demandaria tempo, visto que o solo habituou-se a monocultura, aos defensivos agrícolas e aos adubos. Isso significaria baixa produtividade no período de transmutação, e consequentemente ocasionaria problemas financeiros para as famílias que obtêm seu sustento econômico exclusivamente da venda desses produtos agrícolas. Concomitantemente, a inserção da policultura, em detrimento, da criação bovina e/ou caprina exigiria mais alterações no cotidiano dos indígenas destas áreas.

Na Ribeira a transição branda e gradual é apresentada como solução para a insertação da produção orgânica e a eliminação da produção com agroquímicos. Todavia, as condições climáticas, do solo e vegetação sejam vistos como obstáculos nesse processo.

> Você chegar lá e dizer: você não vai produzir mais com agroquímico, vai produzir orgânico, ele não consegue porque o sistema tá todo desequilibrado. Então você tem que..., na Ribeira tem que trabalhar

[117] Entrevista realizada em 21/02/2012 com Iran Neves Ordônio em Pesqueira.

> transição. Paralelamente você vai produzindo e vai reduzindo a questão do agrotóxico, o que a gente chama de manejo integrado. Vai identificando outras práticas de manejo, de controle de pragas e doenças, e reduzindo os agroquímicos, os defensivos. A questão da rotação de cultura, da diversidade de cultura, a questão de recuperação da mata ciliar, que tudo isso interfere no ecossistema. Então teria que se fazer um trabalho muito mais amplo porque é uma região que tá muito mais degradada dentro desse ponto de vista do uso de agroquímico. Ela é uma região que já foi muito mais trabalhada, então, sol, água a questão do clima influencia nisso porque é clima que a gente chama de Ribeira, caatinga, semiárido e brejo de altitude, então a questão da pluviosidade, da chuva, é outro regime, da vegetação, tudo é diferente. Então na Serra existe mais refúgio para os inimigos naturais, para diversificação da fauna, coisa que na Ribeira não, que é muito mais seco, tudo isso influencia.[118]

Outro fato problematizador é a dependência estabelecida entre os índios na Ribeira com os atravessadores. São os abarcadores que disponibilizam, muitas vezes, instrumentos, sementes, adubos e agroquímicos para as monoculturas do tomate e da cenoura. Ao término da colheita, ditam os preços dos produtos, comprando-os e abatendo-o os empréstimos concedidos com juros, o que, em algumas situações como, perdas significativas da safra devido a pragas ou por questões ambientais (climática, pedológica etc.), inviabilizam o pagamento, tornando-os ainda mais subordinados aos atravessadores, constituindo um ciclo no qual os indígenas estão propensos a ficar sempre entrelaçados.

> Na Ribeira não, é uma área só daquilo. Eles têm que... o lucro deles é uma questão de centavos por quilos, então eles têm que produzir em escala, aí eles não têm o recurso, quem é que vai financiar? O banco fecha as portas, o governo do estado não vai financia esse tipo de atividade, vai dar sistema de irrigação pra monocultivo, essas coisas. Então qual é a alternativa dele ir para o atravessador, o intermediário que compra, aí o intermediário vai lá e diz, vocês vão plantar cenoura, eu vou lhe dar o sistema de irrigação ou o crédito para você comprar lá na Casa Agropecuária, vou lhe dar a semente, o adubo e o veneno, depois que vender, aí ele vai dizer o preço e vai abater. O

[118] Idem, 21/01/2012.

> preço, eu vou lhe pagar cinqüenta centavos multiplica pela produção aí vai tirar o que ele investiu. Na grande maioria, o pessoal fica devendo.[119]

A ruptura desse ciclo poderia ocorrer com a inserção da agricultura orgânica, que independe de agrotóxico e mão-de-obra assalariada. Os adubos podem ser feitos pelos próprios indígenas com esterco ou materiais orgânicos, ou obtidos, juntamente com as sementes, através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) classificado de B, que favorece a agricultura familiar. Este projeto governamental também disponibiliza empréstimos, de pequenos valores, que geralmente não ultrapassam a quantia de R$ 2.500,00.[120] O PRONAF do grupo C que disponibiliza uma maior quantia, e serviria para os monocultivos na Ribeira, requer comprovação de renda, título da terra e outros documentos, que inviabilizam os empréstimos para esse grupo.[121]

Quanto ao débito com os atravessadores, ele seria pago por parcelamento, embora, provavelmente essa negociação não fosse realizada com tranqüilidade ou facilidade.

> Fica complicado, aí vai ter que sentar, conversar e ver de que forma vai efetuar o pagamento. Muitos dos atravessadores pressionam para pagar mais ele já tem ganhado tanto que aquilo que seria uma perda pra ele, de fato não é, porque ele já tirou aquilo ali.[122]

Portanto, as maiores dificuldades apresentadas seriam: a relação de dependência entre índios e atravessadores; o pouco retorno econômico no período de transição, que prejudicaria o sustento financeiro familiar; e, o enraizamento da monocultura e dos defensivos agrícolas. Podemos analisar este último fator no discurso abaixo:

---

[119] Ibidem, 21/01/2012.
[120] Informações obtidas no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os valores apresentados nesta dissertação quanto ao fornecimento de créditos são relativos a sagra 2013/2014 http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es_do_Cr%C3%A9dito_2013-2014.pdf Acesso 30/06/2013.
[121] A descrição de documentação necessária para o enquadramento nesses programas governamentais de auxílio à agricultura familiar estão no seguinte site http://www.agricultura.al.gov.br/programas/DAP.pdf Acesso em 30/06/2013.
[122] Idem, 21/12/2012.

> O orgânico é uma invasão cultural pra eles, na Serra, para maioria das famílias, o agroquímico é uma invasão cultural de sistema, então tem muito disso. E porque o pessoal tem mais facilidade, porque, como eu falei o pessoal é culturalmente, historicamente eles estão mais envolvidos na luta, então eles têm uma visão mais política, da importância que tem, coisa que a Ribeira, eles ficaram um pouco excluído desse processo. Eles estavam lá, ele era o peão, era o caboclo, era o índio, então ele se transformou no índio. Então isso, culturalmente, dentro da cabeça dele há esse conflito. Então a gente percebe que tem essas questões e hoje é mais complicado, porque desde o tempo da Revolução Verde, na década de 60,70 que se usa agroquímico dentro daquela região. Então, meio que perturbou o ecossistema ali, o agroecossistema. Ele está fragilizado. Coisa que na Serra ainda existe um equilíbrio, então não utilizar agroquímico naquela região é um desastre.[123]

Ocorrendo o plantio de orgânicos na Ribeira a comercialização dos produtos não seria realizada apenas na feira semanal ou nos supermercados de Pesqueira, pois a oferta se tornaria superior a demanda, o que ocasionaria a necessidade de novos mercados consumidores. Quanto a isso a Jupago tentaria articular a negociação dos produtos agrícolas orgânicos em municípios vizinhos como Belo Jardim e Arcoverde.

Outra possível solução, caso houvesse um crescimento significativo da oferta de orgânicos dentro do território indígena, seria estabelecer novos diálogos com o estado e o município que já compram parte da produção que é ofertada nas escolas dentro de Pesqueira como merenda. E isso assegura um ganho complementar para as famílias diretamente envolvidas nessa comercialização "Além da gente vender aqui na feira, tem o programa PAA[124] que a gente entrega a mercadoria também. O ano passado foi 4.500 por ano". [125]

Todavia, a substituição da produção com agrotóxicos pela orgânica não está sob a argüição da nova situação agroecológica que o Brasil está vivenciando, nem tampouco

[123] Ibidem, 21/12/2012.
[124] O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) criam mecanismo de gestão e autorizam a aquisição de produtos de forma direta com o agricultor familiar cadastrado, sem necessidade de licitação, isso possibilita que pequenos produtores tenham acesso às compras públicas. Os alimentos adquiridos pelo PAA destinam-se as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por iniciativas públicas e as escolas (PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2011).
[125] Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2013 com a indígena Edjane Maria Neves Pereira em Pesqueira.

está atrelada com a demanda que surgiu recentemente para o consumo desses produtos, mas sob a alegação da relação étnico-cultural constituída com o território.

> O que nós pensamos é o seguinte: por que produzir orgânico? Porque é obrigação do índio. Se ele tem a terra como a sua mãe, então tem que zelar. Ele não pode envenenar sua mãe. E quando a gente fala terra, tem uma frase de Xicão que repercute bem muito isso, "a terra não é só o espaço físico, o solo. A terra é os elementos que compõem; a mata é o cabelo da terra, é o pelo, que protege a terra. A água é o sangue da terra. As pedras são os ossos da terra. Esses elementos é o que a gente chama de mãe terra". Ou seja, a mata que faz parte da terra a gente não pode desmatar, é o local onde os encantados moram. É a morada dos encantados, então eu não posso queimar, eu não posso vender, ou não posso usar agrotóxico ás margens do rio porque eu estou envenenando o sangue da terra, tem essa concepção, o porquê de orgânico. Antes a gente falava em orgânico, eu, particularmente, não gosto muito dessa palavra porque o orgânico deixou de ser uma prática de princípio pra ser uma prática de mercado. Vamos produzir orgânico que dá mais dinheiro, ta aí o exemplo do Carrefour, do Bompreço, é só você comparar o preço do alface orgânico com o alface convencional. Então, a partir, de dois anos prá cá a gente ta discutindo melhor isso, nos produzimos agricultura Xukuru, produto Xukuru. São produtos isentos de agroquímicos, que estão dentro do princípio da agroecologia, mas se você analisar a agroecologia é o que? Ele pega toda a tecnologia ancestral tradicional indígena, principalmente ameríndia. Eles pegaram toda essa tecnologia ancestral indígena e estão colocando como agricultura alternativa, então a agroecologia trabalha com essa principio, ou seja, a agroecologia é agricultura indígena, ancestral. Não tem que produzir em agroquímico. Por quê? Porque é obrigação nossa, nós temos que fazer isso. Agora como o mercado vai? A gente sabe que aqui não tem diferença. O preço aqui e o preço da feira. Em muitas situações o preço aqui é menor que o da feira.[126]

Como podemos analisar a relação estabelecida com a Natureza integra a identidade étnica Xukuru, que é ressaltada, sendo colocada diametralmente oposta ao modelo econômico vigente, ou seja, o capitalismo. Quanto a isso Weber discorreu que o conteúdo da comunidade étnica é a crença em uma honra específica: a honra étnica

[126] Entrevista realizada em 21/02/2012 com Iran Neves Ordônio em Pesqueira.

(2004). [127]Weber ainda afirmou que é apropriado buscar a origem da etnicidade nas atividades de produção, de manutenção e de aprofundamento de diferenças.

No artigo *"Feira Xukuru do Ororubá:*conquistas em torno de uma experiência de comercialização de alimentos de base ecológica" (Fortaleza/CE – 2011) Ordônio e Araújo expuseram que os produtos ofertados na Feira Orgânica Xukuru não são congruentes com a lógica do mercado, pois os seus preços são definidos em reuniões e há poucas alterações durante o ano, uma vez que independe de insumos externos, exceto em alguns cultivos. As sementes são provenientes dos plantios anteriores e o transporte dos produtos é realizado em mutirões o que diminui significativamente as despesas com a locomoção e assegura o valor de no mínimo um salário para cada família integrante do projeto por mês.

A Feira Orgânica Xukuru teve início em 2006 com 13 famílias participando e vendendo os seus produtos no centro da cidade de Pesqueira. Porém, antes da fundação desta feira, o projeto que visava criá-la foi discutido na Assembleia Xukuru realizada em 2005 na aldeia Lagoa. Atualmente existem 20 famílias que integrante a Feira Ecológica, que é realizada junto à feira tradicional da cidade, dentro da antiga Fábrica Peixe, em um espaço separado. Isso, inclusive, estabelece uma contradição, visto que a mesma indústria foi acusada de ter inserir o uso de agrotóxico na área indígena Xukuru quando esse território estava sob sua posse.

3.3 A caça: elemento de sobrevivência ou um sinal diacrítico?

A prática da caça não é algo recente entre os Xukuru, todavia sua finalidade foi modificada. Os antigos, como são chamados os "ancestrais Xukuru", realizavam a caça com intuito de obter alimento. Atualmente a caça é praticada por poucos e de maneira não cotidiana. A maioria dos caçadores afirmou fazer isso, uma vez na semana, a cada quinze dias ou uma vez ao mês.

O ato de caçar tornou-se uma prática, muitas vezes, de lazer, embora, ainda existam pessoas que a utilizam como complementação alimentar. Outra possibilidade é

[127] Os pesquisadores franceses POUTIGNAT e STREIFF-FENART em "*Teorias da etnicidade"* expõem a seguinte afirmação: "A noção de honra étnica de Weber aproxima-se da conceituação do etnocentrismo, ou seja, a valorização dos seus próprios costumes em detrimento dos outros" (1998, p. 40).

a obtenção de dinheiro através desta atividade, com a comercialização do animal caçado, dentro e fora da área indígena.

> Eu vendo. A caça eu vendo. Quando eu vou com um amigo, ai a gente pegou um tatu, aí tem que dividir não é? Uma parte prá um, uma parte pra outro. Quando eu vou sozinho eu vendo. Vendo pro um rapaz na rua, em Pesqueira. Aqui eu vendo também. Eu vendo mais na rua. Compra tatu, peba (José Edinilson Bernardo Guimarães, Aldeia Pão-de-Açúcar).[128]

A atividade é feita tanto individualmente, quanto em dupla ou grupo, no entanto, dentre os entrevistados a predominância foi que preferem realizá-la sozinhos, apenas acompanhados por um ou vários cachorros. A presença desses animais em específico deve-se ao fato que estes auxiliam a localizar a caça e muitas vezes as deixam acuadas. Entretanto, para realizar a caçada, alguns índios utilizam além dos cachorros, armadilhas e até espingarda, sendo realizada à noite e madrugada o auxílio da lanterna é constante e indispensável.

As caçadas ocorrem geralmente nos finais de semana, entre sexta e sábado, à noite, estendendo-se até a madrugada ou o amanhecer. É uma atividade predominantemente masculina. Os animais acossados são; tatu, peba, preá, rolinha, mocó e veado.

Os animais obtidos na caça são transportados em uma sacola, que eles chamam de Jacó. Ela é feita de couro e suporta o peso, visto que atividade pode se prolongar por horas e o deslocamento pode ser significativo. A maioria dos caçadores Xukuru relatou que consomem o produto do acossamento, e que, se forem bem sucedidos, distribui entre familiares e amigos.

Durante o período de reprodução, geralmente no inverno, os caçadores afirmaram que não realizam a atividade, tanto como uma forma de respeitar a Natureza, quanto de permitir à proliferação das espécies caçadas e assim dar continuidade, posteriormente, aos acossamentos. "Não, eu não caço não. Nesse período não. Nesse período de inverno, só. Esse mês de julho, esse meses só".[129] O índio Luís Fernando Cordeiro da Silva ratifica, "Tem o tempo de chuva que os bichos tão produzindo, aí é

[128] Entrevista realizada em 19/07/2010 na Aldeia Pão-de-Açúcar.
[129] Entrevista realizada em 10/07/2012 com Luiz Fernando Cordeiro da Silva em Pão-de-Açúcar,

ruim caçar. A gente sabe disso. A gente respeita né? Tem que respeitar. Os bichinhos, às vezes pega os bichinhos com cria já". [130]

Outro hábito presente é preferir caçar machos, em vez das fêmeas, pois ao matá-las pode inibir a reprodução ou encontrá-las com futuros filhotes em seus ventres.

> Eu vou pro mato, meus cachorros acoa, meus cachorros acoa duas ou três caças podem ser três machos ou fêmeas, se for três machos, dois vai comigo, um fica, se for três fêmeas fica toda três na Natureza. Eu sei dividir quais. Quem é o macho e a fêmea aí eu só mato o macho. A fêmea eu não mato pra não acabar com a nação (José Edvaldo Rodrigues de Lima, seu Vinvin, Aldeia Passagem).[131]

O ato de caçar, de está dentro da mata, também é associado à religiosidade e ao mundo simbólico dos Xukuru, podemos perceber isso através da narrativa do senhor Vinvin, "A Natureza é sagrada, né? Aí eu não caço com ninguém, só com Tupã e Taimain e meus cachorros".[132] Ou no relato de cura obtida durante uma caçada.

> Pra minha própria pessoa, eu passei três ano em tratamento fiz todo tipo de exame, só vivia morrendo os homens de branco nem conseguiu, nunca descobriram minha doença, eu parei, mas eu passei três anos tomando remédio faixa preta, né? Eu me achava que eu era louco, sem ser. Então chegou um determinado momento que eu cheguei na mata e falei, meu pai Tupã, minha mãe Tamain, se eu tiver de viver me dê minha paz, o ser humano sem saúde ele não tem paz. E senão me tire dessa vida pra que o senhor quiser, porque não agüento mais essa vida. Foi daí que eu comecei a enxergar, a partir de hoje eu não vou mais ao médico, eu não tomo mais medicamento fabricado pelo homem, entendeu? Aí comecei, né? Ai fui dormir, a noite, meia noite eu acordei com aquela coisa ruim, peguei meus cachorros, minha lanterna e entrei pra mata, vou caçar, quando cheguei num pé de uma pedra ai começou a me dá uma dor, que é essa que judiava muito comigo e me botava pros hospitais, né? Ai eu me cortei num pé de uma pedra, quando eu me cortei num pé de uma pedra ai aquilo parou um pouco, quando eu consegui dá um cochilo ai chegou uma pessoa na diante da minha pessoa e diz está diante do pé de remédio que te cura, quando eu olhei tava

[130] Idem, 19/07/2010, Aldeia Pão-de-Açúcar.
[131] Entrevista realizada em 18/05/2010 na Aldeia Passagem.
[132] Idem, 18/05/2010, Aldeia Passagem.

> mesmo, chama-se, essa planta chama-se mandacaru, olhei pra ela e disse é essa aqui, pedi licença, comecei a mastigar quando foi de manhã, melhorei. Trouxe um pedaço pra casa, coloquei na água, tomei oito dia, já fez dois ano, como tudo, não sinto nada. To curado.[133]

O aparecimento de um ser sagrado relacionado à Natureza que indicou a planta que traria a cura e o pedido de permissão para retirá-la do ambiente, denotam o respeito e o simbolismo atribuído ao todo o processo, inclusive o da caça. Essa atividade inclusive é sempre rememorada como um ato realizado pelos parentes mais velhos dos atuais caçadores, e o aprendizado de como criar armadilhas, identificar o sexo do animal e onde encontrá-lo foi um ato compartilhado pelos mais antigos.

> Através da atividade da caça e dos conhecimentos acerca do meio ambiente, percebemos a conectividade de aspectos da vida social, como espiritualidade, trabalho, organização social, parentesco, memória, identificações étnicas e sociais. A atividade da caça nos direciona para a relação entre humano e animal (GOMES, 2012, p. 186-187).

Os antepassados dos Xukuru, no entanto, tinham certa dificuldade para realizar a caçada, pois a quantidade de animais era cada vez menor devido ao desaparecimento das matas. A maior responsável pelo desmatamento da área, conforme os indígenas, foi a Fábrica Peixe.

> A devoradora de tudo foi a fábrica Peixe, depois da fábrica Peixe, mas ninguém. Hoje é como falo, nós so queremos preservar. Então, aonde tem mata nós temo que preservar. Onde tem campo aberto nós temo que preservar. Nós temo o lugar de trabalhar, nós temo que preservar a natureza, né? Porque sem as mata nós não somos nada, sem a natureza sagrada nós não existe.[134]

Todavia a presença dos fazendeiros, e consequentemente a formação de pasto para o gado também foi um fator que contribuiu com o desmatamento e o desaparecimento da caça.[135] "Agora é maior. Porque a saída dos fazendeiros aí aumenta

[133] Ibidem, 18/05/2010, Aldeia Passagem.
[134] Ibidem, 18/05/2010, Aldeia Passagem.
[135] O controle exercido por eles quanto à execução dessa prática também é citado como fator inibidor das caçadas.

a terra, né, pro povo caçar". [136] A presença constante de água, possibilitada por meio da barragem, também reaproximou os animais para a caça, antes afugentados pelos desmatamentos e as irregularidades do rio Ipojuca.

Portanto, é unanimidade entre os caçadores que houve uma relativa melhora após a homologação do território quanto ao aumento das matas e, por conseguinte, a oferta de caças. "Agora tá melhor. Porque o mato aumentou, antigamente, por aí, só tinha só as serras. Hoje tem mato pra todo canto. Os bichos têm onde se esconder". [137]

[136] Entrevista realizada em 10/07/2012 com Luiz Fernando Cordeiro da Silva na Aldeia Pão-de-Açúcar.
[137] Entrevista realizada em 19/07/2010 com José Edinilson Bernardo Guimarães na Aldeia Pão-de-Açúcar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ambiente os índios Xukuru

O Agreste é uma região intermediária entre o litoral úmido e o sertão seco, apresentando, portanto, características dos dois biomas. Todavia, o que mais se destaca nessa região, são os brejos de altitudes, pois se diferenciam de toda área que o circunda nos seguintes aspectos: pela vegetação, regime pluviométrico, solo e, principalmente, recursos aquáticos (LINS, 1989).

A Serra do Ororubá, local de moradia da etnia indígena Xukuru, integra a Serra da Borborema, portanto, é considerado um brejo de altitude e possui todas as peculiaridades já descritas. Por essas especificidades, a Serra do Ororubá foi lugar disputados pelos colonizadores portugueses e, posteriormente, por fazendeiros e agricultores, que se utilizando da Lei de Terras (1850) e do suposto desaparecimento dos índios, considerados mesclados a população local, apossaram-se das terras férteis da Serra (SILVA, 2008).

Todavia, a partir do século XX é possível perceber uma movimentação quanto à restituição destes territórios e de reafirmação da identidade indígena por vários povos em todas as regiões do país, inclusive no Nordeste, e isso ficou conhecido como emergência étnica (ARRUTI, 1995). A promulgação da Constituição de 1988 assegurou o direito a terra as manifestações socioculturais destes povos, permitindo precedentes para efetivação da lei.

Os índios Xukuru participaram das mobilizações nacionais pelos direitos indígenas e conseguiram efetivar a posse do seu território de 27.555 hectares. O território Xukuru foi dividido pelos indígenas em três partes: Serra, Agreste e Ribeira. No entanto, abordamos ao longo deste estudo apenas a região da Ribeira.

A Ribeira é cortada pelo Ipojuca e como vimos os indígenas estabeleceram com este rio uma relação socioeconômica, embora não tão relevante devido a sua intermitência e a salinidade de suas águas. Mesmo assim ele está presente nas memórias dos Xukuru em diversos momentos como: de lazer, nos banhos, de sobrevivência, nas pescas etc.

Como pudemos observar nesta pesquisa, a construção da Barragem Pão-de-Açúcar entre os anos 1986/1987 modificou essa relação. Aumentou o número de habitantes na área e possibilitou a agricultura irrigada.[138] A pesca também se tornou prática cotidiana, devido à grande quantidade e variedade de peixes dentro deste reservatório. Há unanimidade em afirmar os benefícios decorridos com a construção da Barragem, e também com a homologação do território que restringiu o uso dos recursos naturais aos índios Xukuru, dando-lhe maior liberdade para o manuseio conforme os seus valores culturais.

A agricultura, a pesca, a caça e o uso de ervas medicinais: desafios para a afirmação da identidade étnica Xukuru

Através das entrevistas foi possível analisar sobre a ancestralidade de algumas práticas Xukuru, dentre elas podemos citar a agricultura, a pesca, a caça e o uso de ervas medicinais. Sendo essas atividades atreladas aos antigos, elas também são fatores no qual a identidade étnica está vinculada, porque são perpetuações de hábitos atribuídos aos índios pelos próprios indígenas. O convívio com a Natureza e a disposição dos recursos para a sobrevivência e continuidade do grupo podem também ser acrescentados aos sinais diacríticos.

Ao longo da pesquisa, porém, foi analisado que o convívio com os "brancos" introduziram hábitos como o uso de agrotóxico. Todavia, isso não inibe a identidade étnica dos Xukuru, pois:

> Hoje já não é mais concebível que alguém argumente sobre a manutenção da cultura através de uma suposta diferença hostil entre vizinhos. "As distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais [...] as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias [...] tornar-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam" (BARTH, 2000, p. 26).

[138] A agricultura irrigada já existia antes da construção, mas a água era proveniente da Serra e quereria grandes investimentos, de forma que a única a realizar isso era a Fábrica Peixe.

A maioria dos Xukuru não aceita a permanência da utilização desses defensivos agrícolas, pois ele causa danos à saúde e ao Ambiente, e a Natureza é local dos Encantados, sendo, portanto sagrada.

Nas entrevistas obtidas para esta dissertação pudemos verificar as dificuldades encontradas pelas lideranças para gerir o território e alguns entraves existentes na região da Ribeira, tais quais: como fazer a mudança para a agricultura orgânica sem trazer grandes prejuízos para as famílias que dependem, quase exclusivamente, dos plantios? Como obter parcerias que possibilitem essa modificação? Como garantir o sustento dos pescadores em época de reprodução dos pescados, evitando assim a prática da pesca nesse período? Como reduzir as espécies de peixes estranhos ao habitat, assegurando assim a sobrevivência dos demais? Como diminuir o lançamento de agrotóxicos nas águas da Barragem, seja pelo escoamento ou despejo de embalagens? Como diminuir a concentração de lixo às margens da Barragem Pão-de-Açúcar.

Através de conversas com as lideranças verificamos essas preocupações e mobilizações com o intuito de atenuar determinadas posturas e ações que agridem o Ambiente e consequentemente afetam a moradia dos encantados.

Uma das atitudes das lideranças é estabelecer parcerias com o Governo Estadual e obter adaptações de programas para as necessidades desta etnia ou ter acesso a projetos já destinados a essas comunidades como o PRONAF. O retorno de Iran, que é agrônomo e a formação da equipe Jupago, auxiliou em sugestão/ação de possíveis soluções para alguns problemas da área indígena após a homologação do território.

> E ao retornar eu já conhecia algumas pessoas da área que também é técnico, o Edgar. E ai a gente formou uma equipe chamada Equipe Jupago. Essa equipe tem a função de assessorar as lideranças na questão da produção. Pensar a produção, questão da gestão territorial, né. Fazendo relação com a questão ambiental. E ai nós formamos essa equipe e começamos a trabalhar. O nosso primeiro trabalho foi a feira orgânica. Onde tivemos a oportunidade de junto com os agricultores fundar a feira, que na época era no centro da cidade, e aí trabalhar políticas públicas. Trazer as políticas públicas. No princípio nosso objetivo era atender as demandas. O projeto PRONAF o pessoal não acessava, tinha meio que preconceito pelas agências de banco, se bem que hoje ainda existe, mas um pouco menos, naquela época era muito mais. E projetos básicos tipo distribuição de sementes, aração de terras, alguns projetos que a gente tem hoje, a gente, passado esse período, já

> com amadurecimento a gente tem uma discussão um pouco política desses projetos (Iran Neves Ordônio).[139]

Sendo a posse do território algo tão recente e tendo ele estado sob o longo domínio dos "brancos", é possível compreender os problemas existentes no lidar com a terra. Porém, é perceptível que há tanto a preocupação com o cuidar da Natureza, para que ela continue existindo e possibilitando a sobrevivência, quanto o zelo com o Ambiente, pois ele está interligado ao universo simbólico Xukuru.

O resgate dos valores e comportamentos atribuídos aos ancestrais faz parte do projeto Xukuru como, o Bem Viver. Compreendemos isso como consequência da necessidade de reafirmar as fronteiras frente aos habitantes de Pesqueira e aos demais grupos étnicos. "A fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais" (BARTH, 2000, p. 34). Essa atitude pode ser entendida como um conjunto de prescrições que determinam as interações interétnicas entre os grupos, ou seja, seus prejuízos, ganhos e necessidades.

[139] Entrevista realizada em 21/01/2012 em Pesqueira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. **Manual de História Oral.** 3.ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Ludmila Raupp de. **Manejo de insumos agrotóxicos por agricultores do povo indígena Xukuru do Ororubá/PE.** (Monografia de Especialização em Gestão Ambiental). Recife: FAFIRE, 2008.

ALVES, Manuel Augusto. **Bacia do Rio Ipojuca:** análise crítica para a construção de uma agenda 21. (Dissertação Mestrado em Tecnologia Ambiental). Recife: ITEP, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Geografia Econômica do Nordeste:** o espaço e a economia nordestina. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAÚJO, André Luís de Oliveira; ORDÔNIO, Iran Neves. Feira Xukuru do Ororubá: conquistas em torno de uma experiência de comercialização de alimentos de base ecológica. In: **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia.** Fortaleza/CE, 12 a 16/12/2011, p. 1-5.

ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios.** Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

ARRUTI, José Maurício Andioni. Morte e vida no Nordeste indígena: emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, 1995. Vol. 8 n.15, p. 57-94.

AZEVEDO, Anna Elizabeth Lago de. **O Diretório Pombalino em Pernambuco.** (Dissertação de Mestrado em História). Recife: UFPE, 2004.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco:** poder e herança indígena. Recife: Editora Universitária, 2007.

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **In: Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22, n.36, p.460-476, jul/dez/2006.

BARTH Fredik. Introduction. In: **Ethnic groups and boundaries:** the social organization of culture difference. E. Barth. London: George Allen & Uniwin, 2000.

BEZERRA, Edmundo Cunha Monte. **Migrações Xukuru do Ororubá:** memórias e história (1950-1990). (Dissertação de Mestrado em História). Recife, UFPE, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOFF, Leonardo. **Cuidar da terra, proteger a vida:** como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 15ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo:** e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo. Vol. 13, n.38, outubro de 1998. Site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300004 Acesso 01/10/2012.

CAVALCANTI, Bartolomeu. **No tacho, o ponto desandou**: história de Pesqueira de 1930 a 1950. Recife: Baraúna, 2007.

CHAUVEAU, Agnès;TÉTART, Philippe. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CIRILO, José Almir. (Org.). **O uso sustentável dos recursos hídricos em regiões semi-áridas**. Recife: UFPE, 2007.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IPOJUCA. **Estatuto Social do Comitê da Bacia hidrográfica do rio Ipojuca.** 2008, p. 1-9.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta, 1999.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 2008.

CONDEPE/FIDEM. **Bacia hidrográfica do rio Ipojuca.** Recife, 2005.

CPRH. **Levantamento das fontes poluidoras na Bacia do rio Ipojuca**. Recife: Ministério do Meio Ambiente, 2003.

CROSBY, Alfred. **O imperialismo ecológico:** a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

CUNHA, Manuela C. da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria do Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo e identidades Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada.** 3ª ed, São Paulo: Hucitec, 2009.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 177-197. 1991.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. In: **Luso Brazilian Review**. Wisconsin, n. 2, p. 144-161, fev. 2005.

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos.** 2ª ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FRACALANZA, Ana Paula. Gestão das águas no Brasil: rumo à governança da água? In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Governança da água no Brasil:** uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume, 2009, p. 135-153.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record,1989.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 2012.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva. **Agrotóxicos, saúde e ambiente na etnia Xukuru do Ororubá – PE**. (Dissertação Mestrado em Saúde Pública). Recife: FIOCRUZ, 2008.

GRISÓLIA, C.K. **Agrotóxicos:** mutações, câncer & reprodução. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 2005.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (Org.). **Toré:** regime encantado do índio do Nordeste. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HOHENTAL, N. D. "Notes of the Sucurú Indians of Serra de Ararobá". Pernambuco. In: **Revista do Museu Paulista,** p.91-166, 1958.

LANGDON, J. (Org.). **Xamanismo no Brasil:** velhas e novas perspectivas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LEAL, Antonio Cesaz; RODRÍGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. Planejamento ambiental em bacias hidrográficas. In: MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; RODRÍGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. (Orgs.). **Planejamento ambiental e bacias hidrográficas:** planejamento e gestão de bacias hidrográficas (Tomo I). Fortaleza: Editora da UFC, 2011, p. 29-47.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2008.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios:** Natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: UnB, 1999

LINS, Rachel Caldas. **Áreas de exceção do Agreste de Pernambuco**. Recife: SUDENE, 1989.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade:** as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. (Tese de Doutorado em História). Recife: UFPE, 2005.

MACIEL, José de Almeida. **Pesqueira e o antigo Termo de Cimbres.** Recife: Centro de Estudo de História Municipal, 1980.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história.** São Paulo: Xamã, 2001.

MAUÉS, R. H.; VILLACORTA, G. M. Pajelança e encantaria amazônica. In: PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria brasileira**: O livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista. Da historiografia francesa do tempo presente: (...) para não dizer que não falei das flores-lembranças após a morte de René Remond. **In: Revista Eletrônica de História Comparada.** UFRJ. Vol. 01, n. 01 p. 1-10, jul/2007.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes**: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso dos recursos. Recife: SUDENE, 1980.

MONTEIRO, John Manuel. (Org.). **Confrontos de culturas**: conquista, resistência, transformação. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/UNESCO, 1995, p.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memórias**: a cultura popular revisitada. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOTA, C. N., & ALBUQUERQUE, U. P. (Orgs.). **As muitas faces da Jurema:** de espécie botânica a divindade afro-indígena. Recife: Bagaço, 2002.

NEVES, Rita de Cássia Maria. Identidade, rito e performance no Toré Xukuru. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (Org.) **Toré:** regime encantado do índio do Nordeste. Recife: FUNDAJ- Editora Massangana, 2007. p. 129-153.

NEVES, Rita de Cássia. **Dramas e performances:** o processo de reelaboração étnica Xukuru nos rituais, festas e conflitos. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis; UFSC, 2005.

NOVAES, Washington. **São muitas razões, só recentemente é que se avançou, a Rio+10 vai ficar novamente apenas na lista de boas intenções?** Revista Comciência. Disponível em: www.comciência.br. 2007. Acesso em 10/10/2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **A presença indígena no Nordeste:** processos de territorialização, modo de reconhecimento e regimes de memórias. Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Kelly Emmanuelly de. **Guerreiros de Ororubá.** João Pessoa: UFPB, 2006. (Dissertação Mestrado em Sociologia).

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. In: **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 81-101, maio 2010.

PERES, F. Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. In: **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, 2005, v. 10, p. 27-37.

PERES F.; MOREIRA, J.C.; LUZ, C. Os impactos dos agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente. In: **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, 2007, v. 12, p. 1-4.

PERNAMBUCO. **Leis e decretos**: legislação sobre os recursos hídricos de Pernambuco. Recife, 1997.

PINHEIRO FILHO, João Domingos. **Gestão hídrica**: participação e institucionalização no Comitê da Bacia hidrográfica do rio Ipojuca-PE. (Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais). Recife: UFPE, 2005.

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR 2012/2015. Brasília: CAISAN, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992, n. 5, p. 200-212.

PORTO JÚNIOR, Gilson. (Org.). **História do Tempo presente.** São Paulo: EDUSC, 2007.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade.** Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMACHANDRA Guha, O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo, In- **DIEGUES**, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da natureza, São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2000, p. 81-100.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

REY, Maria Jesús Buxo i. El imaginário fluvial. In: MUNÁRRIZ, Luis Alvarez; HURTADO, Fina Anton; CEBALLOS, Javier Marín (Eds.). **Culturas del agua.** Murcia: Godoy, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do Sertão:** o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa. Impasses da governança da água no Brasil. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Governança da água no Brasil:** uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume, 2009, p. 111-133.

SALDANHA, Suely Maris. **Fronteiras dos sertões:** conflitos e resistência indígena em Pernambuco na época de Pombal. (Dissertação de Mestrado em História). Recife: UFPE, 2002.

SANTOS, Hosana Celi de Oliveira e. **Dinâmicas sociais e estratégias territoriais**: a organização social Xukuru no processo de retomada. (Dissertação Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma Geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Myrian S. dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2009.

SCHOTT, Dieter. Urban environmental history: what lessons are there to be learnt?. In: **Helsinki**. Boreal Environment Research, 2004, p. 519-528.

SECTMA. **Gestão integrada de resíduos sólidos na Bacia do rio Ipojuca**. Recife: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

_____. **Bacias hidrográficas de Pernambuco.** Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2006.

SETTE, HILTON. **Pesqueira**: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações

regionais. Recife: Colégio Estadual de Pernambuco, 1956.

SILVA, Edson H. Os índios Xukuru x fazendeiros: história socioambiental no Agreste pernambucano. In: AGUIAR, José Otávio; RODRIGUES, André Figueiredo. **Natureza e cultura nos domínios de Clio:** história, meio ambiente e questões étnicas. Campina Grande: EDUFCG, 2012, p.65-95.

_____. Xukuru: história e memórias dos "caboclos" da Serra de Ororubá (Pesqueira, PE). In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena no Nordeste.** Rio de Janeiro: 2011, p. 483-510.

_____. Xukuru: a conquista do Posto – o período do SPI entre os Xukuru do Ororubá. In: **Revista Antropológicas.** Ano 14, vol. 21, 2010, p. 265-304.

_____. **Xukuru: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. (Tese Doutorado em História Social). Campinas: UNICAMP, 2008.

_____. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. In: **Tellus.** Campina Grande. Ano 7, n. 12, p. 89-102. Abril 2007, p. 89-102.

_____. Os "restos dos índios Sukurú de Cimbres": cultura material, história e identidade indígena no Nordeste entre os anos de 1930 e 1950. In: **Clio Arqueologia**. Recife, UFPE, 2007, p. 149-176.

_____. **O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no Século XIX:** o caso de Escada-PE. Recife: UFPE, 1995. (Dissertação de Mestrado em História)

_____. "Os caboclos" que são índios: história indígena no Nordeste. In: **Revista Portal do São Francisco.** Ano II, n. 2, dezembro de 2003, p.127-137.

SILVA, Sivaldo Souza. **Diagnóstico do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos no município de Pesqueira**. (Dissertação Mestrado em Tecnologia Ambiental). Recife: ITEP, 2007.

SILVA, Edson Vicente da; RODRIGUEZ, Jose Manuel Mateo; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade Meireles. (Orgs.). **Planejamento ambiental e bacias hidrográficas:** planejamento e gestão de bacias hidrográficas. Fortaleza: UFC, 2011. (Tomo I).

SOUTO MAIOR, Mário. **Remédios populares do Nordeste**. Recife: FUNDAJ -Ed. Massangana, 1986.

SOUZA, Liliane Cunha de. **“Doença que rezador cura" e "doença que médico cura":** modelo etiológico Xukuru a partir de seus especialistas de cura. (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 2004.

_____. Doença que rezador cura e o modelo etiológico dos Xukuru do Ororubá. In: ATHIAS, Renato (Org.). **Povos Indígenas em Pernambuco**: identidade, diversidade e conflito. Recife: UFPE, 2007.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. **As fronteiras do ser Xukuru.** Recife: Massangana, 1998.

TABARELLI, Marcelo; SANTOS, André Maurício Melo. Uma breve descrição sobre a história natural dos brejos nordestinos. In: **Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba:** história natural, ecologia e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

TIZON, P. Le territoire au quotidien . In: **Di Meo G.** Le territoire du quotidien. Paris: L’harmattan, 1995, p. 17-34.

TUCCI, Carlos E. M., BRAGA, Benedito. (Orgs.). **Clima e recursos hídricos no Brasil.** Porto Alegre: ABRH, 2003.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Governança das águas: a participação social como quimera. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Governança da água no Brasil:** uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume, 2009, p.61-90.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro. 1991. Vol. 4 n.8, p. 198-215.

_____. Doing environmental history. In: WORSTER, Donald. **The ends of the Earth. Cambridge.** Cambridge University Press, 1988, p. 289-307.

_____. **Transformações da terra:** para uma perspectiva agroecológica na história. São Paulo: Clacso, 2003.

_____. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). **A Natureza dos rios:** história, memória e territórios. Paraná: UFPR, 2008, p. 27-46.

ZARPELON, A. **Água**: preservar é preciso. Curitiba: Samare, v.5 n.5, jan-jun, 1996.

SITES CONSULTADOS

Classificação dos rios mais poluídos do país conforme o IBGE http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf Acesso em 01/05/2013.

Censo sobre o crescimento populacional dos povos indígenas http://teen.ibge.gov.br/ Acesso 17/05/2012.

Artigo de Bartolomeu Cavalcanti, *A questão da pobreza em Pesqueira:* incursão preliminar http://www.isepnet.com.br/website/revista/Revista_ISEP_02/revista.pdf Acesso em 19/06/2013.

Estudo da ANA sobre o consumo da agricultura irrigada no Brasiil http://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?NOT=58 Acesso em 29/06/2013.

Programa do Governo Federal para auxiliar pescador no período de reprodução dos pescados http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm Acesso em 30/06/2013.

Estudo do Embrapa sobre a monocultura e suas consequências http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/71325/1/ID-25583.pdf Acesso em 30/06/2013

Concessão de créditos para a agricultura familiar http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es_do_Cr%C3%A9dito_2013-2014.pdf Acesso 30/06/2013.

Detalhamento da documentação necessário para obter o crédito agrícola disponibilizado pelo PRONAF do grupo A e B http://www.agricultura.al.gov.br/programas/DAP.pdf Acesso em 30/06/2013.

ENTREVISTAS

Amilton de Souza, Aldeia Passagem. Entrevista realizada em 18/05/2010.

Edgar Oliveira de Aldeida. Pesqueira. Entrevista realizada em 23/01/2013.

Edjane Maria Neves Pereira. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 25/01/2013.

Fernando Raimundo da Silva. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 25/01/2013.

Geralda Costa da Silva Santos. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 25/01/2013.

Iran Neves Ordônio, Pesqueira. Entrevista realizada em 21/01/2012.

José Ailton da Silva. Aldeia Caldeirão. Entrevista realizada em 24/01/2013.

José Edilson da Silva. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 30/05/2010.

José Edinilson Bernardo Guimarães. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 19/07/2010.

José Edvaldo Rodrigues de Lima, "Seu Vinvin". Aldeia Passagem. Entrevista realizada em 18/05 /2010.

José Francisco de Oliveira. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 19/07/2010.

José Maciel de Lima. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 24/01/2013.

José Pereira da Silva. Pesqueira. Entrevista realizada em 23/01/2013.

José Quirino da Silva. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 25/01/2013.

José Roberto Monteiro Lima. Aldeia Pedra D'Água. Entrevista realizada em 06/01/2011.

Jurandir Franco Feitosa. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 24/01/2013.

Lourival Rosa da Silva. Aldeia Caldeirão. Entrevista realizada em 24/01/2013.

Luiz Augusto do Nascimento. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 25/01/2013.

Luiz Gonzaga Mariano. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 10/07/2012.

Luiz Fernando Cordeiro da Silva. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 10/07/2012.

Maria das Dores Rodrigues Gomes. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 25/01/2013.

Maria Josenilda Nascimento. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 25/01/2013.

Maria Sereno Galdino Gomes. Aldeia Pão-de-Açúcar. Entrevista realizada em 25/01/2013.

Pedro Faustino de Lima. Aldeia Pé-de-Serra dos Nogueira. Entrevista realizada em 24/01/2013.

Pedro Rodrigues Bispo, Seu Zequinha. Pesqueira. Entrevista realizada em 23/01/2013.

Sebastião José da Silva. Aldeia Passagem. Entrevista realizada em 21/01/2012.

Severino Artur de Souza. Aldeia Capim de Planta. Entrevista realizada em 25/01/2013.

NOTÍCIAS EM PERÍODICOS

06/07/1986	Diário de Pernambuco	Krause estimula irrigação perenizando o Ipojuca
25/08/1986	Diário de Pernambuco	Vereador preocupado com possível despejo de vinhoto nos rios
02/09/1986	Jornal do Commercio	Pescadores denunciam a poluição
30/09/1986	Diário de Pernambuco	Universidade contribui para acabar com a poluição hídrica
30/11/1986	Diário de Pernambuco	Vinhoto
05/04/1987	Diário de Pernambuco	Projeto de perenização do rio Ipojuca vai ser estudado por governador
29/08/1987	Diário de Pernambuco	Poluição
26/11/1996	Diário de Pernambuco	Licitação para despoluir rios vai sair em duas semanas
04/11/1999	Veja	Inimigo natural
26/01/2010	Diário de Pernambuco	Ipojuca: rio de águas mortas
13/11/2010	Jornal do Commercio	Plano de revitalizar o rio Ipojuca é aprovado
20/01/2012	Jornal do Commercio	Obras protegem rio Ipojuca dos esgotos

APÊNDICE A

Questões da entrevista com agricultores

1. NOME COMPLETO E IDADE?

2. EM QUE ALDEIA O SENHOR NASCEU? QUAL A ALDEIA QUE O SENHOR VIVE ATUALMENTE?

3. EU ESTOU VENDO AQUI UM PLANTIO SEU SEVERINO, ISSO É UM PLANTIO DE QUÊ?

4. NESSE PERÍODO AQUI O QUE É FEITO NO PLANTIO?

5. E O SENHOR DEIXA A TERRA ASSIM COM QUÊ? É COM CAMINHÃO, OU COM TRATOR?

6. E O SENHOR COMPRA ONDE A MUDA DO TOMATE?

7. E AQUI TEM QUANTOS HECTARES DE TERRA SENDO PLANTADO SEU SEVERINO?

8. E DESDE QUANDO O SENHOR COMEÇOU A FAZER ESSES PLANTIOS NA ÁREA INDÍGENA?

9. ALÉM DESSE PLANTIO O SENHOR TEM ALGUM OUTRO?

10. EU ESTOU VENDO VÁRIAS PESSOAS TRABALHANDO. QUANTOS DIARISTAS TRABALHAM PARA O SENHOR? OU SÃO EMPREEGADOS MESMO, SÃO FIXOS?

11. POR QUANTO DIAS?

12. QUANTOS DIAS DO PLANTIO A COLHEITA?

13. ENTÃO O SENHOR FAZ VÁRIOS CULTIVOS DURANTE O ANO?

14. NESSA MESMA TERRA?

15. E A PRAGA COMO ESTÁ O CONTROLE OU A INFESTAÇÃO?

16. E O SENHOR CONTROLA COM OS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS?

17. O SENHOR TEM NOÇÃO QUANTOS LITROS O SENHOR UTILIZA EM UM PLANTIO COMO ESSE PARA CONSEGUIR UMA SAFRA?

18. E ESSES DEFENSIVOS O SENHOR COMPRA ONDE?

19. COMO O SENHOR COMPRA? Á VISTA, NO CARTÃO, PARCELADO?

20. AÍ O SENHOR PAGA COM O QUE? RETIRAR DAQUI?

21. UM PLANTIO DESSE TAMANHO O SENHOR CONSEGUE COLHER QUANTAS CAIXAS? O SENHOR TEM UMA NOÇÃO?

22. E O SENHOR MESMO VENDE ISSO OU TEM ALGUÉM QUE VEM AQUI E BUSCA?

23. E ESSES RAPAZES QUE ESTÃO TRABALHANDO AQUI O SENHOR PAGA QUANTO A ELES?

24. MAS O SENHOR SEMPRE PAGA O MESMO PREÇO, TANTO NO PLANTIO QUANTO NA COLHEITA?

25. E AQUELE PESSOAL QUE CARREGA AS CAIXAS O SENHOR PAGA O MESMO PREÇO?

26. E O SENHOR PREFERE AS MULHERES OU OS HOMENS COLHENDO?

27. O SENHOR APRENDEU COM QUEM FAZER ESSE TIPO DE PLANTIO?

28. E ELES USAVAM PARA QUÊ? PARA CONSUMO OU PARA VENDER?

APÊNDICE B

Questões da entrevista com os pescadores

1. NOME COMPLETO, IDADE?

2. ALDEIA ONDE NASCEU E ONDE VIVE?

3. O SENHOR PODE ME DIZER SE OS SEUS ANTEPASSADOS PESCAVAM E O QUE ELES PESCAVAM?

4. O SENHOR COSTUMA PESCAR, DESDE QUE IDADE O SENHOR COMEÇOU A PESCA, QUEM O INCENTIVOU?

5. DESDE ESSE PERÍODO O SENHOR PESCA/CAÇA PARA A SOBREVIVÊNCIA OU VENDE?

6. COM QUE FREQÜÊNCIA O SENHOR COSTUMAVA PESCA?

7. O SENHOR SABE ME DIZER QUAIS ERAM AS ESPÉCIES QUE SE PESCAVAM ANTES E AS QUE SE PESCAM HOJE?

8. EXISTE ALGUMA POSSIBILIDADE DESSE PEIXE NÃO EXISTIR ANTES E ELE TER SIDO INSERIDO AQUI?

9. VOCÊ SABE DIZER QUEM O TROUXE?

10. O SENHOR COSTUMA PESCAR SOZINHO, ACOMPANHADO?

11. O SENHOR COSTUMA IR PESCAR QUANTAS VEZES NA SEMANA?

12. ONDE O SENHOR COSTUMA PESCAR? EM QUE LOCAL?

13. QUAIS SÃO OS TIPOS DE PEIXE QUE O SENHOR COSTUMA PESCAR NA BARRAGEM DE PÃO-DE-AÇÚCAR?

14. O QUE O SENHOR COSTUMA FAZER COM ESSA PESCA? O SENHOR DISTRIBUI, FICA SÓ PARA SUA FAMÍLIA, PRA SEUS AMIGOS, VENDE...?

15. O SENHOR SABE INFORMAR ALGUMA COISA SOBRE A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM, SE ELA PIOROU OU MELHOROU A OFERTA DE PEIXES?

16. O SENHOR PESCAVA ONDE QUANDO NÃO EXISTIA A BARRAGEM PÃO-DE-AÇUCAR?

17. O SENHOR UTILIZA A ÁGUA DA BARRAGEM EM SUA CASA?

18. ESSA ÁGUA TRATADA ELA VEM DE QUE ÓRGÃO DO GOVERNO?

19. O SENHOR JÁ OUVIU FALAR DE ALGUMA DOENÇA POR CAUSA DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DA BARRAGEM?

20. HÁ HISTÓRIA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO PERTO DA BARRAGEM QUE TEM PREJUDICADA AS ÁGUAS DAQUELA BARRAGEM, O SENHOR OUVIR FALAR A RESPEITO DISSO?

APÊNDICE C

Questões da entrevista com os caçadores

1. NOME COMPLETO, ALDEIA, IDADE E ESTADO CIVIL
2. QUAL A FUNÇÃO DESEMPENHADA PELO SENHOR QUE TRAZ O SUSTENTO DE SUA CASA?
3. SEUS ANTEPASSADOS, PAIS, AVÓS, BISAVÓS, SE ELES COSTUMAVAM CAÇAR?
4. O QUE ELES COSTUMAVAM CAÇAR?
5. HOJE O SENHOR COSTUMA CAÇAR COM QUE FREQÜÊNCIA E EM QUE PERÍODO?
6. AQUI É DE COSTUME RESPEITAR A ÉPOCA DE REPRODUÇÃO?
7. O SENHOR COSTUMA CAÇAR SOZINHO, COM AMIGOS, PARENTES... COMO É FEITA ESSA CAÇA?
8. O QUE É FEITO COM ESSA CAÇA? O SENHOR COMPARTILHA, DÁ, VENDE?
9. O SENHOR COSTUMA CAÇAR O QUÊ?
10. O SENHOR UTILIZA QUE FERRAMENTA PRA CAÇAR?
11. COMO O SENHOR TRANSPORTA A CAÇA, EM UMA BOLSA...?
12. O SENHOR VÊ ALGUMA DIFERENÇA NA OFERTA DE CAÇA APÓS A DEMARCAÇÃO?

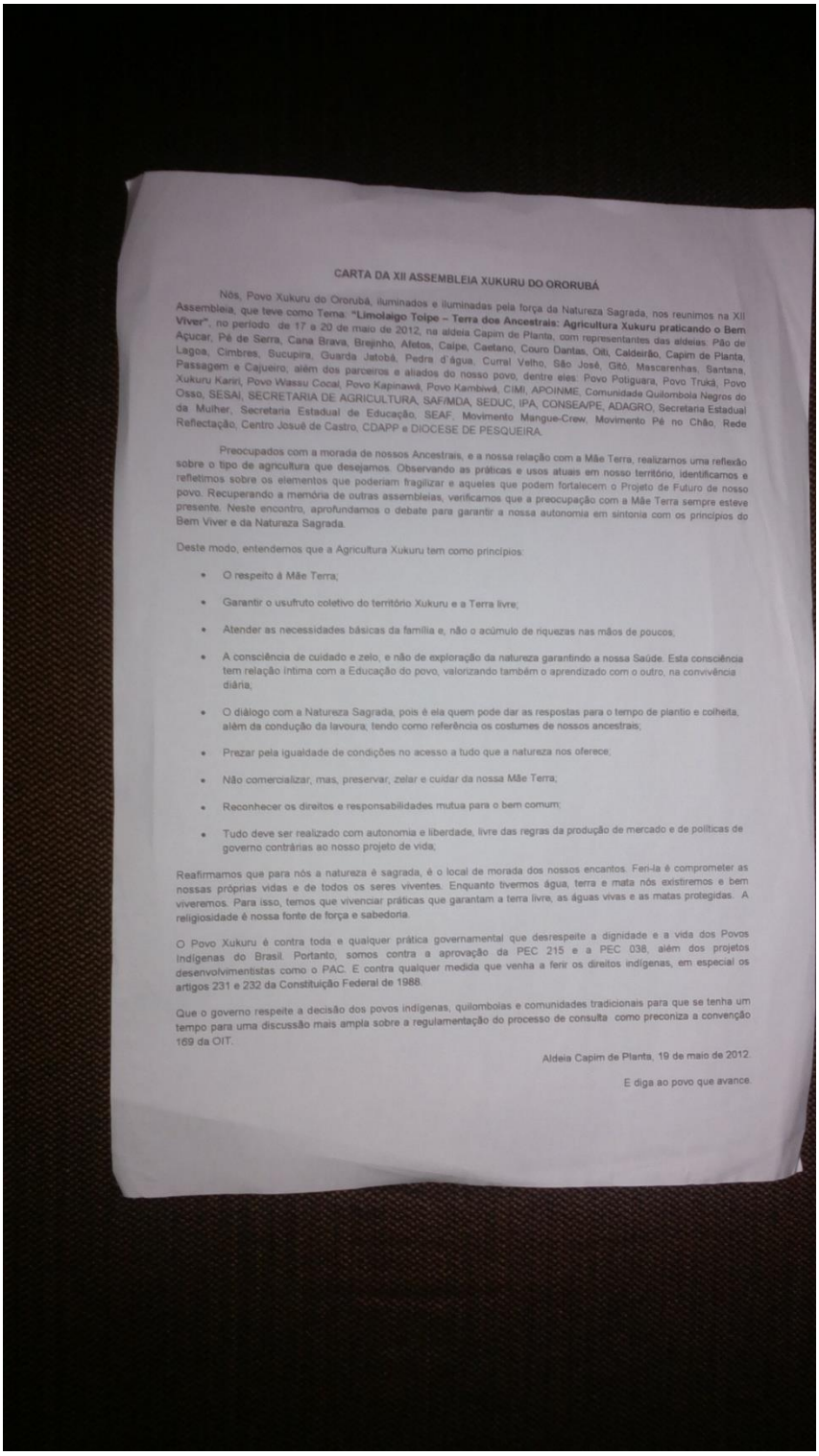
APÊNDICE D

Questões da entrevista com os agricultores diaristas

1. NOME COMPLETO E IDADE.
2. QUAL A ALDEIA QUE TU NASCETES? E A ALDEIA QUE TU MORAS?
3. HÁ QUANTO TEMPO TU TRABALHAS AQUI PARA O SEU FERNANDO/SEVERINO?
4. QUAL É O SEU HORÁRIO DE TRABALHO?
5. QUANTO TU RECEBES AQUI POR DIA?
6. EU OUVI DIZER QUE TEM TRABALHO POR PRODUÇÃO, TU TRABALHAS POR PRODUÇÃO? POR QUÊ?
7. A SENHORA É CASADA, SOLTEIRA...? TEM FILHOS?
8. POR QUE TU COMEÇASTE A TRABALHAR AQUI COM O SEU FERNANDO?
9. E ESSE DINHEIRO QUE TU RECEBES É PRA AJUDAR? FAZER A FEIRA?
10. E O TEU MARIDO TRABALHA EM QUÊ?
11. TU SEMPRE TRABALHASTE EM ALGUMA COISA OU COMEÇASSE A TRABALHAR DEPOIS DE CASAR?
12. COM QUEM TU APRENDESTE A TRABALHAR NA AGRICULTURA?
13. ELA FAZIA ROÇADO? PLANTAVA O QUÊ?
14. E COM ESSE PLANTIO O QUE ELA FAZIA?
15. DEPOIS DE TU CASASTE FOSSE TRABALHAR NA RENDA E NA AGRICULTURA?
16. E A RENDA É DIFERENTE, É A MESMA COISA?
17. TU TENS NOÇÃO DE QUANTAS CAIXAS TU CONSEGUES RETIRAR AQUI?

ANEXOS

Carta da XII Assembléia Xukuru



CARTA DA XII ASSEMBLEIA XUKURU DO ORORUBÁ

Nós, Povo Xukuru do Ororubá, iluminados e iluminadas pela força da Natureza Sagrada, nos reunimos na XII Assembleia, que teve como Tema: **"Limolaigo Tolpe – Terra dos Ancestrais: Agricultura Xukuru praticando o Bem Viver"**, no período de 17 a 20 de maio de 2012, na aldeia Capim de Planta, com representantes das aldeias: Pão de Açucar, Pé de Serra, Cana Brava, Brejinho, Afetos, Caipe, Caetano, Couro Dantas, Oiti, Caldeirão, Capim de Planta, Lagoa, Cimbres, Sucupira, Guarda Jatobá, Pedra d´água, Curral Velho, São José, Gitó, Mascarenhas, Santana, Passagem e Cajueiro; além dos parceiros e aliados do nosso povo, dentre eles: Povo Potiguara, Povo Truká, Povo Xukuru Kariri, Povo Wassu Cocal, Povo Kapinawá, Povo Kambiwá, CIMI, APOINME, Comunidade Quilombola Negros do Osso, SESAI, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SAF/MDA, SEDUC, IPA, CONSEA/PE, ADAGRO, Secretaria Estadual da Mulher, Secretaria Estadual de Educação, SEAF, Movimento Mangue-Crew, Movimento Pé no Chão, Rede Reflectação, Centro Josué de Castro, CDAPP e DIOCESE DE PESQUEIRA.

Preocupados com a morada de nossos Ancestrais, e a nossa relação com a Mãe Terra, realizamos uma reflexão sobre o tipo de agricultura que desejamos. Observando as práticas e usos atuais em nosso território, identificamos e refletimos sobre os elementos que poderiam fragilizar e aqueles que podem fortalecem o Projeto de Futuro de nosso povo. Recuperando a memória de outras assembleias, verificamos que a preocupação com a Mãe Terra sempre esteve presente. Neste encontro, aprofundamos o debate para garantir a nossa autonomia em sintonia com os princípios do Bem Viver e da Natureza Sagrada.

Deste modo, entendemos que a Agricultura Xukuru tem como princípios:

- O respeito á Mãe Terra;
- Garantir o usufruto coletivo do território Xukuru e a Terra livre;
- Atender as necessidades básicas da família e, não o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos;
- A consciência de cuidado e zelo, e não de exploração da natureza garantindo a nossa Saúde. Esta consciência tem relação íntima com a Educação do povo, valorizando também o aprendizado com o outro, na convivência diária;
- O diálogo com a Natureza Sagrada, pois é ela quem pode dar as respostas para o tempo de plantio e colheita, além da condução da lavoura, tendo como referência os costumes de nossos ancestrais;
- Prezar pela igualdade de condições no acesso a tudo que a natureza nos oferece;
- Não comercializar, mas, preservar, zelar e cuidar da nossa Mãe Terra;
- Reconhecer os direitos e responsabilidades mutua para o bem comum;
- Tudo deve ser realizado com autonomia e liberdade, livre das regras da produção de mercado e de políticas de governo contrárias ao nosso projeto de vida;

Reafirmamos que para nós a natureza é sagrada, é o local de morada dos nossos encantos. Feri-la é comprometer as nossas próprias vidas e de todos os seres viventes. Enquanto tivermos água, terra e mata nós existiremos e bem viveremos. Para isso, temos que vivenciar práticas que garantam a terra livre, as águas vivas e as matas protegidas. A religiosidade é nossa fonte de força e sabedoria.

O Povo Xukuru é contra toda e qualquer prática governamental que desrespeite a dignidade e a vida dos Povos Indígenas do Brasil. Portanto, somos contra a aprovação da PEC 215 e a PEC 038, além dos projetos desenvolvimentistas como o PAC. E contra qualquer medida que venha a ferir os direitos indígenas, em especial os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

Que o governo respeite a decisão dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para que se tenha um tempo para uma discussão mais ampla sobre a regulamentação do processo de consulta como preconiza a convenção 169 da OIT.

Aldeia Capim de Planta, 19 de maio de 2012.

E diga ao povo que avance.